



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Flávia Paloma Cabral Borba

**Dona Irene, Mestre Ensinante: Trajetória e Reconhecimento na Comunidade
Tradicional de Pescadores da Penha (2013 - 2023)**

**João Pessoa
2024**

Flávia Paloma Cabral Borba

**Dona Irene, Mestre Ensinante: Trajetória e Reconhecimento na Comunidade
Tradicional de Pescadores da Penha (2013 - 2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Professor Doutor Jean Carlo de Carvalho Costa

**João Pessoa
2024**

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

B726d Borba, Flávia Paloma Cabral.

Dona Irene, mestre ensinante : trajetória e
reconhecimento na comunidade tradicional de pescadores
da Penha (2013 - 2023) / Flávia Paloma Cabral Borba. -
João Pessoa, 2024.

148 f. : il.

Orientação: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Pimentel, Irene de Oliveira. 2. História da
educação. 3. Teoria do reconhecimento. 4. Comunidades
tradicionais. I. Costa, Jean Carlo de Carvalho. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 9:37(043)

FLÁVIA PALOMA CABRAL BORBA

Dona Irene, Mestre Ensinante: Trajetória e Reconhecimento na Comunidade Tradicional de Pescadores da Penha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Defesa em: 19/12/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa - Orientador

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Educação

Profa. Dr^a. Maria Elizete Guimarães Carvalho - Membro Interna

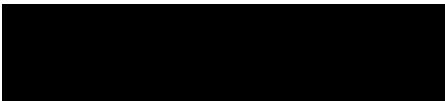
Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Educação

Profa. Dr^a. Cláudia Engler Cury - Membro Interna

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em História


Profa. Dr^a. Lia Machado Fiúza Fialho - Membro Externa

Universidade Estadual do Ceará

Programa de Pós-Graduação em Educação


Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Junior - Membro Externo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Programa de Pós-Graduação em Educação

Para Laurinete.

AGRADECIMENTOS

Foram intensos e diversos os processos que culminaram na finalização deste trabalho. Não há possibilidade, em nenhuma das dimensões que atravessaram meus caminhos nos últimos cinco anos, de deixar de considerar o impacto que a pandemia da COVID-19 pesou em mim, nas pessoas ao meu redor, no meu trabalho e na pesquisa que me comprometi em desenvolver em janeiro de 2020. O necessário isolamento social, que se prolongou até meados de 2022, e impactou profundamente as relações interpessoais e os aspectos mais objetivos do dia a dia, nos desafiou a pensar novas formas de relação consigo mesmo, com o outro, com a produção do conhecimento e com o próprio processo da pesquisa.

De repente, o que deveria ser uma experiência imersiva no ambiente acadêmico, transformou-se em um processo predominantemente inseguro, demandando adaptações constantes, resiliência emocional e uma capacidade ainda desconhecida de gerenciamento do tempo e das incertezas. Cursar um doutorado já é em si uma jornada desafiadora. Mas, a pandemia de COVID-19 acrescentou um conjunto sem precedentes de obstáculos, intensificando as dificuldades de um trajeto que já é exigente por natureza.

E, nessa caminhada da pesquisa no campo das Ciências Humanas, sublinho um elemento sensivelmente atingido pela pandemia do COVID-19 que é a relação direta com os sujeitos. Nesse grupo, não me refiro apenas aos sujeitos participantes da pesquisa, mas também os sujeitos que são participantes do processo formativo na pós-graduação. As experiências interpessoais e contextos culturais que o ambiente universitário oferece em toda a sua dinâmica são, sobretudo, parte do processo formativo acadêmico. Um dos desafios mais evidentes foi a transição abrupta para o modelo virtual. A ausência de interação presencial com orientadores, colegas e equipes de pesquisa dificultou a troca de ideias, a colaboração nos “entraves” que a pesquisa muitas vezes nos traz e, até mesmo, na construção de redes de apoio. As reuniões, antes realizadas em círculos de debates, passaram a ocorrer mediadas pelas plataformas digitais, que careciam da espontaneidade e da profundidade das interações face a face. Esse distanciamento afetou não apenas o desempenho, mas também a saúde emocional de todos.

Apesar de ter com a UFPB o vínculo laboral, na carreira de Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Graduação desde 2013, havia em mim uma

grande expectativa em experimentar e experienciar novas relações com a instituição. Isso porque ressignificar algumas vivências que construí ao longo dos anos na UFPB foi, por muito tempo, uma condição para manutenção da minha permanência nesta instituição. Foram muitas expectativas. Quando essas pretensões foram atropeladas pela suspensão das atividades presenciais, em um contexto totalmente inesperado de emergência sanitária, foi nas pessoas que caminharam comigo nesse espaço-tempo de 2020 a 2024 que pude contar para retomar o sentido da jornada do doutoramento.

Isso porque as conexões humanas, os eventos, a vivência nos ambientes de estudos eram para mim elementos fundamentais para a construção de um vínculo mais profundo com o universo acadêmico. Por isso, foi necessário um esforço significativo para ressignificar certos sentidos e como seria conduzida as trocas de experiências no novo modelo imposto pelos tempos pandêmicos. Foi assim que eu consegui reencontrar o propósito e a motivação para seguir adiante, mesmo tendo que recalcular o caminho.

Aqui, trazendo também algumas outras observações sobre o caminho perseguido, foi impossível não notar que a pandemia escancarou as desigualdades existentes no acesso à educação e à tecnologia. Muitos doutorandos enfrentaram dificuldades para manter uma conexão estável com a internet, acessar materiais de estudo ou mesmo garantir um ambiente adequado para o trabalho remoto. A soma desses fatores revelou que cursar um doutorado durante a pandemia foi mais do que uma experiência acadêmica: foi um verdadeiro exercício de resistência, persistência, adaptação e criatividade em meio às adversidades. Apesar desses desafios, o período pandêmico também demonstrou a resiliência da comunidade acadêmica. As universidades e outras instituições de ensino tiveram que se reinventar para superar os obstáculos, mostrando que o compromisso com o conhecimento pode prevalecer mesmo em tempos de profunda crise global. Esses são alguns dos elementos que não posso deixar de mencionar em minha experiência formativa durante esse período difícil que enfrentei nos últimos anos. E, por isso, a razão dos agradecimentos constitui nesse trabalho um espaço mais do que protocolar, torna-se em certa medida integrante, de muitas formas, das estruturas que consolidaram a conclusão dessa jornada.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, que foi meu suporte emocional e material, oferecendo amor e paciência nos momentos mais difíceis, quando o

distanciamento social e o isolamento fizeram desses anos uma jornada solitária. Agradeço ainda à minha família pela atenção para identificar os sintomas do adoecimento mental e físico, e a insistência para que eu olhasse para mim com mais carinho e mais cautela. Sem esse olhar cuidadoso e amoroso, seria impossível a busca pelo tratamento adequado. Um agradecimento mais que especial à minha mãe, que nunca deixou trazer aquele copo de leite com canela, na temperatura perfeita, e colocar, silenciosamente, ao lado do computador nas longas madrugadas no momento da escrita. Obrigada pela insistência, mãe, na busca pelo tratamento adequado. Sem seu suporte, seria impossível ter concluído todas essas etapas. Seu olhar atento e sua postura insistente sobre minha saúde foi traduzido em acompanhamento adequado associado à processos de “descompressão”, tão necessários para mente e espírito.

Ao meu orientador, Professor Jean Carlo de Carvalho Costa, expresso minha mais profunda gratidão. Agradeço pelo conhecimento compartilhado e, sobretudo, pela parceria no enfrentamento dos desafios das aulas e das orientações à distância. As adversidades que atravessaram essa caminhada, e aqui destaco a condução das atividades acadêmicas em meio ao cenário caótico da pandemia, foram tratadas com a paciência e empatia pelo Professor Jean. Poder contar com a sensibilidade dos educadores que não deixaram de considerar esse grande elemento, tão presente e, por vezes, avassalador, foi um privilégio determinante para que eu conseguisse concluir as exigências deste doutorado. Por isso, muito mais que agradecimentos pela parceria profissional, agradeço ao professor Jean pela amizade, pela empatia, pelos incentivos e por ter “segurado a onda” até o fim. Porque, como ele sempre dizia, “Vai dar certo”.

Aos colegas da turma que ingressaram junto comigo no PPGE-UFPB, agradeço pelas vivências durantes as disciplinas em que, embora o convívio presencial tenha sido substituído por telas e reuniões online, nos esforçamos para construir um espaço de troca e partilha que ajudou a aliviar o peso da ausência da dinâmica presencial. As discussões acadêmicas e os momentos de desabafo nos encontros virtuais mostraram que, mesmo à distância, a cooperação e a solidariedade, tão fundamentais no ambiente acadêmico, se fizeram presente.

Aos colegas da Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB, agradeço pela empatia, pelo acolhimento e pela parceria. Ter encontrado uma equipe com Rodrigo, João, Marinalva, Lucas, Keilla e Elizabeth no meu retorno aos trabalhos nesta Pró-Reitoria foi, sem sombra de dúvidas, um grande e inesperado presente.

Também expresso meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação, além das demais instituições de ensino e pesquisa que se adaptaram da melhor forma possível para fornecer os recursos necessários à continuidade das atividades acadêmicas. As bibliotecas digitais, as plataformas de reunião virtual e o suporte técnico foram indispensáveis para que a pesquisa pudesse seguir seu curso, apesar das limitações impostas pelo distanciamento físico. A flexibilidade das normas e prazos foi um alívio importante para a saúde mental dos estudantes e pesquisadores.

Ao Museu do Patrimônio Vivo e ao Coletivo Jaraguá, meus mais profundos agradecimentos desde sempre. A contar da minha chegada na ensolarada Philipeia, fui presenteada com o acolhimento do Coletivo Jaraguá, que a cada dia se consolida como espaço protagonista na atuação de uma gestão popular no campo do Patrimônio Cultural e da Educação. Marcela Muccillo e Pablo Honorato, que nossa amizade siga em pleno pulmões.

À Comunidade de Pescadores Tradicionais da Penha, pela sua história de resistência e pela permissão do meu ingresso nas casas, restaurantes e espaços sociais dessa comunidade. Foi na Penha que estabeleci minha relação com a cidade de João Pessoa. Acredito que esse território, e as pessoas que o tornam referência de Comunidade Tradicional, tem muito a ensinar à cidade de João Pessoa. São esses espaços, e essas pessoas, que, eu acredito, que nos lembrarão dos motivos pelos quais devemos repensar a régua do desenvolvimento econômico e social pelo viés dos grandes empreendimentos imobiliários e que vem ganhando força nos últimos anos nesta cidade.

Ao meu marido, Swamy de Paula Lima Soares a quem posso, de fato, dedicar a finalização deste trabalho. Estar ao seu lado nesse processo e poder contar com seu apoio na travessia dos últimos 4 anos foi um privilégio. Obrigada por ser um farol

de esperança e propósito em um período tão turbulento. Sua disposição em contribuir para que eu concluísse essa jornada, mesmo quando tudo parecia engolir nossas horas, foi um gesto de amor que jamais esquecerei. Hoje, olhar para trás e ver tudo que construímos e que superamos, mesmo com todas as adversidades, acentua o meu coração e me traz “aquele frio na barriga” quando penso em tudo que está por vir. Por tudo isso, esta conquista não é só minha. A você, meu marido, meu eterno agradecimento e amor. Sua presença em minha vida, além de todo amor e parceria, me fez forte e consciente da minha capacidade de superar os desafios dos últimos anos. Suca, você foi meu porto seguro nos momentos de dúvida, meu encorajamento nas noites mais longas e a voz que me lembrava de que eu era capaz, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada por cada palavra de incentivo, por sua paciência quando meu tempo era escasso, e por dividir comigo tanto os sacrifícios quanto as pequenas vitórias. Este trabalho, embora carregue meu nome, é também reflexo da parceria que construímos. Sem você, o processo teria sido muito mais árduo e menos significativo. Obrigada por tudo, meu amor. Este capítulo da nossa história me enche de orgulho, porque foi construído com a sua presença, apoio e amor incondicional.

Por fim, agradeço a todos os participantes da minha pesquisa, que, mesmo em um período de incertezas e vulnerabilidades, se dispuseram a compartilhar suas experiências e reflexões sobre os traumas do isolamento e os desafios das relações interpessoais durante a pandemia. Suas contribuições foram inestimáveis para a construção desta tese e para o fortalecimento deste tema no campo da História da Educação.

Nossas histórias se agarram a nós.
Somos moldados pelo lugar de onde viemos.
Chimamanda Ngozi Adichie

Resumo

A tese investiga a trajetória de vida de Dona Irene de Oliveira Pimentel, líder comunitária e Mestra da Cultura Imaterial, na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, em João Pessoa, Paraíba, entre os anos de 2013 e 2023. O estudo foca no reconhecimento sociocultural, na valorização da identidade territorial e no papel educativo, cultural e político desempenhado por Dona Irene dentro de sua comunidade. Analisa, ainda, sua atuação na regularização fundiária e no enfrentamento de desafios impostos pela especulação imobiliária, revelando a complexidade das relações entre território, memória e identidade. Tendo como referência a categoria do Reconhecimento, balizada na Teoria crítica contemporânea desenvolvida por Axel Honneth, a investigação destaca a atuação comunitária de Dona Irene na preservação do patrimônio imaterial daquele território, a sua relevância no contexto político e na luta por direitos fundiários. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como base teórico-metodológico o debate em torno da História do Tempo Presente e a História Cultural como parâmetros analíticos, associados à História Oral que, em termos procedimentais, conduziu a coleta de dados por via de entrevistas semiestruturadas. De forma associada, foi utilizado também como fontes os registros audiovisuais e documentais produzidos por instituições que se relacionam com o Bairro da Penha e a trajetória de Dona Irene. Como resultados, destaca-se o reconhecimento na esfera comunitária em relação à atuação política de Dona Irene, realizada a partir de uma prática específica, relacionada às suas estratégias e à sua personalidade. Tal reconhecimento foi evidenciado, inclusive, nos relatos de pessoas que atuaram institucionalmente na comunidade da Penha, a exemplo do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e da Universidade Federal da Paraíba. Tal ação, teve ampla repercussão na luta e no reconhecimento no campo do Direito, que é outra esfera analisada na pesquisa. São esses os elementos que permitiram construir na investigação o conceito de “Mestre Ensinante”, considerando as esferas de reconhecimento e a percepção das pessoas em relação à atuação educativa de Dona Irene. A análise da trajetória de Dona Irene ilumina as potencialidades dos processos educativos em espaços não escolares e reforça a necessidade de valorização de agentes culturais que articulam saberes populares e acadêmicos para garantir a preservação de identidades coletivas. A pesquisa contribui, assim, para o campo da História da Educação, ao problematizar as práticas pedagógicas em

comunidades tradicionais e as dinâmicas que estruturam o reconhecimento de figuras como Dona Irene no contexto educacional e sociocultural contemporâneo.

Palavras-chave: História da Educação de Mulheres; Irene de Oliveira Pimentel; Mestre Ensinante; Teoria do Reconhecimento; Comunidades Tradicionais.

Abstract

The thesis investigates the life trajectory of Dona Irene de Oliveira Pimentel, a community leader and Master of Intangible Culture, in the Traditional Fishing Community of Penha, located in João Pessoa, Paraíba, between 2013 and 2023. The study focuses on sociocultural recognition, the enhancement of territorial identity, and Dona Irene's educational, cultural, and political roles within her community. It also examines her involvement in land tenure regularization and her efforts to address challenges posed by real estate speculation, revealing the complexity of the relationships between territory, memory, and identity. Drawing on the concept of Recognition, as outlined in Axel Honneth's contemporary critical theory, the research emphasizes Dona Irene's community activism in preserving the intangible heritage of the territory, her significance in the political context, and her struggle for land rights. This qualitative study adopts a theoretical-methodological framework based on Present Time History and Cultural History as analytical parameters, combined with Oral History. Semi-structured interviews were the primary method of data collection, complemented by audiovisual and documentary records produced by institutions associated with the Penha community and Dona Irene's trajectory. The results highlight the community's recognition of Dona Irene's political activism, grounded in her unique strategies and personality. This recognition was also reflected in the accounts of individuals who worked institutionally with the Penha community, such as representatives of the Museum of Living Heritage of Greater João Pessoa and the Federal University of Paraíba. Her actions significantly impacted the fight for and recognition of land rights, another key area analyzed in the research. These elements contributed to the development of the concept of "Teaching Master" in the investigation, taking into account the spheres of recognition and the community's perception of Dona Irene's educational impact. The analysis of her trajectory sheds light on the potential of educational processes in non-school environments and underscores the need to value cultural agents who bridge popular and academic knowledge to preserve collective identities. The research thus contributes to the field of History of Education by addressing pedagogical practices in traditional communities and the dynamics that underpin the recognition of figures like Dona Irene in contemporary educational and sociocultural contexts.

Keywords: History of Women's Education; Irene de Oliveira Pimentel; Teaching Master; Theory of Recognition; Traditional Communities.

Resumen

La tesis investiga la trayectoria de vida de Doña Irene de Oliveira Pimentel, líder comunitaria y Maestra de la Cultura Inmaterial, en la Comunidad Tradicional de los Pescadores de Penha, en João Pessoa, Paraíba, entre los años 2013 y 2023. El estudio se centra en el reconocimiento sociocultural, la valorización de la identidad territorial y el papel educativo, cultural y político desempeñado por Doña Irene dentro de su comunidad. Asimismo, analiza su actuación en la regularización de la tenencia de tierras y en el enfrentamiento de los desafíos impuestos por la especulación inmobiliaria, revelando la complejidad de las relaciones entre territorio, memoria e identidad. Basada en la categoría del Reconocimiento, fundamentada en la teoría crítica contemporánea desarrollada por Axel Honneth, la investigación destaca el activismo comunitario de Doña Irene en la preservación del patrimonio inmaterial de dicho territorio, su relevancia en el contexto político y su lucha por los derechos de tenencia de la tierra. La investigación, de carácter cualitativo, adopta un marco teórico-metodológico basado en la Historia del Tiempo Presente y la Historia Cultural como parámetros analíticos, combinados con la Historia Oral. Las entrevistas semiestructuradas fueron el principal método de recolección de datos, complementadas con registros audiovisuales y documentales producidos por instituciones relacionadas con la comunidad de Penha y la trayectoria de Doña Irene. Los resultados destacan el reconocimiento, dentro de la esfera comunitaria, de la actuación política de Doña Irene, basada en una práctica específica relacionada con sus estrategias y su personalidad. Este reconocimiento también se evidenció en los relatos de personas que actuaron institucionalmente en la comunidad de Penha, como representantes del Museo del Patrimonio Vivo de la Gran João Pessoa y de la Universidad Federal de Paraíba. Sus acciones tuvieron una amplia repercusión en la lucha y el reconocimiento en el ámbito del Derecho, otra esfera analizada en la investigación. Estos elementos permitieron construir, en la investigación, el concepto de “Maestra Enseñante”, considerando las esferas de reconocimiento y la percepción de las personas sobre la actuación educativa de Doña Irene. El análisis de la trayectoria de Doña Irene ilumina las potencialidades de los procesos educativos en espacios no escolares y refuerza la necesidad de valorar a los agentes culturales que articulan saberes populares y académicos para garantizar la preservación de las identidades colectivas. Así, la investigación contribuye al campo de la Historia de la

Educación al problematizar las prácticas pedagógicas en comunidades tradicionales y las dinámicas que estructuran el reconocimiento de figuras como Doña Irene en el contexto educativo y sociocultural contemporáneo.

Palabras clave: Historia de la Educación de Mujeres; Irene de Oliveira Pimentel; Maestra Enseñante; Teoría del Reconocimiento; Comunidades Tradicionales.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Praia da Penha situada no litoral sul de João Pessoa

FIGURA 2 - Ciranda da Penha em 2018

FIGURA 3 - Escurinho e Dona Irene em 2018

FIGURA 4 - Ciranda da Penha

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Lista de entrevistadas e entrevistados na pesquisa

TABELA 2: Lista de fontes documentais

TABELA 3: Lista de fontes audiovisuais

LISTA DE SIGLAS

- CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação.
- COVID – Doença por Coronavírus 2019.
- ENE – Educação Não Escolar
- FUNESO – Fundação de Ensino Superior de Olinda.
- HTP – História do Tempo Presente.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- MPVGP – Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa.
- MPVGP – Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa (variação).
- PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação.
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 Trançando redes: veredas teórico-metodológicas	22
1.1 A trajetória da pesquisa e a construção do Objeto	32
1.2 Indicação do problema, definição dos objetivos e justificativa: aproximações com a História da Educação	41
1.3 Abordagem teórico-metodológica: História do Tempo Presente, Cultura e Educação	47
1.4 Procedimentos metodológicos: História Oral, fontes, referências e organização dos capítulos	55
2 Da luta ao Reconhecimento: construções históricas e educacionais de uma Mestre Ensinante	64
2.1 “Mestres Ensinantes” e trajetórias de vida: relações com a política do reconhecimento e os mestres da cultura popular	65
3 Da pedra ao mar: a Comunidade da Penha e as trajetórias de Dona Irene	75
3.1 Chegada, raízes e luta pelo território	75
3.2 A Romaria, a Peixada e a Ciranda: referências culturais	88
4 Atuação política e interfaces educativas – Dona Irene, Mestre Ensinante	95
4.1 Construindo e reconstruindo conceitos	98
5 Amor, Direito e Solidariedade: o olhar do outro na trajetória de Dona Irene, Mestre Ensinante da Comunidade da Penha	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	141

1 Trançando redes: veredas teórico-metodológicas

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

Tecendo a manhã (João Cabral de melo Neto)

A epígrafe que abre este trabalho alude ao movimento de construção. Decerto, as redes dessas inspirações tecidas nessas primeiras linhas nos remetem à forma como construímos o conhecimento e como agimos no mundo. A manhã não é tecida nem pela solidão nem apenas pela subjetividade. Ela é feita a partir de um movimento que necessita do outro. O outro, na provocação do poeta pernambucano, também constrói um espírito intersubjetivo. O outro é aquele que, sobretudo, age, transmite e agraga. A tecitura da manhã, portanto, é fruto de uma ação conjunta, que potencializa a ação de um agente, criando algo novo. Não é o som de um galo nem a sobreposição de galos cantando, apenas. É a construção nova de algo construído coletivamente a cada dia. A construção coletiva não é exclusiva de ninguém, tão pouco se constrói sem o esforço e a participação de cada um individualmente. Significa dizer que o conhecimento não é uma entidade estática, mas um constructo dinâmico em constante movimento, que prospera no engajamento contínuo e na reflexão dos indivíduos dentro de seus contextos cotidianos. E, é essa tapeçaria da vida cotidiana, tecida através das ações individuais e coletivas dos sujeitos, que medeia as experiências pessoais e interações comunitárias construindo caminhos em que cada fio representa microuniversos que contribuem para o tecido rico e complexo das relações entre os sujeitos e dos sujeitos com o mundo.

Partindo desse universo poético, costuramos aqui os fios dessa Tese que procuram encontrar os laços e as conexões de uma mulher, que atuou a partir de um ofício (tal qual o ato de tecer) e marcou a vida da sua família e da sua própria comunidade, fazendo de sua trajetória uma ação política e educativa na Comunidade Tradicional de Pescadores da Penha, bairro litorâneo do município de João Pessoa,

Paraíba. Trata-se da senhora Irene da Silva Pimentel, que, doravante, será mencionada neste trabalho conforme é reconhecida por sua comunidade e por ela própria: Dona Irene. É a partir da trajetória dessa mulher que vamos conectar as suas atuações com o mundo, com a realidade onde ela própria construiu e constituiu sua identidade como mulher, trabalhadora, mãe e liderança comunitária. É, portanto, uma trajetória que foca na relação entre ela e o mundo, em um processo de significados e construções de reconhecimento e aprendizagem.

Assim, já introduzindo alguns parâmetros sociológicos dessas complexas relações entre Dona Irene e sua comunidade, foi pensado aqui a perspectiva analítica de Hegel como referência explicativa das relações sociais intersubjetivas. Ou seja, como processos fundamentais pelos quais os indivíduos formam suas identidades e laços sociais, enfatizando a importância do reconhecimento mútuo e da interação entre experiências pessoais e coletivas. Hegel percebeu o movimento de que a construção histórica (seja da trajetória de alguém, seja da dinâmica social de um grupo) passa por um processo de reconhecimento, ou seja, passa por uma construção conjunta em que é necessária a figura do outro. Segundo seu intérprete Jessé Souza (2021), para Hegel, o reconhecimento ocorre quando um indivíduo se vê refletido na consciência do outro e é reconhecido por ela como um ser humano igualmente consciente e livre.

O conceito de reconhecimento em Hegel, tal como formulado na *Fenomenologia do Espírito* (1807), se apresenta como elemento central de sua filosofia social e política, sendo essencial para a compreensão da subjetividade, das relações intersubjetivas e da estruturação das instituições sociais. Para Hegel, o reconhecimento é um processo dialético que expressa a necessidade ontológica (relacionada ao humano) e epistemológica (relacionada ao conhecimento) de os indivíduos afirmarem sua própria liberdade e identidade na interação com os outros.

No âmbito da formação da subjetividade, Hegel argumenta que a consciência de si não é uma propriedade inerente ao indivíduo isolado, mas emerge necessariamente no contexto relacional, ou seja, da interação com o outro e seu espaço. O sujeito só se torna verdadeiramente consciente de si na medida em que se envolve em um processo de reconhecimento mútuo. Esse processo começa com a experiência do desejo, em que a consciência busca afirmar sua autonomia e liberdade

frente ao outro e ao mundo externo. Contudo, essa busca inicial de autoafirmação encontra sua limitação na necessidade de validação pelo outro, revelando a natureza intersubjetiva da constituição do "eu".

Hegel ilustra esse fenômeno por meio da clássica provação da dialética do senhor e do escravo¹. Nesse estágio, duas consciências entram em uma luta existencial para obter o reconhecimento de sua autonomia. O resultado pode ser uma relação assimétrica, onde um sujeito (o senhor) é reconhecido pelo outro (o escravo), mas não oferece reconhecimento recíproco. Considerando a relação de interdependência, essa assimetria é insatisfatória tanto para o senhor quanto para o escravo. O senhor depende do escravo para afirmar sua autonomia, mas o reconhecimento por parte do escravo é condicionado pela subordinação. Por outro lado, o escravo, ao transformar o mundo material através do trabalho, alcança uma consciência crescente de sua própria liberdade, o que problematiza a base da relação de dominação. Assim, a verdadeira realização da liberdade exige o reconhecimento mútuo, em que ambas as partes se reconhecem como sujeitos livres e iguais (Rosenfield, 2005, p. 51).

Hegel expande o conceito de reconhecimento para pensar as estruturas institucionais da modernidade. Para ele, a sociedade deve ser organizada de modo a possibilitar formas de reconhecimento mútuo em diferentes esferas. Na família, o reconhecimento se manifesta nas relações de amor e confiança, onde os indivíduos se percebem como membros de um todo orgânico. Na sociedade civil, o reconhecimento ocorre no âmbito das relações econômicas e jurídicas, em que os indivíduos se reconhecem como portadores de direitos e deveres e, também, participantes de uma ordem econômica interdependente. No Estado, o reconhecimento atinge o ápice. Isso porque o reconhecimento nessa esfera sintetiza os interesses individuais e coletivos, garantindo a liberdade substantiva por meio das instituições e das leis. Em outros termos, trazendo aqui a obra "A Razão na História", a ideia de História defendida por Hegel enfatiza a necessidade de compreender a História como uma totalidade dinâmica, guiada por uma racionalidade traduzida pelas ações humanas. Esse pensamento coloca o indivíduo como sujeito histórico, sendo esse sujeito o propulsor das ações que impulsionam o avanço da razão. A História,

¹ Fenomenologia do Espírito, Capítulo IV, 1807.

segundo Hegel, não é um simples registro de fatos, mas o palco no qual a liberdade e a razão se desdobram, mediadas pelas escolhas humanas (Hegel, 2008).

Esse conjunto de reflexões que Hegel inaugura oferece uma base teórica com potencial para compreender dinâmicas de exclusão, dominação e emancipação dos tempos modernos e contemporâneos. Pensando também a partir dos estudos sociológicos, o período em que esses parâmetros foram trabalhados pelo autor, foi conhecida como a fase do “jovem Hegel”. As análises das subjetividades, das relações entre o “eu” e o “outro”, são os caminhos para pensar a busca dos indivíduos pela validação e afirmação de sua própria identidade pela via do reconhecimento. Dentre os argumentos fundantes para pensar as relações intersubjetivas e as interações que moldam as estruturas sociais e influenciam a dinâmica de poder e pertencimento, é que o reconhecimento mútuo não só é fundamental para a formação da autoconsciência, mas também para a construção de relações éticas e políticas mais justas e igualitárias. Essa dinâmica de reconhecimento, segundo Hegel, não se limita apenas ao nível individual, mas permeia toda a esfera social, moldando estruturas e instituições:

a esfera social proporciona a possibilidade dos sujeitos se auto reconhecerem nas suas potencialidades e capacidades mais ou menos semelhantes, ou seja, a possibilidade de estarem em comunhão, reconhecendo o outro na sua singularidade e originalidade, o que faz com que cada nova etapa de reconhecimento social capacite o indivíduo a prender novas dimensões de sua própria identidade, o que, por fim, estimula novas lutas por reconhecimento, mostrando que o ponto central deste processo é este movimento em que conflito e reconhecimento condicionam-se mutuamente (Ravagnani, 2009, p.40).

Em outros termos, o reconhecimento, para Hegel, não é apenas uma categoria epistemológica e ontológica (relacionado à maneira como os indivíduos se constituem como seres conscientes e livres dentro de uma realidade relacional). É também uma condição ética e política para a formação de indivíduos livres e para a construção de uma sociedade racional. A dinâmica do reconhecimento, segundo essa perspectiva, permeia todas as esferas da vida social, sendo esse o caminho da realização do ideal hegeliano de liberdade, entendido não como independência absoluta, mas como

interdependência mediada pelo reconhecimento mútuo. Esse processo de reconhecimento mútuo passa a ser a chave para o desenvolvimento da autoconsciência e para a construção de comunidades éticas e políticas.

Trazendo essa reflexão para o que propomos trabalhar aqui, as linhas que costuram a manhã pelas lentes de Hegel significam que o novo, identificado por aquilo que se convencionou chamar de síntese dialética, é resultado de um processo de construções em que o olhar do diferente é o elemento chave para o próprio movimento de construir. A diversidade de papéis e experiências que os indivíduos costuram em sociedade, destaca a importância do reconhecimento das diferenças como um aspecto essencial da justiça social. Cada fio na tecelagem representa uma voz única que contribui para a riqueza e complexidade do tecido social, evidenciando a necessidade de respeito e inclusão das diversas perspectivas e identidades presentes na sociedade.

Isso quer dizer que o diferente não só ressignifica nossa própria visão de nós mesmos, nossa identidade, mas a constrói, seja em processos de afirmação do que somos, seja negando o que pensávamos sobre nós mesmos. Pensar na tecelagem que costura as identidades a partir do processo do reconhecimento enfatiza a relevância de processos intersubjetivos que influenciam na constituição do “eu individual” envolvido na trama complexa da vida social. Assim como na tecelagem, os fios são entrelaçados para criar uma estrutura coesa. Ou seja, os indivíduos se relacionam e interagem para formar uma trama complexa da vida social. A metáfora da tecelagem representa a interdependência entre os indivíduos na construção da sociedade, sugerindo o reconhecimento e valorização das contribuições de cada pessoa para o todo.

Pensando ainda sobre as relações sociais, problematizando as concepções hegelianas sobre natureza dinâmica e em constante mudança da realidade social e histórica, uma famosa frase escrita por Jean-Paul Sartre (1963), em sua peça teatral “Entre quatro paredes” (1944) dizia que “o inferno são os outros”. Mesmo sugerindo uma interpretação particular da condição humana dentro do universo existencialista moderno percebido pelo filósofo e dramaturgo francês, essa frase reflete a ideia que as pessoas são confrontadas, infinitamente, com os julgamentos de outras pessoas e, nesse contexto, o inferno não se refere a um lugar espiritual de punição, mas sim a

uma experiência angustiante de estar permanentemente exposto ao olhar e ao julgamento dos outros. Esse conjunto elaborado que está diluído na relação entre as pessoas e expressos em códigos morais, que Hegel chama de eticidade, embasa sua perspectiva de uma “concepção dialógica da formação da identidade social e cultural” (Souza, 2021, p.100). Uma questão relevante que se destaca é que essa eticidade, em que referencia o conjunto simbólico que constitui uma espécie de ordem ética, passa a envolver a complexa interação entre indivíduos e sua relação com as estruturas sociais e políticas que a moldam. “Em outras palavras, o indivíduo não cai das nuvens nem é uma página em branco [...] é, desde sempre, um produto social” (Souza, 2021, p.100).

No entanto, quando pensamos em um movimento construído pela diversidade, é preciso considerar que essa interdependência é dinâmica e sujeita a mudanças. Assim como uma teia pode ser desfeita pelo vento, a sociedade pode ser afetada por forças externas ou internas que desestabilizam suas estruturas. Essa reflexão sobre uma certa vulnerabilidade na manutenção das relações sociais nos convida a pensar em movimentos coordenados de cooperação entre os membros de um determinado grupo social, a fim de fortalecer os laços sociais e enfrentar os desafios comuns:

Da perspectiva da teoria do reconhecimento, os atores da vida social não podem ser compreendidos separadamente do contexto moral e cultural em que estão inseridos. Esse contexto quase sempre se encontra escondido, subentendido nas práticas sociais e políticas de um povo, muito dificilmente expostos nos discursos explícitos (Ravagnani, 2009, p.41).

Voltando a Sartre, “o inferno são os outros” encapsula a ideia de que a existência humana não escapa das costuras que conectam as relações sociais e pela maneira como os outros nos veem e nos influenciam. Há, dessa forma, um movimento, uma luta, para o reconhecimento mútuo já que “o indivíduo não existe isolado, pois está sempre moralmente construído por uma subjetividade, por uma relação entre as pessoas que não só existia antes delas, mas também define seus sentimentos e limites enquanto indivíduo” (Souza, 2021, p.104).

Esse parâmetro, para Hegel, é o motor que impulsiona a vida social. Isso quer dizer que a luta pelo reconhecimento é o elemento catalisador das relações sociais e

da formação do tecido social, visto que a “dinâmica do reconhecimento mútuo obedece a um desenvolvimento em espiral segundo o qual a cada nova forma de reconhecimento social o indivíduo aprende a conhecer e realizar novas dimensões de sua própria identidade” (Souza, 2021, p.103).

Percebemos o conflito aqui, em seu sentido sociológico (ligado à dinâmica das relações sociais), como indutor da vida social, não como um processo harmonioso e tranquilo, mas sim um processo marcado por tensões e contradições que impulsionam o desenvolvimento humano. Nota-se que, nesse processo, o reconhecimento surge como algo gerador de um conhecimento, mas também como algo que pode destruir, negar e até mesmo falsear a visão que o sujeito tem de si. Quando ocorre, a literatura que abrange esse campo do conhecimento chama de “falso reconhecimento”. Segundo Charles Taylor (1994), a identidade e a dignidade de um indivíduo são profundamente influenciadas pela maneira como eles são reconhecidos pelos outros na sociedade. Quando indivíduos ou grupos sociais são sistematicamente negados ao reconhecimento adequado de sua identidade, dos seus direitos e de sua participação no processo social isso pode levar a um fenômeno de “falso reconhecimento”.

Nesse contexto, as injustiças sociais são alimentadas pela marginalização, discriminação e desvalorização de certos grupos, resultando em um ciclo de desigualdades sociais e exclusão. Ao sentir-se desrespeitada ou invisibilizada, uma pessoa ou um grupo é impulsionado a lutar pelo reconhecimento de suas práticas. Tais questões são especialmente evidentes em contextos em que as estruturas sociais e institucionais perpetuam formas sistêmicas de injustiça. O reconhecimento aparece, portanto, como um conceito com potencial para a compreensão do conflito. Sua força analítica surge, neste sentido, quando os conflitos são expostos, contextualizados e apresentados em seu cenário real. Poderíamos dizer, portanto, que a utilização da categoria teórica do reconhecimento só faz sentido se for apresentada - seja ao leitor ou ao próprio pesquisador no momento de construção do trabalho - imbricada aos acontecimentos sociais que materializam o próprio conceito em movimento e em pensamento.

E, é aqui o ponto de intersecção entre essa argumentação inicial e o tema desta tese. Falando especificamente do que tange a pesquisa em tela, o trabalho se esforçou para uma análise que tem como *locus* central a Comunidade Tradicional de

Pescadores do bairro da Penha, localizada na capital da Paraíba, na cidade de João Pessoa. A ideia foi traçar caminhos reflexivos para compreender a trajetória de vida de Dona Irene, que além de representar como Mestra da Cultura Imaterial da cidade, é uma importante liderança comunitária e uma das residentes mais antigas e longevas do bairro da Penha. Em territórios tradicionais urbanos, especialmente em áreas ocupadas por comunidades de pescadores, os conflitos por reconhecimento são frequentemente desencadeados pela pressão da especulação imobiliária e pela falta de reconhecimento das identidades culturais locais. Os chamados territórios tradicionais urbanos, que são espaços nas cidades onde comunidades historicamente estabelecidas mantêm suas práticas culturais e sociais como referência de suas atuações sociais e econômicas, enfrentam desafios e reivindicam direitos à permanência e ao reconhecimento. Essas áreas são caracterizadas pela presença de grupos étnicos, culturais ou socioeconômicos específicos e que construíram laços de pertencimento com o território em que vivem ao longo das gerações.

Nesse cenário, as lideranças comunitárias se destacam como agentes na defesa de interesses individuais e coletivos, que podem surgir como resultado de uma organização planejada, em espaços colaborativos como Associação de Moradores, por exemplo, como podem ser forjados também de forma orgânica, oriundos de uma necessidade de posicionamento refletida em um conflito específico. Esses territórios muitas vezes enfrentam desafios específicos. No entanto, eles também podem ser locais de resistência cultural e comunitária, onde as tradições são preservadas e as identidades são fortalecidas. Na Comunidade de Pescadores da Penha, única moradia popular que se mantém na orla de praias urbanas da cidade de João Pessoa, a caminhada por reconhecimento se desenha por ações de lutas, tecidas por articulações individuais e coletivas de sujeitos que, assim como os galos de João Cabral de Melo Neto, que no tear de cada fio no tecido da manhã constrói a totalidade da aurora, reúnem suas vozes nas lutas comunitárias. Esse conjunto de vozes, conflitos e lutas desempenha um papel às vezes negligenciado na construção de garantias de permanência e manutenção dos territórios, situados na complexidade dos conflitos e no universo das subjetividades, atravessados por suas contradições. Nesse contexto, as dinâmicas de poder subjacentes à busca por reconhecimento, somadas aos embates por justiça social e pela garantia de direitos básicos, podem

produzir não apenas solidariedade, mas também processos de competição e exclusão no interior dos próprios grupos que almejam o reconhecimento.

De fato, as construções identitárias advindas do encontro dos diferentes ou os desenhos históricos que surgem do conflito incorrem nos mesmos riscos. Podem ressignificar, construir, destruir, negar. Contudo, talvez a única certeza que temos dessa reflexão é que não se pode fugir do encontro com o outro, seja individualmente, seja socialmente. É nesse lugar que entendemos as construções sócio-históricas identificadas por Hegel. É também nessa vereda que percebemos a educação como um elemento que se constitui na dinâmica social desses territórios. E, é nesse lugar, na companhia do campo da História da Educação, que se consolidam os esboços analíticos deste trabalho, procuramos compreender a trajetória de vida de Dona Irene, que teve sua história fundida com a dinâmica comunitária do bairro da Penha, em João Pessoa, Paraíba.

Na trajetória de Dona Irene, foi destacada à integração das ações educativas, políticas e culturais, em que essas dimensões se interpõem e se sobreponem dinamicamente, em diferentes proporções. Aqui, podemos antecipar que em comunidades tradicionais a educação não se restringe ao âmbito formal, mas é vivenciada diariamente por intermédio de práticas culturais e rituais diversos que transmitem saberes ancestrais e valores coletivos.

A cultura, por sua vez, é o alicerce que sustenta a identidade e a memória coletiva, sendo continuamente renovada e adaptada pelas gerações. As dimensões políticas estão intrinsecamente ligadas a essas práticas, onde o poder e a liderança são exercidos numa linha tênue entre conflitos e colaborações, refletindo a dinâmica complexa que se dá entre interesses individuais e coletivos. Dona Irene, figura central desse estudo, imprime sua participação no tecido social da Comunidade de Pescadores da Penha, atuando nos espaços de disputa e criando redes de sociabilidade internas e externas à comunidade, imprimindo dinâmicas diversas, nem sempre coesas e quase nunca lineares. A composição de sua trajetória nesse território, destaca que as rotinas cotidianas e as colaborações espontâneas, ou não, da vida diária são parte integrante para compreender as relações sociais em que a prática intelectual não é separada das outras dimensões da vida; ao contrário, é uma extensão natural do cotidiano.

E, chegando nesse tema da intelectualidade, assim como nos lembra Mills (2009) em seu ensaio sobre “O artesanato intelectual”, no livro “A imaginação Sociológica”, trazemos para o trabalho acadêmico as experiências da vida, em um movimento orgânico e comprometido com as possibilidades metodológicas de articulá-los de forma produtiva. De certo, a construção dessas reflexões parte de “pensamentos marginais”, citado por Mills (2009, p.223) para se referir a ideias e perspectivas que se encontram fora do pensamento convencional, que fizeram parte não só de minha trajetória acadêmica, mas, também, fruto da imersão na cultura popular e as suas ricas e complexas formas de manifestações, principalmente nos contextos urbanos atuais. Propor combinar os aspectos da vida pessoal com as conexões históricas para compreender como as experiências individuais são moldadas por contextos sociais e históricos é, a meu ver, um dos principais aspectos no espectro das grandes mudanças de paradigmas no campo das Ciências Sociais. Com isso, trazer Mills para essa introdução, é também celebrar as múltiplas possibilidades da escrita acadêmica que, ao superar os parâmetros engessados, abriu espaço para a inclusão das dimensões subjetivas e intersubjetivas, enriquecendo a compreensão dos fenômenos sociais sem com isso comprometer o rigor acadêmico.

Esse movimento de inovação metodológica em que a objetividade e a subjetividade se entrelaçam, permitindo que as experiências individuais e as perspectivas pessoais sejam reconhecidas como elementos essenciais na construção do conhecimento, pode ser traduzido, também, como um compromisso ético e científico com a realidade social e a busca por compreender a interdependência entre o individual e o coletivo. Essa abordagem reflexiva é integradora, em que preserva a precisão metodológica e a robustez teórica enquanto acolhe a complexidade das vivências humanas, reafirmando que o entendimento da sociedade exige um olhar que contemple tanto os aspectos estruturais quanto os subjetivos. Assim, a escrita acadêmica contemporânea se posiciona como um verdadeiro artesanato intelectual, coexistindo o rigor e a sensibilidade harmoniosamente da tecelagem do saber sócio-histórico. Além disso, todas as linhas e pontos amarrados para construção do objeto apresentado aqui costuram teoria e empiria, combinados numa cadênciia em que “os conhecimentos são construídos uns com os outros, uns sobre os outros, uns contra os outros, em movimentos de continuidade e de rupturas no transcurso do tempo histórico” (Teixeira, 2011, p.93).

Sendo assim, referências e experiências são combinadas em discussões no campo da Cultura, da Educação e da História da Educação, trabalhando conceitos como memória, territórios tradicionais urbanos, trajetórias de vida e de luta, além da própria ideia de Reconhecimento que será um patamar de sustentação importante das reflexões feitas aqui. Esses elementos aparecem também como inquietações, algo indispensável para se construir caminhos de investigação, de construção de respostas às indagações da realidade social, juntamente com suas contradições e pluralidades de sentidos, nos desafiando a compor a nossa própria trajetória de análise, mantendo no horizonte a pesquisa em sua dimensão dialógica, educativa e política. Podemos dizer, assim como defendido por Pedro Demo (2011), que para além do foco da construção de conhecimentos, a pesquisa implica uma atitude política, encaixada em “um diálogo inteligente com a realidade” (p.37).

Apropriados das ideias, percepções e processos teóricos que foram precursoras dos caminhos que trilhamos na pesquisa, poderemos apresentar o processo construtivo das etapas da pesquisa, detalhados nos próximos itens deste capítulo. É importante não perder de vista que o objeto trabalhado aqui está centrado na trajetória da líder comunitária Irene de Oliveira Pimentel, com foco nas interações educacionais, culturais e políticas como dinâmicas sociais intersubjetivas na Comunidade de Pescadores Tradicionais do bairro da Penha. A seguir, serão apresentados os percursos e os arremates nessa grande teia construída e experimentada com os sujeitos participantes da pesquisa nos últimos quatro anos em que se deu esse estudo.

1.1 A trajetória da pesquisa e a construção do Objeto

Em um estudo em que se destacam as relações interpessoais e as dinâmicas sociais de trajetórias de vidas implicadas na construção de conhecimentos e luta por reconhecimento, não há como desviar-se de um mergulho intenso nos processos formativos que me colocaram nessa trilha, hoje compartilhada também com leitores e leitoras, ampliando ainda mais as experiências da vida que me trouxeram até aqui. Refiro-me a reconhecer o lugar de onde falo e dar destaque aos processos que dão forma e conteúdo a estrutura de uma pesquisa e que passam também pelas vivências

e pelas aproximações que os/as pesquisadores/as experimentam ao longo de suas trajetórias, refletidas nas escolhas e nos caminhos que vão se trilhando desde sempre.

A escolha pela temática trabalhada aqui, ratificando a condicionalidade dessa construção às nossas experiências formativas, também faz parte desse processo. Isso porque desde as primeiras atuações acadêmicas em minha graduação em licenciatura plena em História, no ano de 2005, na Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO) fui atraída pelo universo pedagógico que se constituía fora das escolas, especificamente nos museus e nos centros culturais. Talvez porque refletia em mim o bairrismo característico dos recifenses que herdei dos meus pais e avós, e ainda de tios e tias, de diferentes gerações, que sentiam um orgulho singular de apresentar para mim, em passeios pelo centro da cidade do Recife, monumentos, praças e ruas tradicionais que, ao tempo que se destacam por seus testemunhos da história da cidade, e os diversos períodos que atravessaram, esses espaços também falavam sobre as histórias de vida da minha família, como espaços de vivências de suas vidas desde a juventude.

A Praça da República, localizada no bairro de Santo Antônio (Recife-PE), não é, para mim, por exemplo, apenas um monumento histórico que foi erguido pelo governo holandês, no século XVII e que, após ser um parque botânico, recebeu o Imperador Dom Pedro II em 1859 e testemunhou o enforcamento da maior parte dos líderes das Revolução de 1817 e que, desde 1890, ostenta o título de Praça da República, em referência ao fim do período imperial no Brasil. Para além dessas e de outras referências históricas que essa praça, e seu entorno, representam, este é o local em que, em meados da década de 1970, a minha mãe, uma moça na aurora da sua juventude, descansava no meio do dia de trabalho, em seu intervalo de almoço, juntamente com o seu radinho de pilha, sentada na sombra das árvores, ouvindo a programação local em sintonia com ondas do tipo AM. Impossível não lembrar do pioneirismo da Rádio Clube de Pernambuco e as disputas de audiência com a Rádio do Jornal do Commercio, além do seu clássico slogan “Pernambuco falando para o mundo”. São histórias que até os dias de hoje estão no imaginário dos pernambucanos, que mesmo sem saber como ou porque, sabemos que aconteceu.

Pensando num outro exemplo afetivo imbricado em acontecimentos históricos, a antiga estação ferroviária do município de Pombos (Pernambuco), construída pela Great Western do Brasil em 1886, foi onde a família do meu avô, inclusive ele,

constituiu carreira. A antiga estação ferroviária de Pombos, além de testemunhar a passagem de revoltosos tenentistas da Coluna Prestes, entre eles o Tenente Cleto Campelo, pelo interior de Pernambuco em 1926, testemunhou também o casamento dos meus avós, que se conheceram nessa Estação e se casaram na Vila dos Ferroviários, hoje em ruínas, no ano de 1958. Pensar nesses exemplos, baseados em minhas histórias de vida e da minha família, também traziam questionamentos do tipo: onde estavam as pessoas como eu e a minha família, testemunhas “invisíveis” dos tempos, em acontecimentos icônicos da história do nosso país?

Sendo assim, a relação que construí com as histórias de vida, que de forma integrada se relacionam com os espaços materiais e aos testemunhos sociais, econômicos, culturais e políticos da História do Brasil foi para mim, além de uma oportunidade de aprendizado, também um despertar para outras possibilidades de relação com o patrimônio cultural e as possibilidades de leituras históricas, diferente daquelas mais tradicionais, sobretudo quando aproximado com os aspectos intersubjetivos dos indivíduos e dos grupos sociais que mantinham e/ou mantêm relação com esses espaços. Essa reflexão, digamos, mais organizada, de fato só ficou mais bem estruturada em minhas problematizações após o ingresso no curso de graduação, concluído no ano 2009.

Acredito, também, que esse interesse em destacar os afetos e as relações intersubjetivas das histórias de vida relacionados aos espaços de memória e o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, se deu em consonância com a intensa mobilização de valorização da cultura, fruto de um espírito do tempo progressista e sensível às políticas e as práticas culturais das mais diversas, já na primeira década dos anos 2000. As políticas culturais estavam em um período de transição nesse início do século XXI, refletindo uma compreensão para além de uma identidade nacional, mas da formação das identidades locais, aproximando-se fortemente do conceito de diversidade cultural. Como aponta Mignolo (2007), a transição que marca esse período, atravessada pelos múltiplos processos de globalização, também evidencia a emergência de um movimento paralelo de (re)afirmação e (re)significação das identidades locais. Trata-se de um fenômeno em que sujeitos e coletividades, articulados por critérios diversos e trajetórias históricas singulares, reivindicam o reconhecimento de seus modos de existência, saberes e formas de organização, desafiando as tendências uniformizadoras do sistema-mundo

moderno-colonial. Essas políticas culturais interagiram de maneira significativa com as políticas de educação, fomentando a interconexão entre cultura e aprendizado. Ao integrar elementos culturais nos projetos pedagógicos e promover a valorização da diversidade cultural em espaços escolares e não escolares, as políticas de educação começaram a refletir uma abordagem mais plural, com reflexo nas relações de ensino e aprendizagem.

Ainda nesse panorama, a partir do ano de 2002, é consolidada no Brasil um sistema nacional de financiamento e de articulação de políticas culturais em que rearranjos institucionais ampliaram o próprio conceito de cultura, com atuações integradas com a sociedade civil e objetivando a democratização e promoção do acesso aos mecanismos de produção, distribuição e fruição de bens culturais (Calabre, 2014). O Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, que popularmente é chamado de "Lei Rouanet", em referência ao ministro Sérgio Paulo Rouanet, foi instituído em 1991, durante o governo de Fernando Collor.

A princípio, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a intervenção do Estado na esfera cultural estava fortemente ligada às políticas de incentivo, uma vez que aproximadamente 30% da legislação relacionada à cultura consistia em leis dessa natureza. Esse cenário sofreu modificações significativas durante a gestão do governo Lula (Cabral Filho & Chagas, 2015, p.319). A Lei Rouanet, que estabelece mecanismos de incentivo fiscal para o financiamento de projetos culturais, permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do imposto de renda devido a projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Sob o governo Lula, houve um aumento na captação de recursos através da Lei Rouanet e um maior incentivo à diversidade cultural, com o apoio a uma ampla gama de projetos culturais em todo o país. Dentre outros exemplos, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), lançado em 2004, trabalhou com o viés da promoção de práticas culturais por meio de financiamento direto e descentralizado a projetos comunitários, como pontos de cultura, que financiavam a produção cultural local e a inclusão social.

E, em integração com as políticas culturais, a lei 10.639, promulgada no ano de 2003 (Brasil, 2003) e ampliada no ano de 2008, que inclui no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena, corrobora com esse cenário como um exemplo do resultado tangível da interação

entre as políticas culturais, ao reconhecer e promover a diversidade cultural afro-brasileira e indígena, e as políticas educacionais, ao incorporar esses conhecimentos de forma sistemática e transversal na formação escolar, e no campo da educação antirracista como um todo. Aqui vale o destaque que no mesmo período, já calcada por importantes contribuições da década de 1990, a integração entre educação e cultura ganham contornos ainda mais robustos, principalmente no campo da Educação Patrimonial e da Arte/Educação, em que mulheres como Ana Mae Barbosa e Evelina Grunberg se destacam no contexto brasileiro com importantes contribuições, sobretudo na dimensão metodológica.

A integração da Arte/Educação com as políticas de cultura e educação pode estimular o desenvolvimento de habilidades criativas e críticas essenciais no que tange a cidadania, o engajamento cultural e o aprendizado significativo. Ao fornecer oportunidades para o aprendizado e a prática artística em contextos culturais diversos, as políticas de Arte/Educação não apenas enriquecem as experiências educacionais dos alunos, mas também os capacitam a se tornarem agentes ativos na criação e transformação de suas próprias realidades culturais. Esse processo promove não apenas a expressão individual, mas também fortalece os laços sociais e promove a construção de identidades culturais mais resilientes e dinâmicas.

Em proporções semelhantes, a Educação Patrimonial tem o potencial de engajar os sujeitos de forma ativa e reflexiva na investigação e interpretação, partindo de relações do passado, presente e futuro em que o sujeito se insere, e se reconhece nos símbolos culturais, além de problematizar os estigmas e as disputas de narrativas relacionadas ao campo da memória. Essa abordagem não apenas propõe capacitar os alunos a desenvolverem um senso de identidade cultural e histórica, mas também os incentiva a questionar ativamente narrativas dominantes, reconhecer e valorizar a diversidade cultural e promover a justiça social. Essa dimensão histórica que, de certa forma, caracterizava o espírito do tempo no Brasil influenciou profundamente minha visão desses conceitos, com impactos nas escolhas e trajetórias intelectuais e laborais. Imersa nesse contexto, busquei atuar como estagiária em alguns museus e instituições culturais, oportunizando um trabalho profícuo em Educação e Cultura. Atuei na minha cidade natal, Recife, e também na cidade em que residia, Olinda, entre os anos de 2005 e 2009.

O trabalho no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, no Museu de Arte Contemporânea de Olinda, no Museu do Estado de Pernambuco, no Museu de Arte Sacra de Olinda, dentre outros espaços, oportunizaram o conhecimento em várias experiências populares de valorização do patrimônio cultural, em que a construção de sentidos e de pertencimento eram trabalhados pelos próprios detentores daquelas referências simbólicas em um processo didático e pedagógico muito particular de educação, relacionado não só com a apreensão de conteúdos ligados à História, Geografia dentre outras disciplinas escolares, mas sobretudo, integrado com o universo da educação política e da atuação comunitária em práticas cotidianas, escolares e não escolares, de aprender e ensinar.

Nesse período, pude consolidar a noção que o princípio educativo relacionado ao patrimônio cultural se constitui nos processos de mediação cultural, elaborados a partir de um conjunto multidisciplinar, em que a participação do outro, e dos processos intersubjetivos, eram amparados numa lógica de trocas de vivências e de saberes, em ambientes diversos e em diferentes níveis de experimentações. Em relação aos museus e instituições culturais, essas atividades, essencialmente pedagógicas, pareciam ser a que mais aproxima as pessoas, internas ou externas ao contexto em questão, de uma discussão ampla e diversificada, “construindo um espaço de novas possibilidades didáticas e contribuindo na formação de público em equipamentos culturais, além de qualificar práticas pedagógicas de caráter formativo e integrador no universo da cultura em diferentes espaços” (Borba, 2017, p.72).

Assim, pude acumular ao longo da graduação experiências formativas que, associadas ao campo da Educação e da História, fundamentam práticas educacionais em que se questiona em que medida os contextos históricos moldam a compreensão do patrimônio cultural de uma sociedade. E, por esses caminhos que me fizeram perceber o universo da educação e do patrimônio cultural como possibilidade de investimento acadêmico que transformei essa prática em meu objeto investigativo.

Ao fim da graduação, em 2010, iniciei um curso de especialização em “Gestão Educacional”, na Universidade Católica de Pernambuco, trazendo para meu trabalho de conclusão de curso o tema “Gestão Educacional em Museus”, apresentando a trajetória do campo da educação e da memória, e como (e quando) essas temáticas passaram a interagir e formar um campo de investigação autônomo (mas, sem perder a característica interdisciplinar), sobretudo quando estamos falando em espaços de

memória e patrimônio cultural, foco que estabeleci nesse trabalho entre os anos de 2010 e 2012.

Tenho buscado compreender como as instituições culturais/educacionais, que se constituem como espaços ativos e atuantes, atuam também como agentes de transmissão e transformação do patrimônio cultural. Isso é perceptível na análise dos currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas que revelam as narrativas selecionadas e os processos de seleção, que, por sua vez, refletem as prioridades socioculturais e históricas de uma comunidade ou de grupos sociais específicos. Em paralelo à atuação acadêmica continuei investindo na atuação profissional em instituições culturais, juntamente com as professoras Luciana Padilha e Niedja Santos, para mim não só parceiras de trabalho, mas também importantes referências no campo da cultura e arte/educação. Formamos um grupo de educadores e educadoras que prestaram serviços pedagógicos em exposições temporárias no estado de Pernambuco. Essa experiência durou um pouco mais de dois anos, logo após a minha formatura no curso de graduação, no ano de 2009, e marcou profundamente minha trajetória profissional.

Nesse tempo curto, porém bastante proveitoso, pudemos elaborar materiais didáticos e construir processos de mediação cultural, colocando em prática possibilidades pedagógicas para pensar a arte, a cultura e a educação a partir de outras referências, para além daquelas ainda cristalizadas em perspectivas não críticas sobre narrativas históricas e as representações simbólicas das mais diversas culturas. Essas experiências oportunizaram também uma maior abertura em minha rede de sociabilidade, ajudando em minha integração no campo acadêmico e profissional com instituições públicas e privadas e, também, nas relações com grupos de cultura popular, lideranças comunitárias, professores e estudantes, ongs e outros espaços diversos em que atuamos em exposições itinerantes. Nesse movimento, fui convidada para participar de uma seleção para prestação de serviço na Superintendência de Pernambuco do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/PE. Na ocasião, a vaga se constituía para prestação de serviços administrativos na área de educação e cultura, em que minha formação em andamento em Gestão Educacional, corroborou, juntamente com as experiências acumuladas nesse campo, para que eu estivesse apta para assumir a vaga.

Iniciei no final do ano de 2010 o trabalho no setor do Patrimônio Imaterial do IPHAN/PE. Esse período coincidiu com a efetivação do “Projeto Casas do Patrimônio”, uma política de educação patrimonial e valorização do patrimônio que contempla em seu projeto pedagógico ações de educação e capacitação visando, além de promover a integração com as comunidades locais onde estão situadas. A ideia agrupa ações de conservação e preservação do patrimônio cultural brasileiro ao mesmo tempo em que podem funcionar como centros culturais, espaços de convivência e valorização da identidade cultural das regiões. Minhas experiências nesse espaço se consolidaram no trabalho da exposição “O sopro do Tempo”, organizada pelo IPHAN de Pernambuco e que havia sido inaugurada em 2009, na sede da Superintendência deste Instituto.

Foi a partir dessas vivências que conheci o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, comuns a vários órgãos do serviço público federal incluindo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde então, passei a me preparar para prestar concurso almejando esse cargo, visando a atuação no próprio Iphan ou em museus que compõem a rede do então recém-criado IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. Contudo, o número de ofertas de concursos para este cargo nos órgãos de fomento à cultura foi mínimo, sendo expressivamente maior em instituições de educação superior, fato que me fez reconduzir as estratégias e investir numa atuação profissional em universidades federais, considerando que essas autarquias possuem em sua estrutura espaços museais e instituições culturais associados, principalmente, às atividades de pesquisa e extensão. Nisso, após algumas tentativas, no ano de 2012, obtive a terceira colocação para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Paraíba, em que tomei posse e entrei em exercício em fevereiro de 2013.

Após a mudança para a cidade de João Pessoa, iniciei os trabalhos no campo da Educação Superior. Muitos desafios daí por diante, visto que fui lotada na Pró-Reitoria de Graduação em que o trabalho não dialogava diretamente com as experiências que trazia comigo e que eu pretendia investir. Sem obter êxito na tentativa de migrar para outros espaços em que tivesse o perfil de trabalho no campo da cultura e produção cultural, a exemplo da Pró-Reitoria de Extensão, tentei me aproximar dos programas acadêmicos voltados à graduação. Foi nesta oportunidade em que pude ampliar conhecimentos nessa área e investir na gestão e avaliação de programas que tem por

objetivo a qualificação da educação superior. Em paralelo, nas vivências e descobertas da capital paraibana, e também por já conhecer pessoas atuantes da área da cultura da cidade por conta dos trabalhos que acompanhei no IPHAN-PE, fui convidada a conhecer projetos e espaços de educação e cultura em João Pessoa.

Nesse movimento, conheci o Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa, um projeto desenvolvido pelo Coletivo Jaraguá, uma associação de direito privado, composta por produtores culturais, artistas, professores e outros profissionais da cultura, tendo por objetivo promover a cultura, a educação e o desenvolvimento social, contribuindo para consolidação da cultura como importante vetor de desenvolvimento sustentável. Cabe aqui o destaque que a construção dos caminhos investigativos que foi trilhado no início desta pesquisa, trazia o Museu do Patrimônio da Grande João Pessoa (MPVJP) com certa centralidade em relação à atuação da Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, para então trazer a atuação da líder comunitária Irene Pimentel, de forma associada a atuação desse museu. Contudo, no tecer da pesquisa, assim como orienta Bourdieu, o que determina a ciência de uma área social é o fato de que os problemas que o(a) pesquisador(a) tem que resolver são colocados pelo próprio campo (Bourdieu, 2007). Percebemos que nosso campo de estudo está diretamente associado à Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, sem a necessidade expressa do Museu como um indutor de determinado comportamento que, apesar de ter uma representação importante na comunidade, se configura como mais um elemento da dinâmica de interações que ali se estabelece. Ou seja, se cada campo opera de acordo com suas próprias regras e lógicas, com formas específicas de disputas, considerar a atuação do Museu do Patrimônio Vivo nessa equação é, na verdade, uma escolha refletida nos caminhos que me levaram até a definição do objeto trabalhado nesse estudo, principalmente porque foi por meio do MPVJP que, a convite dos idealizadores desse projeto, Pablo Honorato e Marcela Muccillo, conheci a Peixada de Dona Irene e suas histórias e vivências no processo de luta contra a especulação imobiliária na Praia da Penha.

Passeando por esses marcos da minha trajetória acadêmica, não posso deixar de pontuar o ingresso no Mestrado em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB. Optei por trazer essa etapa nesse momento do relato, já que as problematizações que trouxe anteriormente aconteceram paralelamente ao meu ingresso nesse curso. Por estar envolvida com os aspectos mais operacionais

das minhas atividades na Pró-reitoria de Graduação da UFPB, optei por investir na formação em políticas públicas de qualificação da Educação Superior. Tal escolha, apesar do aparente distanciamento de minha formação inicial, fomentou muitos aprendizados, sobretudo em relação à própria academia. Essa “volta” à academia propiciada pela experiência no Mestrado, juntamente com os elementos ora desenvolvidos nessa introdução, me fez chegar à Penha e à Dona Irene. Essa chegada na Penha foi, aos poucos, sugerindo caminhos investigativos em cada conversa e em cada evento que participava na Peixada de Dona Irene. Foi nesse amadurecimento, mediado pelas vivências e relações que estabeleci com a cidade de João Pessoa, que tomou forma as intenções investigativas, a delimitação do objeto de estudo, problema e objetivos que se apresenta nesta tese de doutorado.

1.2 Indicação do problema, definição dos objetivos e justificativa: aproximações com a História da Educação

Assim como foi brevemente apresentado no item anterior, o objeto dessa pesquisa é a análise da trajetória de Dona Irene, compreendendo-a como uma Mestre Ensinante na comunidade da Penha da cidade de João Pessoa. Interessante destacar que a definição do objeto de pesquisa trabalhado neste estudo passou por diversos “testes” ao longo da construção da tese. Em um primeiro momento, e isso se constituiu nos argumentos centrais que foram apresentados no Exame de Qualificação, foi pensada a trajetória de Dona Irene sempre relacionada ao Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. A intenção inicial foi analisar a trajetória de Dona Irene, na sua dimensão social, política e educacional, catalisada e refratada pelo Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, na Comunidade de Pescadores Tradicionais da Penha e, também, em outros espaços da cidade. Nesse sentido, o Museu aparecia como uma espécie de “espelho” que, de certa forma, representava um elemento de legitimação da atuação de Dona Irene como Mestra. Ainda que o termo “legitimar” não fizesse parte de nosso vocabulário para expor as relações hipotéticas que víamos entre o Museu e Dona Irene no início da pesquisa, acabou que o papel desta Instituição indiretamente se colocava nesse patamar.

Então, alguns elementos contribuíram para a ressignificação dessa relação na pesquisa. O primeiro e principal elemento foi o próprio Exame de Qualificação, em que

as análises das avaliadoras convergiam para a necessidade de se colocar como centro da investigação científica a atuação de Dona Irene, não rivalizando, portanto, com outras instâncias como o Museu. A segunda razão para a mudança de rumos da investigação foram os dados revelados na pesquisa de campo. Percebemos que outras instituições apareciam com grande e, por vezes, maior destaque na vida de Dona Irene e na sua atuação comunitária. Tomo como exemplo o Ministério Público e a Universidade Federal da Paraíba. Nesse sentido, não havia razões para pensar o Museu como um mediador da sua relação com símbolos e referências culturais daquele território. Por isso, sem diminuir a importância do MPVJP na trajetória de Dona Irene na Penha, não fazia sentido colocá-lo em um patamar de destaque que não se observava na pesquisa empírica. Da mesma forma, percebeu-se que igualmente não havia sentido em compreender uma instância como espécie de legitimadora das ações de Dona Irene. As instituições da qual falamos apareceram na análise como instâncias de reconhecimento e não de legitimação. Nem por parte das instituições (que em nenhum momento se colocaram nessa posição), tampouco da própria Dona Irene.

Ao organizar os caminhos percorridos ao longo dessa trajetória de pesquisa, é possível afirmar que o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa nos levou até Dona Irene, e Dona Irene, por sua vez, nos levou a expandir nossa jornada, saindo do Museu. Mas quando se fala em “sair”, não significa um abandono, mas uma transcendência. Entramos na pesquisa compreendendo o Museu de forma maior e desenvolvemos nossa investigação percebendo que ele tem uma importância dentro da relação com a própria Dona Irene, mas nunca “superando” a própria relevância que ela passou a ter na compreensão da própria trajetória de pesquisa. Em linhas gerais, a trajetória de pesquisa refinada no exame de qualificação nos fez colocar Dona Irene no lugar que ela precisava estar na investigação: como centro de nossos esforços de compreensão de sua trajetória.

Essa percepção evidenciou a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a atuação de Dona Irene, identificando-a como uma "Mestre Ensinante" em sua prática sociocultural na esfera pública. Tal análise se fundamenta em seu engajamento, que se aproxima do conceito de "trajetória de vida", no sentido de contribuir para o entendimento dos processos identitários e de reconhecimento, a partir das referências culturais imateriais associadas ao seu território. A própria noção de território,

particularmente dialogada com a percepção histórica socialmente construída, aparece nesse trabalho como promotor de relações sociais construídas na dialética da comunidade e das disputas características dos campos, definido por Bourdieu (2004) como “campo de forças” em que se constitui a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes”.

Implica dizer que tal relação não se define de forma linear, isenta de contradições e espaços de tensão. A constituição dos espaços sociais e de seus territórios deve ser pensada a partir da complexa relação dialética de constituição dos sujeitos e de sua cultura, repleta de tensionamentos que, em última instância, se revelam como construtores das identidades e histórias destes grupos sociais (Taylor, 1994). Cabe então destacar, para efeitos de delimitação do objeto, que nosso campo de pesquisa se refere ao Bairro da Penha, uma das mais tradicionais da cidade de João Pessoa e que, em 2018, foi reconhecido oficialmente como Comunidade Tradicional de Pescadores. Esse reconhecimento se deu pela lei n 11.231, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba (Paraíba, 2019), que autorizou, também, o Poder Executivo Estadual a outorga do direito real, uma área de 16.473 m², habitada pela comunidade de pescadores, cerca de 80 famílias residentes há pelo menos 40 anos.

A participação da Comunidade da Penha nesse processo nos pareceu dar pistas importantes sobre o enraizamento de práticas comunitárias em territórios periféricos urbanos na construção de identidades de resistência. Essa, portanto, foi um ponto destacado do trabalho e que viria a ser objeto de aprofundamento ao longo da pesquisa, sobretudo na compreensão da atuação política de Dona Irene nos processos de luta pela regularização fundiária na comunidade de Pescadores. Outro aspecto relevante foi o registro realizado pela Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República na Paraíba, que caracterizou a comunidade da Penha como um território organizado e resiliente. Essa organização se manifesta tanto na mobilização comunitária para assegurar o retorno seguro dos pescadores após a atividade no mar quanto na articulação para reivindicar dos órgãos públicos condições essenciais, como segurança e moradia, frente às ameaças impostas pela especulação

imobiliária. Segundo o mesmo registro, Dona Irene deixa claro que “as mulheres não deixam barato não”² (2019).

Baseado no que foi dito até aqui, o trabalho que se segue defende que a trajetória de Dona Irene na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, em João Pessoa, se reflete em um processo de reconhecimento sociocultural baseado na identidade territorial e no patrimônio imaterial local, onde sua atuação constitui sua figura de autoridade. Portanto, sua participação na articulação de mecanismos de garantia de direitos fundamentais para as pessoas dessa comunidade passa pelo o que é ensinado aos demais por meio de sua prática cotidiana, marcada pelo engajamento em atividades educativas, políticas e culturais. Esse processo é o motor para consolidar a síntese da figura de Mestre Ensinante, que exploraremos mais adiante e que sublinha a atuação de figuras que construíram sua autoridade intelectual de forma orgânica, como Dona Irene, integrada a uma coletividade, em diferentes aspectos, e que constrói conhecimentos que vão desde saberes tradicionais até o entendimento das estruturas sociais e políticas que impactam a vida da comunidade, reafirmando sua função de liderança comunitária e de propagadora do patrimônio cultural imaterial local.

Para trabalhar esses aspectos, levantamos como questão de pesquisa: de que forma a trajetória de Dona Irene, na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha em João Pessoa, dialoga com o reconhecimento sociocultural e a valorização da identidade territorial, fazendo com que ela seja reconhecida por diversos atores sociais como Mestre Ensinante?

Considerando essa problemática, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a trajetória de Dona Irene na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, em João Pessoa, na Paraíba, evidenciando sua atuação como Mestre Ensinante.

Os objetivos específicos são:

1. Descrever a trajetória de Dona Irene na comunidade da Penha, com ênfase nos anos de 2013 a 2023;
2. Identificar e analisar as contribuições políticas, culturais e educacionais de Dona Irene nos processos históricos e sociais de sua comunidade;

² Fonte: site jusBrasil, publicado pelo Ministério Público Federal, disponível em <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/659159905/comunidade-tradicional-de-pescadores-conquista-direito-de-morar-em-praia-na-paraiba?ref=feed> (acesso em 13.11.2020).

3. Analisar, a partir da trajetória de Dona Irene, as esferas do Reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade;
4. Desenvolver, a partir da trajetória de Dona Irene, o conceito de Mestre Ensinante como referência de sua atuação na Comunidade Tradicional da Penha.

A estruturação desses objetivos apostou na possibilidade de captar os processos pedagógicos que transversalizam a atuação de um sujeito, entendido aqui como uma liderança comunitária popular, em que sua trajetória de vida na comunidade constrói elementos de representatividade e reconhecimento captados pela comunidade para garantia de direitos fundamentais e manutenção de suas práticas cotidianas, representadas aqui pela prática da pesca tradicional e todo o universo que se insere nesse cotidiano. Em outros termos, tendo como referência as significações dos símbolos e linguagens culturais que partem de sua própria construção histórica e do conjunto constituído pelas vivências comunitárias, o que se apostou nesta investigação foi a consideração dos aspectos de aprender e ensinar baseados na potencialidade das pessoas enquanto sujeitos historicamente localizados. Da mesma forma, a compreensão de como esses conhecimentos, trabalhados de formas diversas e adaptadas, contribuíram no processo de fortalecimento político, cultural e educacional dessas pessoas, tendo como Dona Irene o nosso universo de referência.

Nesse sentido, o grande desafio foi o de desenvolver um caminho que alinhasse as singularidades que formaram e ainda formam a trajetória de Dona Irene com campo da Educação, destacando aí as ações de ensino-aprendizagem que, mesmo que não formais, criou um modo de comunicação em que aprender sobre seu território, a partir das próprias necessidades e de suas próprias práticas, se tornou o caminho mais efetivo para a proteção e manutenção de interesses comuns.

O próprio desafio de concatenar esses caminhos justifica a relevância do estudo desenvolvido. Pode-se dizer que o trabalho que segue tenta responder à necessidade de ampliação de estudos no campo da História da Educação que se dedicuem aos espaços de educação não escolar. Mesmo entendendo que os processos educativos e de sociabilidade estão inseridos em diversas práticas sociais, nos mais variados ambientes da vida cotidiana e se constituem como prática cultural associada a características específicas de diversos grupos sociais, não encontramos

uma diversidade de trabalhos no campo da História da Educação que problematizam os processos educacionais em relações sociais dessa natureza.

As escolas ainda aparecem como locais privilegiados de formação nas pesquisas desse campo. Não há, por exemplo, nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), desde a sua primeira edição até o ano de 2017, registros de trabalhos apresentados em que espaços de educação não formal ou informal aparecem como espaço e/ou objeto de estudos nos eixos que se reportam à educação não escolar (Albuquerque & Buecke, 2019, p.22). Contudo, é importante destacar que a inclusão da temática da educação não-escolar vem se ampliando.

Um exemplo é que no encontro realizado no ano de 2022, na décima primeira edição do CBHE, foi trabalhado o tema “Cultura e Educação: memória e resistência” em que observamos a submissão de trabalhos que pensam a relação entre educação e museu, por exemplo, inserido no campo da História da Educação. O evento propôs dois eixos temáticos que se alinham com o universo da educação não formal: o eixo 7, “Patrimônio educativo, arquivos e acervos”; e o eixo 11, “Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares”.

Com isso, percebe-se que é uma temática que vem crescendo, ainda de forma tímida, mas com contornos cada vez mais precisos em relação ao seu espaço no campo. Mesmo com o predomínio da temática na trajetória de docentes e instituições escolares nas pesquisas em História da Educação, não há o desestímulo à produção que conte coletores outros sujeitos e outros espaços educativos. Isso significa o investimento social e científico da compreensão do fenômeno educativo em espaços não escolarizados, em espaços sociais que apresentam uma intencionalidade educativa, e que não se limitam a um processo formal de educação, ou seja, não se limitam a projetos pensados a partir de instituições como a escola. Ou seja,

A pluralidade teórica que configura hoje o campo da História da Educação passa pela multiplicidade dos objetos sobre os quais os pesquisadores vêm buscando investigar e pelo arcabouço mais amplo e diversificado de fontes que o historiador da educação vem mobilizando. Passa também pela problemática dos lugares, o que provoca um deslocamento na seleção dos objetos de pesquisa e na forma de abordá - los [...] Esse deslocamento do singular para o plural – o olhar para o outro que era invisível ou para fatos considerados “irrelevantes” para constar na história – não só indica caminhos de pesquisa possivelmente inexplorados, mas também abre novas possibilidades, ao transformar papéis velhos, muitas vezes

guardados apenas por afeto ou pura comodidade, em fontes históricas (Silva & Orlando, 2019, p. 429-430).

Percebendo essa ampliação do campo da História da Educação, as reflexões e análises desenvolvidas neste estudo revelam-se como colaborativas na ampliação dos horizontes do campo da História da Educação, ao mesmo tempo em que lançam luz sobre as conexões intrínsecas entre Educação e Cultura. Nesse diálogo, a Educação emerge não apenas como um processo técnico ou instrumental, mas como uma prática humana e cultural profundamente, carregada de significados e atravessada por temporalidades e sensibilidades históricas. Essa abordagem convida a um olhar mais amplo e filosófico, permitindo interpretações plurais e complexas sobre os caminhos e sentidos do aprender e do ensinar, compreendidos como dinâmicas que entrelaçam sujeitos, contextos, intencionalidades, conflitos e interesses diversos, mas com a capacidade de agregar e fortalecer interesses comuns.

São essas as provocações e os parâmetros mais gerais que instigaram a construção dos demais aspectos da pesquisa. O próximo tópico deste estudo dedicase à exploração dos aspectos teóricos que fundamentam e orientam a construção do processo metodológico. Serão apresentados os referenciais que dialogam com as problematizações levantadas, buscando compreender como as essas escolhas teóricas nos auxiliaram a compreender os caminhos investigativos que foi coletado em cada vivência experienciada no campo. Esse percurso teórico-metodológico foi desenvolvido evidenciando os desafios, as possibilidades e os limites enfrentados na tentativa de entrelaçar as dimensões sociais e práticas que sustentam a relação entre Educação e Cultura.

1.3 Abordagem teórico-metodológica: História do Tempo Presente, Cultura e Educação

Respeitando as particularidades e, sobretudo, a contemporaneidade do objeto trabalhado aqui, são pelas lentes da historiografia do tempo presente que partiremos com a leitura do nosso objeto. Pensar a trajetória de Dona Irene significa considerar suas experiências individuais e como essas experiências dialogam e se refletem

coletivamente no contexto contemporâneo da Comunidade Tradicional de Pescadores da Penha. Esse construto compreende as dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam sua atuação como uma representação destacada na comunidade. Em termos mais sintéticos, apostamos que a História do Tempo Presente nos dá a possibilidade pensar como a trajetória de Dona Irene não apenas dialoga com processos históricos mais amplos, materializados em diversos outros contextos em que comunidades tradicionais são ameaçadas pela especulação imobiliária, mas também influencia diretamente a configuração atual desse território, destacando o papel ativo de Dona Irene na preservação e transmissão de saberes tradicionais.

Sendo assim, a História do tempo presente, ao focar em eventos e processos recentes, proporciona uma oportunidade única para o campo da educação. A inclusão de temas contemporâneos no currículo escolar e acadêmico permite que estudantes estabeleçam conexões mais diretas e relevantes com o mundo ao seu redor. Esse enfoque contribui para uma compreensão mais crítica e reflexiva da sociedade atual, incentivando o pensamento crítico e a formação de cidadãos mais conscientes e engajados. Além disso, ao tratar de questões ainda em desenvolvimento ou que possuem testemunhas vivas, a História do tempo presente possibilita o uso de fontes diversificadas, como relatos orais e registros digitais, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

No campo da cultura, a História do tempo presente desempenha um papel crucial ao documentar e analisar fenômenos culturais contemporâneos. Ao estudar movimentos sociais, manifestações artísticas e mudanças nos valores e comportamentos, os historiadores contribuem para a preservação e compreensão da memória coletiva e identidade cultural. Esse campo também promove a valorização da diversidade cultural e o debate sobre questões atuais, como direitos humanos, globalização e tecnologia, influenciando diretamente a produção cultural e o pensamento crítico. Assim, a História do tempo presente, que aparecerá nos próximos parágrafos identificado pela sigla HTP, não apenas documenta, mas também dialoga com a cultura viva, ajudando a moldar a narrativa histórica que será transmitida às futuras gerações.

As características dessa abordagem nascem de um cenário de emergências, pós-segunda guerra mundial, em que demandas relacionadas a experiências concretas

que ocorreram ao longo do século XX pareciam ensejar uma nova cultura histórica, não mais com os olhos voltados para o futuro. Em outros termos, a percepção moderna na fé em um futuro asfaltado pelo progresso, refletia uma ideia de tempo em que, “segundo Koselleck, é marcado por uma lacuna crescente entre o campo da experiência e o horizonte de espera” (Hartog, 2014, p.283).

O historiador francês François Hartog, irá chamar atenção para esse movimento das percepções coletivas do tempo que ele chamou de “Regime de Historicidade”, uma categoria heurística, como sendo “a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo” (Hartog, 2014, p.12). Está próximo das reflexões sobre como cada tempo é constituído. Como o passado, o presente e o futuro são engrenados na percepção sobre o tempo histórico e, principalmente, como essas categorias se misturam e/ou se sobrepõem entre si e na influência da percepção desses extratos de temporalidade.

Segundo o mesmo autor, após os grandes eventos bélicos que marcaram a Europa no século XX e o consequente descrédito no promissor viés de progresso do projeto iluminista, o regime de historicidade moderna, essencialmente futurista, passa a perder sua hegemonia. O olhar para os acontecimentos contemporâneos começa a esboçar uma outra experiência com os extratos de temporalidade em que o futuro se apresenta como incerto e caótico, gerando uma cultura do presente expandido: “entre os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem” (Gumbrecht, 2015, p.16). A perspectiva do presente passa a ser um fim em si mesma.

Dessa forma, desenha-se uma cultura histórica atenta ao presente, ou seja, um regime de historicidade presentista relacionado ao contemporâneo. É neste lugar que a HTP estrutura suas bases historiográficas. A HTP é, dessa maneira, oriunda de um regime historiográfico em que a cultura histórica hegemônica não mais se vincula aos parâmetros historicistas, mas sim a uma referência das experiências do presente. Como nos orienta François Dosse (2012, p.11), não se trata puramente de analisar objetos de nosso tempo contemporâneo. A relação está, sobretudo, na contemporaneidade do objeto, e não com o contemporâneo (no sentido do presente imediato): “o conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo [...] se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas.”

Trazendo para o escopo de estudo que foi dimensionado aqui, adotar essa perspectiva teórica também permite situar a atuação de Dona Irene em um cenário marcado por disputas de memória e identidade, onde os saberes e patrimônios culturais imateriais se tornam ferramentas de resistência e afirmação territorial. A história vivida e ensinada por Dona Irene reflete a tensão entre tradições locais e processos de urbanização de cidades que são capitais em franco crescimento populacional e de investimentos imobiliários que impactam em comunidades tradicionais que se estabeleceram próximas aos bairros mais centrais.

A HTP, ao lidar com manifestações ainda em curso e que possuem implicações no projeto de cidade que investe, oferece instrumentos para interpretar como sua prática contribui para a preservação e a construção de um legado cultural que conecta passado e presente, promovendo o reconhecimento e a valorização de identidades locais. A princípio, parece caber bem em termos historiográficos do HTP pensar os novos usos do patrimônio cultural imaterial, com destaque para seu papel social, que abrange, para além da conservação de bens culturais, a manutenção da vida das pessoas que integram/reintegram/constroem/reconstroem cotidianamente as expressões identitárias que os legitimam como detentores daquele espaço. Isso porque as experiências e as memórias do passado atravessam o tempo presente e consideram dialeticamente as constituições sociais contemporâneas, sendo espaço fecundo para o estudo da constituição de identidades e de reconhecimento, principalmente sob os aspectos de subjetivação da construção do sujeito contemporâneo em que “se dirige para as coisas de que precisamos e que usamos e para os outros sujeitos com quem nos engajamos” (Taylor, 1994, p.34).

Tentando aqui organizar o que Taylor nos traz sobre essa relação entre os sujeitos, as necessidades e os engajamentos que os indivíduos se inserem, é pensar que a ideia de que a construção do sujeito contemporâneo ocorre por meio de um processo de subjetivação que envolve as coisas/situações com as quais interagimos e com os outros indivíduos com quem nos relacionamos. Taylor sugere que a identidade do sujeito é formada em um espaço de engajamento e interação com o mundo e com os outros, o que é especialmente relevante ao se estudar Comunidades Tradicionais e como esses elementos são trabalhados pedagogicamente para a manutenção de interesses comuns ou, até mesmo, para fomentar a dialética da diversidade que, nesse mesmo conjunto, conta também com oposições, dissonâncias e manutenção de interesses privados, em detrimento dos interesses coletivos

Nesse sentido, a análise da trajetória de Dona Irene considera como sua memória e suas práticas culturais influenciam a subjetivação de si mesma e da comunidade, contribuindo para o reconhecimento de identidades coletivas e individuais no tempo presente. Assim, quando falamos em termos historiográficos certas convenções são necessárias para que o pesquisador possa caminhar pelas possibilidades metodológicas que atravessam o campo da História do Tempo Presente. Um dos principais desafios colocados pela literatura que atravessa esse campo está justamente na proximidade que nós, os/as pesquisadores/as, estamos de nosso objeto. Um outro ponto de interligação que repercute na própria estrutura metodológica do trabalho é a relação com a História Cultural. Assumimos, portanto, a perspectiva de que a HTP está associada ao campo historiográfico da História Cultural que

abre-se a estudos mais variados, como a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura [...] que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada (Barros, 2004, p.55).

Nessa abordagem, o olhar da História Cultural, também por seu caráter multidisciplinar, parece dialogar com um dos elementos fundamentais da atuação de Dona Irene na Comunidade de Pescadores Tradicionais da Penha. Isso porque há o destaque para a cultura imaterial como um processo comunicativo, atrelado, sobretudo, à forma como as pessoas atribuem sentido às suas práticas cotidianas, naquilo que Chartier (1988) indica como processos sociais que se associam de forma orgânica entre a “objetividade das estruturas” e a “subjetividades das representações” (p.18). Esse conceito ratifica a noção de cultura que entendemos em nossa análise, que “diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, a variabilidade de formas de conceber o mundo, e as particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social” (Gomes, 2003, p. 75).

Assim, esse cenário, quando aplicado à realidade de comunidades tradicionais urbanas, potencializa as relações entre passado e presente como mediadores de práticas culturais e pela atuação de figuras de autoridade, como Dona Irene, cuja trajetória é lida também como de resistência e de perpetuação dos valores

comunitários. Nessas comunidades, a construção da tradicionalidade, operada por símbolos imateriais dos modos de viver, não apenas reforçam as identidades locais, mas também articulam lutas por direitos que transcendem o indivíduo, tornando-se coletivas e estruturantes. Exemplifica, também, como essas figuras de autoridade mobilizam a memória e a cultura local para construir redes de sociabilidade que as beneficiam individualmente e coletivamente, visto que o trabalho de perpetuação e conservação dos modos de vida tradicionais funcionam, também, como um elemento de poder.

Implica que, se um movimento que ganhou força e forma a partir do fortalecimento das políticas culturais gestadas entre o final do século XX e no início do século XXI, estamos nos atendo a um processo que está em movimento, e que se molda ao presente em termos de defesa da especulação imobiliária, por exemplo, estamos pensando sobre as relações de vivências materiais e simbólicas das pessoas e dos grupos e como essas relações são integradas ao cotidiano como prática objetiva, que quase sempre se sustentam por estratégias específicas no dia a dia da vida social, educacional e política do território a qual se vinculam.

Aqui, como já mencionado anteriormente, a Comunidade Tradicional de Pescadores da Penha está configurada naquilo que a sociologia chama de periferias urbanas (Maricato, 2011, p. 70) em que “potencialidades não são reconhecidas por seus conterrâneos, e, consequentemente, não recebem a merecida visibilidade” (Lacerda, Santos e Nascimento, 2013, p.54), além das dificuldades de acessar políticas públicas que as beneficiem, sobretudo no espectro do patrimônio cultural. É importante a referência de que a ideia de patrimônio cultural, seus usos em termos históricos e sociais, está associada ao regime de historicidade e as transformações inerentes a esse movimento.

Pode-se dizer que numa cultura histórica moderna, há um modelo predominante dos monumentos, das edificações e das coleções como testemunho material, “uma lembrança gloriosa da fundação de nação, que deveria ser guardada, contudo, para ser suplantada pelo progresso” (Fuenzalida, 2018, p.18). Já os aspectos patrimoniais para além de uma dimensão histórico e artística, que envolve também o universo da subjetividade, os modos de ser e fazer, próximo as tradições orais, e os elementos culturais difusos, coletivos, irão se associar a expansão desse lastro sobre o entendimento do tempo presente e suas influências no campo social. É nesse lugar

que a memória, a identidade e a diversidade, fortaleceram os parâmetros de um entendimento de cultura imaterial multidisciplinar.

Tal debate é também o motor que propulsiona a discussão para fora da Europa e seus parâmetros ocidentais, principalmente quando se questiona os impactos do colonialismo em sociedades colonizadas e seus efeitos homogeneizantes. Pode-se dizer que a propagação de uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural passa a ser entendido e propagado “não mais apenas como os elementos materiais excepcionais produzidos por um povo, mas também elementos não materiais ligados às tradições, crenças e conhecimento popular” (Fuenzalida, 2018, p.18).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por exemplo, foi um importante propagador, através de eventos e pelas publicações de cartas patrimoniais, da ampliação do sentido da preservação do patrimônio cultural, catalisado pelas novas demandas do pós-segunda guerra mundial. No Brasil, essa influência se expressa em termos concretos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), claramente influenciada pelo debate mundial em torno de uma preservação do patrimônio cultural associado ao seu caráter social. Em seus artigos 215 e 216 temos as bases de definição do patrimônio cultural, expressos na sua natureza material e imaterial e que, obrigatoriamente, precisa referenciar os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dentre estes as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Alguns eventos seguintes à promulgação da Constituição brasileira foram importantes para uma definição mais ampla do patrimônio imaterial, juntamente com ações possíveis que pudessem servir à promoção desses bens. Destaco três que julgo serem estruturantes: a Carta de Fortaleza, extraída dos trabalhos do seminário: “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1997; a publicação do Decreto Lei 3551 (Brasil, 2000), que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, no ano de 2000; e, em 2017, a Segunda Carta de Fortaleza, também fruto de um seminário promovido pelo Iphan e que teve como temática a avaliação dos quase 20 anos do Decreto-Lei 3551/2000.

Considerando os três marcos indicados no parágrafo anterior, será trabalhado aqui o entendimento de patrimônio imaterial definido pela Convenção da Unesco para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em seu artigo 2:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Organização das Nações Unidas para a Ciência, e a Cultura, 2003).

A esta, soma-se o entendimento de Patrimônio Imaterial trabalhado por Siqueira Neto e Jourdan (2015, p.10):

Esses bens, baseados em um determinado sistema de linguagem e expressão, são transmitidos por via da oralidade, da vivência ou da escrita, de forma a se manter vivo, transformando-se através das gerações. Eles têm como principal característica seu caráter dinâmico. São práticas, expressões, conhecimentos e modos de fazer, assim como os materiais e lugares associados a essas atividades, que ganham o status de patrimônio não por seu produto final, mas pelo significado que portam para a formação identitária de um grupo.

Associado às questões sócio-históricas que foram trançadas até aqui, é necessário incluir nessa trama também os aspectos de Educação não escolar (ENE) que utilizamos como referência para pensar a atuação de Dona Irene como uma mediadora de conhecimentos na Comunidade Tradicional de Pescadores da Penha. Segundo Brandão (2007, p.9): "Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante." A ENE é definida por Severo (2015, p.565) como

espaços, contextos ou âmbitos sociais e institucionais distintos da escola em que práticas educativas estejam sendo desenvolvidas considerando os modelos formais, não formais e informais, nos diversos níveis de inter-relações que supõe existirem entre esses modelos.

Como dito no tópico anterior, a delimitação conceitual da educação não escolar responde a duas questões. Uma ligada à relevância da investigação no campo da História da Educação, de modo a contribuir com pesquisas que investigam processos educativos fora dos espaços escolares. A outra questão diz respeito à própria natureza da prática educacional de Dona Irene, respaldada na sua história de aprendizagens, ensinamentos e construção política na comunidade da Penha. Da mesma forma, também diz respeito às participações em atividades de ensino e aprendizagem de forma planejada e direcionada. Nessa perspectiva, nossa proposta investigativa dialoga com os usos do patrimônio cultural imaterial com fins instrutivos, educativos ou pedagógicos, identificados direta ou indiretamente nas ações de mestres que desempenham papéis fundamentais nesse contexto. Para efeitos de definição, considerando o escopo da cultura imaterial, Mestre, diz respeito a alguém que detém um conhecimento tradicional, socialmente referenciado pela comunidade.

Em geral, a figura do Mestre se aproxima da ideia de educador popular, mas com a diferença de que o reconhecimento comunitário da sabedoria do Mestre provavelmente difere do conceito de horizontalidade dos saberes, trazido pela literatura específica da Educação popular. Em outras palavras, ser Mestre também significa um certo “status” de saber e de reconhecimento dentro da sua própria comunidade. É importante lembrar que essa dimensão pedagógica é exemplificada por Dona Irene em sua trajetória na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha.

Apresentados alguns dos caminhos conceituais fundamentais na própria estruturação metodológica do trabalho, será apresentado no próximo tópico os passos procedimentais da pesquisa. Sublinha-se que os conceitos e abordagens trabalhados aqui serão retomados ao longo do texto. O intuito foi o de definir nossos rumos, visualizar a tessitura dos arremates metodológicos, dialogando com os procedimentos escolhidos para o caminho de problematização e resposta aos objetivos de pesquisa expostos na primeira parte deste capítulo.

1.4 Procedimentos metodológicos: História Oral, fontes, referências e organização dos capítulos

Esta pesquisa é uma pesquisa qualitativa. Martinelli (1999) destaca três aspectos essenciais que tornam a pesquisa qualitativa relevante. Em primeiro lugar, sua capacidade de inovar, ao investigar os significados que os indivíduos atribuem às suas vivências sociais. Em segundo, seu caráter reflexivo, já que está associado à realidade dos sujeitos e a eles retorna com uma perspectiva crítica e criativa, promovendo uma construção coletiva. Por fim, enfatiza que essa forma de pesquisa é um exercício político. Ainda segundo Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa tem como objetivo central compreender a experiência vivida pelo grupo investigado, bem como os significados que esse grupo atribui às suas vivências.

Dando continuidade às dimensões de uma pesquisa qualitativa, é importante sublinhar também o seu caráter interpretativo e exploratório definida como aquela que explora "o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 2001, p. 22). Significa dizer que preza pela compreensão de aspectos subjetivos e simbólicos das práticas sociais.

A reflexão sobre essa definição permite concluir que a pesquisa qualitativa não se limita a responder perguntas objetivas e generalizáveis, mas busca acessar processos de relações humanas e sociais. Ao focar em significados e subjetividades, ela valoriza as narrativas e contextos individuais e coletivos, permitindo um olhar crítico e, também, humanizado sobre as realidades investigadas. Além disso, a ênfase na interação entre o pesquisador e os sujeitos que participam do campo marca a presença da subjetividade, colaborando com a superação de paradigmas tradicionais da objetividade científica. Minayo chama atenção também para pensar que o qualitativo e o quantitativo não se opõem, mas se complementam, reforçando a necessidade de um diálogo contínuo entre essas abordagens para alcançar uma compreensão mais holística da realidade (Minayo, 2001, p. 22). Pensar sobre esse prisma integrador enriquece a prática da pesquisa e apresenta caminhos para expandir horizontes metodológicos e epistemológicos, pluralizando e diversificando possibilidades de pensar o mundo ao nosso redor.

Imerso nessa dimensão da pesquisa qualitativa, está a associação entre a História do Tempo Presente, já abordada no texto, e a História Oral, elencada nesse estudo como suporte de coleta e análise de dados. Isso porque existe uma singularidade importante a ser considerada: a coexistência com testemunhas vivas dos eventos que estão sendo investigados. Essa característica conduz a investigação às memórias e às interpretações contemporâneas das narrativas que são coletadas pelo(a) pesquisador(a) na aplicação de entrevistas.

Nesse sentido, a história oral oferece caminhos para acessar esses testemunhos, ao mesmo tempo em que sublinha a subjetividade intrínseca das fontes orais. Pensar o estudo de narrativas do tempo presente, ao lidar com memórias individuais e coletivas, não apenas complementa a análise de processos históricos, mas também contribui para repensar a relação entre passado e presente. A subjetividade das narrativas orais, frequentemente criticada, é reinterpretada como uma oportunidade para entender como os indivíduos e grupos constroem suas próprias visões de mundo e identidades em relação aos processos sociais.

Podemos dizer que o registro de narrativas como fonte têm a potencialidade de traduzir as experiências dos sujeitos em seus próprios termos. Trazer essa metodologia para o estudo que propomos aqui é apostar na capacidade de perceber nuances de contextos socioculturais e históricos, ampliando a compreensão da dinâmica social, reconhecendo a interdependência entre as dimensões sociais, culturais e políticas, criando um ambiente favorável para pensar um processo de pesquisa contextualizado e sensível às particularidades do objeto trabalhando nessa pesquisa. Segundo Verena Alberti:

O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a narrativa. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (2013, p. 155).

Recorrendo às definições citadas por Alberti, o processo descrito se apresenta particularmente relevante quando pensamos na pesquisa em comunidades tradicionais, onde a memória e a narrativa constroem caminhos de preservação e transmissão de identidades, de saberes e de práticas culturais. O ato de narrar não apenas comunica uma experiência, mas a constitui e a organiza em um formato para que tenha sentido e significado. Em comunidades tradicionais, esse processo adquire uma dimensão coletiva, entendendo que as histórias individuais frequentemente ecoam e reforçam valores, mitos e visões de mundo compartilhados pela coletividade. Em outras palavras, referenciando aqui os sujeitos de comunidades tradicionais que atuam na manutenção de direitos individuais e coletivos, ao narrar suas experiências, os sujeitos frequentemente reorganizam suas memórias para destacar aspectos que dialoguem com suas lutas contemporâneas e/ou a valorização de práticas ancestrais. O desafio está em compreender essas dinâmicas que vão além do conteúdo explícito da narrativa, considerando os contextos em que ela está inserida.

Um outro ponto de vista que se soma ao trabalho com as narrativas está no trabalho desenvolvido por Ecléa Bosi em que a autora, ao trabalhar o indivíduo como testemunha, observa que:

É preciso reconhecer que muitas dessas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas em nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que esse não seja um processo consciente (Bosi, 1994, p. 407).

Neste trecho, a autora reflete sobre a natureza compartilhada e relacional da memória, enfatizando como as lembranças e as narrativas são frequentemente moldadas por interações sociais e culturais. Quando nos propomos a desenvolver os parâmetros analíticos do campo da História Oral, é necessário não perder de vista que narrativas individuais, embora pareçam intrinsecamente pessoais, estão inextricavelmente conectadas a contextos coletivos. O processo descrito por Bosi – no qual ideias formuladas por outros são incorporadas inconscientemente – também

tem implicações metodológicas na análise de narrativas. Ao lidar com fontes orais, prestamos o esforço de perceber como as formas das narrativas trazidas pelos entrevistados internalizam discursos dominantes, estereótipos e até mesmo as expectativas da própria entrevista. Isso requer atenção para se perceber não apenas o que é dito, mas também o que pode ser reflexo de construções coletivas ou de silenciosas imposições sociais. Assim, a memória é tanto uma expressão individual quanto um artefato cultural. Por outro lado, a percepção de que essas lembranças "passam a ter uma história dentro da gente" reforça o caráter dinâmico e performativo das narrativas. A memória não é apenas evocada; ela é continuamente reconfigurada no ato de narrar. Isso significa que cada relato é simultaneamente um documento do passado e uma construção presente, influenciadas por diversas circunstâncias. Sendo assim, a análise das narrativas que construímos ao longo da pesquisa considerou esse caráter fluido e situado da memória, em que demonstram o potencial de revelar não apenas o ponto de vista do narrador, mas também a influência de discursos, práticas e eventos que circulam no ambiente social e cultural.

Assim, a escolha da história oral como referência metodológica, além da capacidade de capturar as complexidades das experiências individuais e coletivas, configura como um processo capaz de auxiliar na investigação de contextos em que as vozes dos sujeitos não estão registradas em fontes oficiais. No caso da trajetória de Dona Irene, na Comunidade Tradicional dos Pescadores da Penha, a história oral se apresenta como instrumento capaz de mediar a compreensão de como as práticas cotidianas se conectam à identidade territorial, ao patrimônio cultural imaterial e aos processos de liderança comunitária que são investigados em nossa proposta de pesquisa.

Ainda sobre as escolhas metodológicas utilizadas, os elementos que são apropriados por Dona Irene também dialogam com o universo da história oral na medida em que pensamos a cultura imaterial como os saberes e práticas tradicionais que Dona Irene perpetua. Ou seja, esses elementos culturais intangíveis e transmitidos oralmente encontram na história oral um método que permite registrar e analisar suas nuances. Além disso, a metodologia da história oral, associada às demais referências teóricas metodológicas que trabalhamos aqui, nos dá condições de refletir como essas práticas estão diretamente relacionadas às lutas políticas e culturais da comunidade. Contudo, é importante destacar que o trabalho com a história

oral não é limitado nas fontes orais, sendo as narrativas coletadas um dos pontos de referência e que dialoga com outras fontes e com contextos históricos e sociais mais amplos. A ideia desse caminho de pesquisa é ampliar as possibilidades de análise, permitindo trazer as percepções, interpretações e memórias que estruturam a atuação de Dona Irene como uma figura de autoridade e como Mestre Ensinante.

As principais fontes desta pesquisa foram as entrevistas feitas com Dona Irene e com pessoas que julgamos serem importantes para a compreensão de sua trajetória, tendo como referência os objetivos de nossa investigação. Seguindo as linhas metodológicas de organização do material no campo da história oral, definimos o roteiro de entrevista a partir do planejamento da pesquisa. O roteiro serviu como base, tendo em vista que a própria fala da entrevistada e do entrevistado sugeriu intervenções e reconfigurações por minha parte enquanto pesquisadora. A seleção dos entrevistados procurou atender a dois critérios. O primeiro, ligado aos atores comunitários que poderiam nos ajudar a compreender a história de Dona Irene, o detalhe de sua trajetória, sobretudo, na perspectiva de sua participação nos aspectos fundiários da comunidade. O segundo critério teve relação com uma certa representatividade institucional desses sujeitos, ou seja, pessoas que atuaram na comunidade como representativas de suas instituições. É preciso dizer que a seleção de entrevistadas e entrevistados também dialoga com a própria inserção que tive dentro da comunidade. Em outros termos, o clássico distanciamento propagado nas pesquisas no campo das ciências sociais não faz sentido no tipo de abordagem desenvolvida na investigação. A minha chegada na Penha também significou uma paulatina conquista de confiança por parte daquelas pessoas, sobretudo destacando o fato de que aquela região está situada em um conflito de natureza social e econômica. Ter um lado não foi apenas uma estratégia metodológica para aproximação com Dona Irene e os demais entrevistados, mas foi, sobretudo, um princípio ético de quem procura compreender a realidade a partir dos conflitos e se posiciona diante deles.

A etapa seguinte foi a de realização das entrevistas, todas no ambiente que a entrevistada ou entrevistado sugeria. Em geral, a praia da Penha era o grande cenário de fundo de boa parte desses momentos. Mas as entrevistas também ocorreram na UFPB e em outros espaços igualmente indicados por quem seria entrevistado. Os processos de transcrição, validação e análise foram cumpridos procurando manter a

fidelidade dos registros. A seguir, apresentaremos uma tabela com a descrição de todas as pessoas que foram entrevistadas na pesquisa. É importante ressaltar que tivemos a autorização para transcrição das falas utilizando o nome de cada pessoa no próprio áudio das entrevistas. Todas as citações das falas terão, entre os parênteses, a referência nominal da entrevistada ou entrevistado.

TABELA 1: Lista de entrevistadas e entrevistados na pesquisa

Nome do(a) entrevistado(a)		Data da Entrevista	Local da Entrevista	Duração	Justificativa	Observações
1	Dona Irene	16/07/2022 22/06/2023	Casa de Dona Irene – Praia da Penha	55 min 45 min	Pessoa central de nossa pesquisa	Registro apenas das entrevistas gravadas.
2	Germana Pimentel	04/05/2023	Casa de Dona Irene – Praia da Penha	50 min	Filha mais velha de Dona Irene e conhecedora dos processos ligados à luta fundiária na comunidade	Germana assumiu a cozinha da Peixada de Dona Irene
3	Emmanuel Falcão	15/08/2023	Pró-Reitoria de Extensão da UFPB	44 min	Servidor Técnico-Administrativo da UFPB, atuante na Pró-Reitoria de Extensão.	Idealizador do Projeto de Vivência em Comunidades
4	Mestre Escurinho	24/08/2023	Centro de Vivências da UFPB	30 min	Articulador da Ciranda da Penha	
5	Fábio dos Santos	14/06/2023	Residência do entrevistado (bairro do Seixas)	35 min	Participante das vivências da UFPB na Penha	
6	Claudete da Silva	04/05/2023	Residência da Entrevistada (bairro da Penha)	52 min	Moradora da Penha	
7	Marcela Murcillo	29/06/2022	Residência da Entrevistada (bairro do Seixas)	1h 10min	Coordenadora do MPVJP	

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Cabe o registro de que nos valemos de alguns documentos que foram importantes para a compreensão de alguns elementos da pesquisa, ainda que estes não estejam diretamente citados no corpo deste trabalho. Digo isso porque não foi realizada propriamente uma análise documental; essas fontes aparecem como aspectos de contribuição de contextos, sobretudo. Citamos os Catálogos do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa, o processo de regulamentação fundiária do bairro da Penha e as Legislações referentes às questões fundiárias e reconhecimento da Penha como comunidade tradicional. Também foram consultadas entrevistas e matérias jornalísticas publicadas na mídia televisiva e internet, conforme listadas nas referências ao final deste trabalho.

Considerando os caminhos teórico-metodológicos desenvolvidos nesta tese, organizamos os próximos capítulos procurando tecer redes que tragam a trajetória de Dona Irene a partir dos “pares de óculos” da minha atuação como pesquisadora. O segundo capítulo concentra-se na elaboração conceitual da categoria “Mestre Ensinante” e em sua articulação com a trajetória de Dona Irene. Para isso, foi desenvolvido um percurso analítico fundamentado na Teoria do Reconhecimento, com especial enfoque na perspectiva de Axel Honneth. Essa inspiração norteou a escolha do título do capítulo: “Da luta ao reconhecimento”. Em termos analíticos, o título sugere que o conflito social constitui a base geradora das ações de reconhecimento, conforme proposto pelo filósofo alemão. Tanto no âmbito individual quanto na esfera da luta social por reconhecimento, o conflito emerge como um elemento fundante de novas ordens sociais.

No caso de Dona Irene, é fundamental destacar sua participação nas disputas pela posse das moradias na comunidade da Penha, bem como nas reivindicações pelo reconhecimento da Penha como uma comunidade tradicional no município de João Pessoa. Esse movimento fundacional influenciou significativamente a forma como a comunidade passou a perceber e reconhecer Dona Irene, atribuindo-lhe, inclusive, o status de autoridade moral no local. Embora essa autoridade seja discutida ao longo da tese, pode-se antecipar que seu principal desdobramento consistiu no reconhecimento social — entendido na perspectiva comunitária delineada por Honneth — da figura de Dona Irene.

Com base na definição dos objetivos e nas reflexões introdutórias delineadas, este trabalho avança explorando a trajetória de Dona Irene na comunidade da Penha. Para isso, busca-se construir uma narrativa em que as memórias de Dona Irene ocupam um lugar central na composição do texto. Tais memórias abarcam aspectos de sua vida anterior à chegada em João Pessoa, mas tornam-se especialmente densas e significativas a partir de sua conexão com a procissão de Nossa Senhora da Penha. Esse ponto de inflexão, identificado como um marco de “adensamento” narrativo, será examinado detalhadamente ao longo do segundo capítulo, com destaque para os elementos patrimoniais que emergem como símbolos culturais importantes. Em outros termos, é na chegada a João Pessoa, mais precisamente à Comunidade da Penha, que podemos perceber o desenvolver de uma trajetória que resultaria em diversos processos de reconhecimento. Nesse contexto, serão

enfatizadas as práticas culturais da peixada e da ciranda, bem como o processo de consolidação de Dona Irene como uma figura de referência dentro da comunidade. Tais elementos não apenas ilustram a riqueza das tradições locais, mas também destacam o papel ativo de Dona Irene na preservação e valorização do patrimônio cultural da Penha.

O quarto capítulo revisita os caminhos analíticos da investigação na construção do conceito de Mestre Ensinante, analisando em que medida alguns interlocutores institucionais – como a Universidade Federal da Paraíba, contribuíram para esse processo. A sequência do texto traz o último capítulo da pesquisa, que procura compreender as três esferas de reconhecimento na trajetória de Dona Irene: o amor, o Direito e a Comunidade.

As considerações finais desta tese, longe de pretenderem consolidar um resultado fixo ou definitivo para a pesquisa, assumem um caráter reflexivo, evocando resgates e memórias que emergem dos últimos momentos de escrita do texto. Em outras palavras, essas considerações finais representam um ponto de convergência entre o término das interações investigativas realizadas na Penha e o fechamento do trabalho, culminando em sua publicização. Trata-se, também, de um momento de profundo afeto, pois traduz, de maneira sensível, as trajetórias percorridas durante a pesquisa, bem como os sentimentos construídos ao longo de inúmeras conversas, encontros em torno de peixadas e colaborações com a figura central de Dona Irene. A noção de "final" aqui adotada não se configura como um encerramento pleno, mas como a abertura de novos caminhos. É evocada como um horizonte marítimo, o mesmo horizonte do mar da Penha que eu costumava olhar rapidamente em muitas das entrevistas, para não perder o foco na pessoa entrevistada. Mas, confesso, era difícil resistir ao mar. É esse horizonte que, embora aparente delimitar o visível, insinua a existência de novas realidades além do alcance dos olhos. Assim, as considerações finais não encerram o diálogo, mas o expandem, convidando a pensar em outros desdobramentos não explorados neste trabalho.

2. Da luta ao Reconhecimento: construções históricas e educacionais de uma Mestre Ensinante

Qual é o valor do patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?

Experiência e pobreza (Walter Benjamin)

Nessa problematização de Walter Benjamin, sua preocupação é lançada sobre o distanciamento que a modernidade imprimiu em relação às tradições, sobretudo no que se refere aos conhecimentos adquiridos pelas vivências dos mais velhos e como estas estavam sendo direcionadas às novas gerações. Para Benjamin, as experiências refletidas nas narrativas são expressões de sabedoria. Ao narrar algo, uma experiência está sendo transmitida, mediada pela oralidade, e construindo conhecimentos. Essa problematização nos conecta à dimensão pedagógica do patrimônio cultural, em específico o patrimônio imaterial que costura os caminhos de reflexão deste trabalho. Patrimônio imaterial significa, sobretudo, a ação das pessoas e os significados compartilhados às suas práticas simbólicas, muitas vezes diluídas no cotidiano de grupos e indivíduos. São as pessoas que constroem culturas, que modificam realidades, que tecem as redes de sua história e das histórias de seus territórios, em um movimento de lutas, rupturas, construções. É dessa forma que interpretamos a provocação de Benjamin; do processo pedagógico que parece reconstruir a relação do patrimônio à experiência da vida vivida no tempo contemporâneo.

Esse capítulo procura desenvolver caminhos que foram trilhados na construção de nossa pesquisa. Um desses caminhos tem relação com aportes teóricos que nos ajudaram a compreender o campo, sempre destacando que a realidade é muito mais complexa do que a forma com que pensamos sobre ela. Nessa trilha epistemológica, nos aproximamos da Teoria do Reconhecimento, trabalhada a partir da compreensão do filósofo canadense Charles Taylor, sobretudo, do filósofo alemão Axel Honneth, pertencente ao que, comumente, chamamos de terceira geração da escola de Frankfurt. Mais do que resumir ou elencar pontos específicos da teoria de Axel Honneth, a ideia é construir as conexões sobre o conceito de luta de reconhecimento com sua capacidade explicativa de compreensão de certos conflitos sociais e certas

trajetórias de vida. Nessa vereda, cabe-nos compreender em que medida podemos observar ações de reconhecimento e falso reconhecimento na pessoa de Dona Irene, mas também nas lutas pelo direito à moradia na comunidade da Penha, seus efeitos na construção do conceito de comunidade tradicional e seus desdobramentos para a vivência daquela comunidade; elementos que compõem a visão de diversos atores sociais em relação à Dona Irene como uma Mestre Ensinante.

2.1 “Mestres Ensinantes” e trajetórias de vida: relações com a política do reconhecimento e os mestres da cultura popular.

Em sintonia com os elementos abordados no item anterior, apresentaremos aqui as relações que estabelecemos entre nosso objeto e as lutas por reconhecimento. A referência de reconhecimento que estamos trabalhando até o presente momento é refletida expressamente na problematização entre teoria e práxis, para justamente ter condições de elaborar um diagnóstico crítico do tempo presente em relação a dominação social e, ao mesmo tempo, permitir que possamos constituir possibilidades políticas de resistências e de emancipação a partir desse diagnóstico crítico. Há, portanto, tanto o elemento individual (a formação das identidades de cada sujeito), como também, o coletivo, na medida em que grupos atuam na sociedade por diversos níveis de reconhecimento, tanto no campo social, passando pelo elemento jurídico-estatal e até mesmo de políticas públicas.

Axel Honneth é considerado um dos principais representantes da Teoria Crítica contemporânea. É filósofo, sociólogo, professor universitário e diretor do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Juntamente com Charles Taylor, Honneth compõe o escopo estruturante da chamada Teoria do Reconhecimento. É, também, um dos intelectuais mais citados no mundo no âmbito da filosofia moral contemporânea, em particular, nas relações entre poder, reconhecimento social e respeito.

Apesar de estar associado ao rol dos comunitaristas, há uma certa intenção em suas publicações em não se colocar em oposição ao liberalismo, como é comum dentro desse campo. Rúrion Melo (2008; 2013) vai dizer que Honneth entra nesse debate numa tentativa de oferecer uma nova solução para esse impasse, dizendo que

uma teoria da justiça deveria satisfazer as exigências normativas presentes nos padrões de reconhecimento recíproco, assegurada por uma estrutura de direitos, liberdades e deveres – como querem os liberais – mas que não fosse abstratamente deduzida, e fosse efetivada num contexto ético das intersubjetividades dos sujeitos – como querem os comunitaristas.

Dessa forma, podemos indicar que a luta por reconhecimento é um debate sobre identidades, principalmente, e busca ser um modelo de interpretação das lutas sociais e do processo de desenvolvimento moral. Para Honneth, basicamente, a justiça social não é reduzida apenas a questões econômicas distributivas, já que envolve também a liberdade, a autonomia individual e os vínculos comunitários. Em seu principal livro “Luta Por Reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais” (Honneth, 2003), já se refletia a ideia de que as teorias de justiça estavam se ampliando para além do paradigma distributivo econômico, considerando outras formas de injustiça além das econômicas, ou seja, se aproximando dos aspectos identitários como fio de análise dessas injustiças. Isso quer dizer que, para além dos aspectos econômicos, deveria haver um olhar para as particularidades.

A gramática moral dos conflitos sociais de Honneth se insere sobretudo nessa reflexão, explicando quais os elementos propulsores que movimenta os sujeitos a saírem de uma condição de injustiça (que para ele é a ausência de reconhecimento) e ir em busca de justiça (ou seja, da luta para serem reconhecidos). É, de fato, uma gramática, no sentido lato do termo, porque explica as normas, as regras, os porquês dessas injustiças, tendo o reconhecimento como referência de análise. Em outros termos, os estudos de Honneth se ocupam em dar uma explicação normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento.

Há um contraponto nessa perspectiva quando trazemos Nancy Fraser (2007) como parâmetro para pensar o Reconhecimento. Aqui precisamos pontuar, sobretudo, os aspectos de aproximação e distanciamento, em relação à Honneth. Para Fraser, em resumo, há uma dicotomia entre redistribuição (questão econômica) e reconhecimento. Essa dissociação, em alguns casos, se coloca em campos polarizados, classicamente representados de um lado pelos liberais e do outro pelos comunitaristas, ou multiculturalistas: de um lado o que prima pela Redistribuição como elemento de justiça social e do outro o que prima pelo reconhecimento como elemento de justiça social. A partir desta leitura, ela vai identificar que a dicotomia

entre redistribuição e o reconhecimento é uma falsa antítese e que a questão urgente seria como combiná-los. Ou seja, é necessário elaborar um conceito amplo de justiça que acomode ambas as reivindicações, tanto da redistribuição quanto a do reconhecimento. Então para Fraser, não se trata de essencializar as identidades, ela diz inclusive que essa essencialização das identidades pode, inclusive, criar uma reificação da cultura. O que se deve fazer é desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituir esses padrões por outros que promovam a paridade de participação.

Segundo Honneth, a superação das injustiças e a inserção na sociedade se dá pela luta por reconhecimento. E por isso, a ideia de conflito vai ter bastante centralidade em seu pensamento. Ele coloca o conflito social como objeto central da Teoria Crítica, porque é no conflito que se é possível extrair os critérios normativos para compreender a dinâmica social. Neste sentido, o reconhecimento passa a ser a principal categoria para se interpretar a sociedade. Para ele, a questão da redistribuição já está inserida no universo do reconhecimento, não havendo a necessidade de uma integração combinada, como propõe Fraser. Há, então, que se considerar que na descrição dos conflitos como eles aparecem na sociedade atual, na maioria dos casos, estes são induzidos pelo sentimento dos sujeitos de não estarem suficientemente incluídos na sociedade; de não ser suficientemente respeitado ou reconhecido pelos demais sujeitos.

Tal perspectiva enfatiza que o motivo por trás da maioria dos conflitos é a busca pelo reconhecimento ou pela inclusão na sociedade. Honneth também chama atenção que isso não quer dizer que os conflitos em si vão conduzir ao caminho da superação das desigualdades, mas os conflitos são sempre indicações de que há negligência ou falha no processo de reconhecimento social de uma sociedade. Em termos práticos, pode-se dizer que se o outro não me reconhece da forma como me percebo (em relação dialética com o mundo), cabe a mim instituir lutas legítimas para inclusão de parâmetros morais que reconheçam a minhas práticas de ser no mundo como legítimas.

Quando uma pessoa tem uma experiência saudável de reconhecimento, ela adquire um entendimento positivo sobre si mesma, mas quando o contrário acontece, quando há um desrespeito em relação a essa categoria, há igualmente um padrão de patologia ou “falso reconhecimento”, usando aqui uma expressão de Charles Taylor,

filósofo canadense que tem contribuído com os debates sobre o assunto. Esse falso reconhecimento se estrutura quando o outro, individualmente ou coletivamente, não me reconhece como sujeito, distorcendo o processo de construção identitárias em que uma narrativa dominante molda um reconhecimento distorcido e errôneo “de modo que uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou as sociedades ao redor deles lhe devolverem um quadro de si mesma redutor, desmerecedor ou desprezível” (Taylor, 1994, p.241).

Então, o que de fato podemos chamar de luta por reconhecimento a partir da gramática moral dos conflitos sociais proposto por Honneth? Ela é uma resposta ao conflito. Quando é negado ao sujeito o reconhecimento a partir de suas características e suas potencialidades, a partir dessas experiências negativas de não reconhecimento, a reação se dá através de uma posição de luta. Quando há desrespeito, negação de direitos, um não reconhecimento do outro, há também a catalização de embates em busca da resolução desses conflitos.

Honneth, inclusive, apresenta que o indivíduo está sempre vinculado em uma rede complexa de relações intersubjetivas e que esse sujeito é dependente de forma estrutural do reconhecimento dos outros indivíduos. Isso justifica a fala de que o surgimento dos movimentos sociais deve ser explicado a partir de uma linguagem coletiva e que dê condições de se interpretar as experiências individuais de injustiça para que elas não sejam vistas de forma isolada, mas, na verdade, vinculadas a um círculo intersubjetivo de sujeitos que sofrem da mesma patologia social.

Sob a lógica hegeliana do reconhecimento, é necessário que haja, para a formação do sujeito social, essa reciprocidade entre os sujeitos. Isso quer dizer que os indivíduos se veem como sujeitos sociais no processo de reconhecimento pelos demais sujeitos. Esses padrões de reconhecimento tem um desenvolvimento lógico a partir do próprio desenvolvimento humano e destaca a ideia fundamental de que os indivíduos só podem se formar e constituir suas identidades pessoais quando são reconhecidos intersubjetivamente. Honneth sistematiza então essas relações em esferas, ou dimensões, do reconhecimento que são o **amor**, o **direito**, e a **solidariedade**. Segue uma relação resumida de cada uma dessas categorias.

O amor: essa é a primeira categoria e está na esfera privada, das relações familiares e afetivas no período da infância. É bastante complexa, porque envolve

muitos elementos da Psicologia Social. Honneth inclusive se baseia nos estudos de Winnicott para se fundamentar, usando o exemplo da dependência absoluta e relativa entre um bebê e seu cuidador, que pode ser a mãe ou outra representação que exerce o papel dos primeiros cuidados. Quando a criança experimenta a confiança no cuidado, ela passa a estar em condições de desenvolver uma relação positiva consigo mesma. Honneth chama essa capacidade de autoconfiança.

Esse desenvolvimento primário da capacidade de autoconfiança é visto por Honneth como base das relações sociais entre adultos. Ou seja, dá a base de autonomia necessária para participação desse sujeito na vida pública. Então, se eu tiver uma experiência positiva na esfera de reconhecimento do Amor, eu vou ter condições de estabelecer uma relação prática de autoconfiança. Mas, se essa esfera for negligenciada, havendo violência e maus-tratos, isso atingirá a integridade psíquica dos indivíduos, afetando componente da personalidade e dificultando a inserção do sujeito na participação da vida pública. Então, essa construção na esfera do amor de maneira equilibrada vai refletir nas relações políticas, jurídica e culturais de um determinado grupo.

A segunda esfera é a esfera do **direito**, inserida no campo jurídico. Tem a ver com a relação entre o sujeito e o Estado. Honneth vai dizer que nas sociedades contemporâneas democráticas, o direito pode funcionar como meio de combate de qualquer forma de privilégios ou exceções. Então, se não há o reconhecimento dos direitos individuais, o sujeito sente sua integridade social ameaçada. Somente a partir do reconhecimento do outro como sujeito de direitos é que o indivíduo se identifica como possuidor de direitos. Nessa perspectiva, enquanto o afeto, o amor recíproco é o elemento primário que levará à independência e reconhecimento no seio da sociedade familiar, embora não exista um elo afetivo entre dois sujeitos sociais, o direito é o padrão de reconhecimento que possibilita um respeito mútuo entre as pessoas. Constrói-se, assim, a base para a formação do autorrespeito no indivíduo. Ou seja, se eu tiver uma experiência positiva de reconhecimento na esfera do Direito, eu vou ter condições de estabelecer uma relação prática de autorrespeito. Mas, se essa esfera for negligenciada, for desrespeitada, por exclusão e privação de direitos, minha integridade social será ameaçada. Aqui, Honneth chama atenção que é necessário que os diversos grupos sociais desenvolvam a capacidade de influenciar a vida pública para que as suas concepções de vida boa, ou seja, suas referências

moraes, encontrem reconhecimento social e passem a fazer parte da referência moral da comunidade em que estão inseridos.

Por último, temos a **solidariedade**. Aqui, essa dimensão está no campo da sociedade civil e está relacionada à estima social. É no reconhecimento do grupo que os valores e capacidades individuais se apresentam. Esse padrão gera nos sujeitos a autoestima. Negar esse nível de reconhecimento pela degradação e ofensa seria privar o sujeito de sua honra e dignidade. Assim, segundo Honneth, as relações solidárias são aquelas em que há a tolerância e o interesse afetivo pelas particularidades do outro. A negligência aqui, pelas degradações e ofensas, priva as pessoas da possibilidade de desenvolver uma estima positiva de si mesmas.

Assim, para que os atores sociais possam desenvolver um auto relacionamento positivo e saudável, eles precisam ter a oportunidade harmoniosa de desenvolver a sua concepção de vida boa sem sofrer os sintomas das patologias que decorrem das experiências de desrespeito, ou seja, das experiências de não reconhecimento. Essas são as principais características que Honneth propõe para pensar uma teoria sociológica a partir parâmetro do Reconhecimento.

Em relação à trajetória de Dona Irene, tivemos no início da pesquisa pelo menos duas esferas de reconhecimento sistematizadas na teoria de Axel Honneth, que se apresentavam como hipótese teórica. Considerando suas contribuições políticas, culturais e educacionais na história dos últimos 30 anos da comunidade da Penha, percebemos nesse processo a luta de uma mulher e de sua comunidade dentro do campo do Direito, uma das esferas situadas por Honneth. A luta no campo do Direito tem a ver com a esfera da igualdade, do tratamento igualmente digno pelo direito à moradia, ao trabalho, aos bens sociais expressos pela Constituição Federal. A luta por igualdade, portanto, é uma esfera importante dos conflitos sociais que percebemos na trajetória e nas contribuições de Dona Irene com sua comunidade.

A outra dimensão tem a ver com as lutas por diferenciação que, segundo, Souza (2021) apresenta-se como um terceiro campo de análise da teoria do reconhecimento. Nesse sentido, a diferenciação resulta uma luta pelos aspectos singulares da Comunidade da Penha, suas características culturais expressas pelo modo de vida, pela culinária e pelo trabalho. A “peixada” de Dona Irene implica numa luta pelo reconhecimento de uma singularidade cultural e de uma prática educacional,

construída nos espaços informais, na linguagem oral e na tradição de incorporação das novas gerações. Cabe ressaltar que a apresentação do referencial teórico, apresenta-se quase como uma estratégia didática para um mergulho mais significativo na trajetória de Dona Irene. Nessa dimensão, também encontramos elementos ligados ao amor, só que de uma forma um tanto distinta da tratada por Axel Honneth. O último capítulo deste trabalho tratará de forma mais sistematizada do tema apresentado.

Cabe-nos, nesse momento final, uma última explicação sobre a importância da Teoria do Reconhecimento para o contexto desta pesquisa. Primeiramente, é importante frisar que uma teoria não “institui” o objeto. Sua importância não é de legitimar as práticas sociais estudadas, mas sim contribuir para a compreensão do fenômeno estudado, ajudando a perceber certas nuances que dificilmente seriam compreendidas sem um olhar atento e sistemático por parte de quem desenvolve uma pesquisa. Nesse sentido, a Teoria do Reconhecimento dialoga com duas dimensões. Uma ligada à própria trajetória de Irene Pimentel. A outra dimensão relaciona-se diretamente à atuação dos diversos atores sociais que se apresentaram na vida de Dona Irene como uma esfera de constituição do reconhecimento.

Dentre os atores mencionados - e que estarão presentes ao longo dos próximos capítulos - podemos destacar a relação entre os elementos do Museu do Patrimônio Vivo e a categoria do reconhecimento passa pela análise das três dimensões apontadas por Honneth. Ratificando a tese de Paiva & Paulo (2018) que diz ser imprescindível a participação popular na definição dos bens culturais expressivos para uma comunidade e que esses são os responsáveis diretos por sua valoração, ou seja, “a proteção patrimonial de um bem ou expressão que não goza do afeto, do reconhecimento jurídico e da estima social dos sujeitos que vivem no seu entorno constitui-se em uma proteção vazia” (p.425).

A segunda dimensão tem a ver com a dinâmica social e política do reconhecimento. Como falamos, o inventário do museu dialoga com a construção das histórias políticas dos bairros e locais em que atuam os Mestres. Nestes termos, a compreensão das histórias dessas comunidades significa, também, o resgate de autoafirmação de práticas culturais e lutas políticas. A compreensão de cada especificidade requer o olhar atento do pesquisador, mas aponta para o caminho de compreensão dos processos coletivos e sociais de reconhecimento, consubstanciados em lutas e visibilidades políticas.

A última dimensão tem a ver, sobretudo, com o reconhecimento no campo institucional, o que inclui o direito, por exemplo. Como observamos, as análises dessas dimensões não são dissociadas dos outros dois, mas, nesse caso, significa tensões que muitas vezes aparecam um avanço em menor intensidade do que nas questões de construção das identidades individuais e da luta política coletiva. Nesse caso, a análise do reconhecimento institucional dialoga com avanços e limites da própria esfera social em que ocorrem os embates, especialmente considerando os elementos políticos e institucionais da cidade, do Estado e do país. É possível, inclusive, apostar na tese de que certos ganhos institucionais que poderiam ter significado um reconhecimento, jurídico e político, das comunidades e da atuação dos Mestres, sofreram grandes retrocessos com o avanço do conservadorismo político, não só no plano federal, mas também na dimensão local.

A resistência significa, portanto, uma atuação política, simbólica e educativa. Assim, entende-se que as relações articuladas por Dona Irene, desdobradas em espaços de disputa, considera a experiência formativa contra hegemônica pelas vias das experimentações comunitárias em que os processos educacionais protagonizam ações orgânicas entre as pessoas, suas referências culturais e o espaço. Implica também no fato de estar condicionada ao seu território e às pessoas que o constituem, com eles, estabelece uma mútua relação de desenvolvimento social e político na qual, a princípio, percebemos estar comprometida com a superação de estigmas de falsos reconhecimentos, pensada a partir da complexa relação de constituição dos sujeitos e de sua cultura, repleto de disputas que, na verdade, são reflexos de como as histórias e as referências simbólicas desses grupos são constituídas

Memórias coletivas e patrimônio imaterial, como temos trabalhado neste texto, são conceitos que precisam ser compreendidos à luz das ações de mulheres e homens que fazem a história e a cultura de uma comunidade, de uma cidade. Como temos falado em momentos anteriores, a escolha pela compreensão da atuação de Dona Irene está relacionada diretamente à importância desta pessoa na construção de ações coletivas no bairro da Penha. Há, portanto, uma dimensão ligada à atuação do sujeito, mas ao mesmo tempo uma compreensão de como as pessoas percebem as ações do outro e suas próprias ações.

Podemos dizer, que a atuação de Dona Irene, percebida e “reconhecida” pelos diversos atores sociais que participaram de sua trajetória, dialoga com a compreensão

de processos. Voltando à compreensão dos processos, o primeiro está ligado aos conflitos e à luta de sua comunidade. O segundo processo diz respeito à sua própria visão e percepção desses conflitos, ou seja, como tais dimensões acabaram ajudando a construir a sua própria trajetória de vida. As pistas que percebemos nesse movimento, nos levam a compreender que as ações dos sujeitos repercutem na construção de uma comunidade ao mesmo tempo em que essa comunidade (o outro) é fundamental para a trajetória de vida das pessoas, no caso, de Dona Irene.

A dimensão do conflito ora apresentada e a relação desse processo com a trajetória de vida de Dona Irene fizeram com que eu me aproximasse da Teoria do Reconhecimento. Na verdade, o movimento foi longe de ser linear. Desde a construção da proposta inicial de investigação, as análises de Honneth apareceram como possivelmente fecundas para a compreensão do objeto desta pesquisa. Honneth encara a dimensão do conflito social como algo longe de ser compreendido como um problema, ou ainda um fato gerador de uma “questão social”, como conceitua Castel (2011). O conflito aparece como uma espécie de indicador de compreensão do tempo presente. Como uma espécie de gramática social (como sugere o subtítulo de seu livro mais famoso), o conflito seria a pista de compreensão de certas tendências do passado, mas, sobretudo, de pautas para o presente e para o futuro. O conflito, nessa concepção, não é algo negativo, tão pouco um motor que aceleraria a história para um lugar pré-determinado. Ele seria o maior indicador de compreensão da realidade para quem deseja observá-la e, ao mesmo tempo, uma forma de expressão social que expressa tendências, anseios, desejos individuais e coletivos e luta pela própria existência e afirmação do mundo.

Um outro aspecto que nos levou a uma aproximação com as análises do filósofo Honneth diz respeito a um movimento, muitas vezes alvo de críticas por parte de célebres personalidades contemporâneas. Ao tempo em que Honneth procura compreender a dimensão coletiva da gramática dos conflitos sociais, procura estabelecer um profundo diálogo sobre a construção desses processos nas identidades dos sujeitos. Muitas vezes acusado de subjetivista - ou ainda de uma espécie de excesso na dimensão psicológica de sua compreensão do mundo - Honneth, na verdade, propõe um singular papel do sujeito na dimensão dos conflitos sociais. Ele (o sujeito) não é consequência nem autor (culpado) do conflito.

Nesse processo, o sujeito é alguém que pode e deve ser compreendido em uma dimensão própria, que considera os seus caminhos e trajetórias pessoais. Entretanto - e aí vai a nossa crítica aos “críticos” de Honneth que o denominam como subjetivista - essa trajetória do sujeito sempre se dá a partir de sua relação com o outro. Esse processo ocorreria desde a infância, passando pelas tantas outras fases de construção da vida adulta e de participação na vida social. Essa interação com o outro, portanto, é a chave que Honneth nos oferece para a compreensão das trajetórias individuais sempre em diálogo com que o outro contribui, faz, refaz, nega e provoca em cada sujeito, em cada trajetória de vida.

Esses motivos foram os elencados para trazer a teoria de Honneth para a compreensão de nosso objeto de estudo. Por um lado, na tentativa de compreensão dos conflitos sociais da comunidade da Penha, geradores de caminhos e trajetórias que serão parcialmente abarcadas nesse estudo. Por outro lado, como um indicador que ajudaria a compreender a própria trajetória de vida de Dona Irene, imersa profundamente nas suas lutas pessoais e coletivas.

Assim, podemos dizer que a “teoria do reconhecimento” aparece como um aporte teórico para compreender a trajetória de “Dona Irene Pimentel”, mulher atuante na história política e educacional do Bairro da Penha, município de João Pessoa. Tais associações encontram fundamento, sobretudo, no aspecto pedagógico dos museus comunitários diretamente focados no papel desses espaços como agentes de desenvolvimento político e sociocultural. Dessa forma, os museus comunitários aparecem como uma resposta aos debates sobre a dinamização destes como espaços à serviço da sociedade e seu desenvolvimento, sobretudo enquanto política pública, que articulam elementos da memória e da identidade, se colocando em prol do fortalecimento de grupos historicamente desfavorecidos.

3 Da pedra ao mar: a Comunidade da Penha e as trajetórias de Dona Irene

3.1 Chegada, raízes e luta pelo território

Antes de uma apresentação mais detalhada da figura central desse estudo, Dona Irene de Oliveira Pimentel, é importante uma apresentação do Bairro da Penha e como ele se relaciona com a dinâmica da cidade e como a dinâmica da cidade atingiu o dia a dia dos moradores desse lugar.

O bairro da Penha pertence ao litoral sul do estado da Paraíba. Sua localização fica entre as praias do Seixas (ao norte) e Jacarapé (ao sul), na zona leste do município de João Pessoa, a 14km de distância do centro da capital. Assim como a maioria das outras praias dessa região, as ocupações desses territórios se deram em grande maioria por pescadores e famílias que têm sua referência social e econômica baseada em recursos extraídos ou relacionados com o mar, no modelo de subsistência.

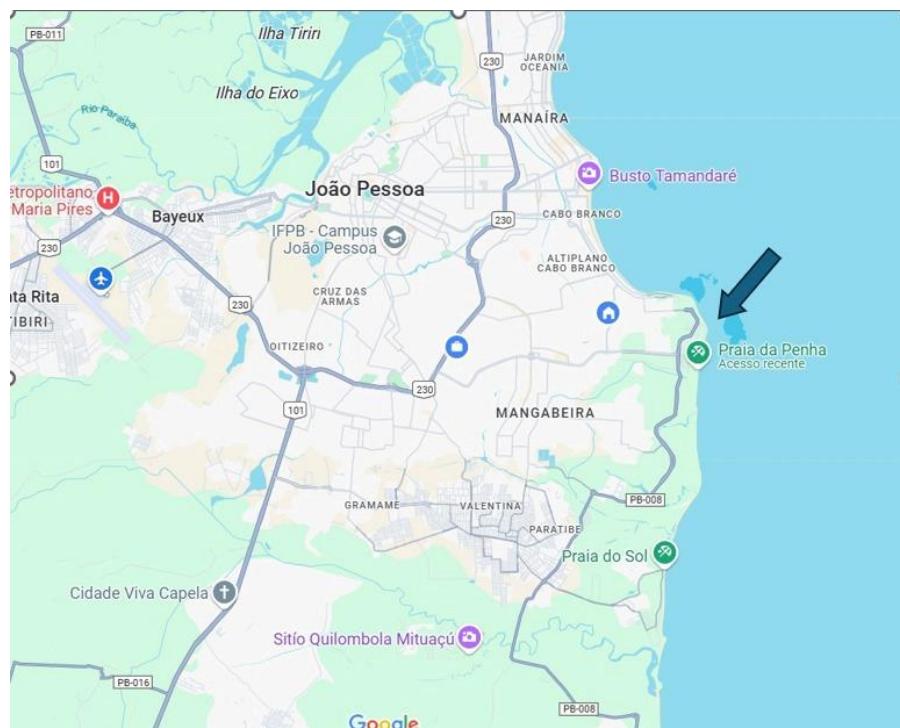


Figura 1 – Praia da Penha situada no litoral sul de João Pessoa
Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Maps (2024).

Sua constituição histórica confirma a trajetória tradicionalmente pesqueira, quando resgatamos as origens do bairro. Primeiramente chamada de Praia de Aratu, a intensificação de sua ocupação se deu em meados dos anos de 1900 quando o patrono daquela área, Carmelo Santos Coelho, morador da Granja Aratu, doou terras na faixa litorânea dessa região em que se constituiu ali uma vila de pescadores (Nascimento, 2011, p.24). Por conta da movimentação religiosa em torno do Santuário de Nossa Senhora da Penha, construído em 1763, a região passou a ser conhecida pelo nome da padroeira que dava nome à Capela. O processo de habitação desse espaço na cidade esteve associado às ocupações. Em 1944, a comunidade de pescadores já estava estabelecida, mas com poucas edificações. Até a década de 1990, a região permanecia mais isolada das áreas urbanas e centrais do município.

A partir do ano de 1998, a comunidade da Penha passou a compor o mapa municipal de João com a denominação de bairro. Atualmente, com 38,84 ha de área,

O bairro da Penha está dividido em 04 partes. Penha de Baixo, em terraço costeiro. Penha de Cima, Vila dos Pescadores e Loteamento Nossa Senhora da Penha, localizados nos Baixos Planaltos Costeiros. As ocupações atuais sobre os Baixos Planaltos Costeiros, referentes à Penha de Cima e Vila dos Pescadores, datam de meados da década de 1950. Os pescadores dizem que na Penha de Baixo, os seus avós falavam que seus avós já haviam nascido ali, o que remonta à época que o Brasil era colônia de Portugal. O Loteamento Nossa Senhora da Penha é recente. Data da década de 1980 (Araújo, 2017, p.97).

Dentre as principais referências culturais dessa região, o Museu do Patrimônio Vivo destaca as seguintes em seu inventário: Romaria da Penha, Escadaria, Cruzeiro, Procissão de São Pedro, Pesca Artesanal, Confecção de Jangadas, Confecção de Redes, Capela, Peixada, Coco de Roda e Lapinha. Essas referências foram levantadas por dois jovens Agentes Culturais Comunitários do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa (Muccillo, 2016).

Dentre as características referenciais que compõem o bairro, o destaque principal está nas relações que as pessoas estabelecem com os recursos naturais daquele lugar e como estas conseguiram desenvolver uma relação econômica sustentável, mesmo com pouquíssimos investimentos naquela região. Historicamente, se desenvolveu como um bairro periférico, com baixos índices de desenvolvimento humano. Em decorrência do processo de urbanização do município, o bairro passou a ser percebido como um atrativo turístico, especialmente após os

investimentos em infraestrutura realizados no litoral sul de João Pessoa. Esses investimentos incluíram melhorias nas praias do Cabo Branco e a construção da Rodovia PB-008, que conecta as praias da região sul. Tais intervenções contribuíram significativamente para a valorização do espaço, bem como para o aumento da especulação imobiliária na área (Silva, 2019). Esse movimento em direção à Praia da Penha trouxe alguns benefícios em termos de investimento público na região. Mas, aquele espaço passou a ser pensado não mais para os que ali habitavam há gerações, e sim para cumprir uma agenda de desenvolvimento urbano descomprometida com a manutenção dos modos de vida e do próprio direito a moradia das pessoas que ali residem.

Os movimentos que fizeram surgir o bairro da Penha no ano de 1998, pela Lei Municipal n. 1.574 coincidem justamente com essa reorientação urbana da cidade, onde podemos citar a criação dos primeiros condomínios fechados da capital paraibana, a abertura de vias importantes, como a Avenida Hilton Souto Maior, e a disseminação de clubes de lazer, que estão presentes não só na Penha, mas nos bairros que fazem a orla sul de João Pessoa. A velocidade da reorganização urbana chegou, inclusive, a bairros que “veem o mar pelo alto”, a exemplo do Altiplano.

Ao analisar os mapas da região, Nascimento (2016), destaca:

Nos mapas a seguir do ano de 1970 e 1985 já é possível observar um acréscimo da área construída com a chegada das edificações a beira mar, ou seja, os primeiros condomínios residências, assim como a construção das primeiras casas de alvenaria, com isso pode-se ver a diminuição da vegetação, o loteamento das terras para a construção de casas de alto padrão, comércio e áreas de lazer. A intensificação do crescimento das cidades interfere potencialmente na configuração da paisagem. A ação antrópica propicia mudanças não somente na natureza, mas na própria realização do trabalho da comunidade local dos pescadores artesanais, atraindo-os para outras formas de trabalho próprias do mundo urbanizado e tecnológico (p. 29-30).

Ainda segundo o estudo, o mapa analisado de 2015 do bairro da Penha mostrava um crescimento exponencial de áreas edificadas, com impactos significativos para a vegetação nativa e todo o bioma como um todo (Nascimento, 2016). A questão da ocupação do espaço urbano, portanto, é um elemento que vai além das questões sociais e econômicas. Impactam diretamente o ambiente, com consequências significativas para a dinâmica de toda a cidade, incluindo o uso da água, descarte de resíduos, poluição do mar, dentre outros fatores. A grande questão

que se estabelece é em que medida a cidade de João Pessoa pode ou não seguir um caminho de maior sustentabilidade. O debate contemporâneo, observado em outras localidades, evidencia que a preservação da população residente, das práticas laborais tradicionais e dos elementos culturais podem desempenhar um papel crucial na promoção da preservação ambiental. Ademais, tais ações possuem o potencial de gerar impactos que extrapolam os limites territoriais do município, contribuindo para um cenário mais amplo de sustentabilidade regional. A problemática ambiental e social é analisada por Claudete da Silva, uma liderança emergente da comunidade da Penha:

Eu acho, primeiramente, a questão ambiental, porque tanto ali na Penha não tem esgoto... tem a tubulação de esgoto, mas não foi ligado, como no Seixas também não tem tubulação de esgoto. E mais um empreendimentos chegar, todos esses esgotos que vim, vai ser tudo jogado no rio, que é o Rio Cabelo que deságua aí na praia da Penha, na divisa entre a Penha e o Seixas. E questão de emprego, pra mim é difícil contratar pessoas da comunidade esse pessoal pega mais gente qualificada. Na comunidade não tem gente.. pessoas qualificada, né? (...) Mas questão de... ele trazer desenvolvimento, eu acho pra comunidade, eu acho que não. Vai trazer mais prejuízo, porque onde mais chega desenvolvimento... mais afasta, tira mais a comunidade de próximo, né? tipo de sua moradia. Que ali a maioria da comunidade é.. mora ali na praia, onde tira o sustento, tem sua moradia, né? Ali tem a pesca.... (Claudete da Silva)

Os processos de luta pela permanência das pessoas que viviam naquela região antes da chegada da especulação imobiliária é um traço que marca a trajetória de vida de Dona Irene, umas das mais antigas moradoras da Penha de baixo. A chegada dela na comunidade teve relação com as atividades tradicionais do bairro. Nascida no município de Ingá, localizado a 96 km de distância da capital paraibana, Dona Irene teve sua vida enraizada nas pedras. O município de Ingá é conhecido pelas suas inscrições rupestres, característica central do município que o destaca no cenário do agreste paraibano. Seu passado antes da vinda para João Pessoa não é muito mencionado na construção que ela própria faz de si. Isso porque boa parte de sua família migrou muito cedo da cidade. O outro fator tem a ver com os próprios elementos que tradicionalmente caracterizam a fase adulta: casar-se, ter filhos, ter um trabalho. Esses elementos, na vida dela, foram construídos a partir de sua chegada no município de João Pessoa. Em outros termos, percebemos na entrevista com Dona Irene que a chegada à Penha se constituía quase que como um ritual de passagem

para a vida adulta. E é justamente nessa chegada ritualística que os elementos que mais se apresentam como importantes na sua própria identidade se constituíram.

A chegada de Dona Irene teve relação com a atratividade religiosa do local e a necessidade do sustento. Anualmente, ela visitava a comunidade no período da Romaria da Penha, colocando uma “barraquinha”. Sua primeira identidade com o local, portanto, foi como “baraqueira”, como são conhecidas as/os comerciantes que atuam, sobretudo, no campo do turismo religioso. A Penha é um bairro tradicionalmente frequentado por romeiros, em geral, de classes populares. Dona Irene estabeleceu uma trajetória de migração, como muitos contemporâneos de sua cidade e de sua região, no interior do Estado da Paraíba. Escolheu João Pessoa para essa trajetória, diferente de boa parte da família que migrou para o Estado do Rio de Janeiro. Questionada sobre esse processo, afirma que “aqui me criei, aqui me casei, aqui constituí família”. Inicialmente chegada no bairro do Rangel, situado na periferia da capital paraibana, Dona Irene morou inicialmente com uma parente. Como bem destaca no relato de sua trajetória, sua vinda a João Pessoa foi algo isolado, e na cidade de João Pessoa casou e teve filhos. Esse processo acabou sendo central não só na sua vida pessoal, mas nas consequências futuras que seu casamento e sua família teriam na sua atuação política, cultural e educacional. Isso porque, com quatro filhos, Dona Irene ficou viúva ainda muito jovem (à época, o filho mais velho tinha apenas 10 anos), o que significou o mais denso desafio de sua vida: a sobrevivência.

Quando o marido morreu eu vim pra praia da Penha numa caminhada da Procissão de Nossa Senhora da Penha. Foi quando eu conheci na caminhada. Aí olhei o terreno, as coisas, e disse que ia ficar aqui (...) cheguei na Penha com um saco de carvão, duas grades de bebida seca e quatro meninos (Dona Irene)

Como falamos anteriormente, a aproximação de Dona Irene com a comunidade da Penha teve total identificação com a festa popular deste local. Foi naquele contexto que ela viu a oportunidade de construir sua vida, de sobreviver imersa naquele contexto. A Penha vive no diálogo com o mar e com a fé. O Santuário da Penha traz ao bairro a mística religiosa popular. É a partir dessa tradição popular de vivência do catolicismo que se encontra a festa. A romaria e festa da Penha não é apenas uma data de maior movimentação econômica do bairro e de várias outras localidades da

região sul da cidade de João Pessoa, mas é constitutiva da identidade do lugar, criando uma referência social, cultural e econômica ao bairro.

Mas não só de festa vive a Penha. Seria preciso se fixar para além da festa, criando raízes naquele bairro. Dona Irene conta que após a festa observou que tinham quatro casas. O contexto era o bairro da Penha na década de 1970 e o Sr. João Pessoa da Silva era o proprietário daquelas habitações, estrategicamente construídas à beira mar justamente com o intuito de alugar para o comércio. Em sua entrevista, Dona Irene sempre fala de João Pessoa da Silva com sentimento de gratidão. Foi nesse momento que ela percebeu a real possibilidade de se fincar naquele lugar, deixando o ir e vir cotidiano entre o bairro do Rangel e o bairro da Penha.

Ele disse que morava muito só e a família dele não gostava daqui, porque ele morava em Santa Rita. Ele pensou em fazer umas barracas pra alugar. Tô dentro. Faz mais de 40 anos tudo isso. Os filhos já cresceram, já tem neto casado e eu tô aí (Dona Irene).

Daquelas iniciais quatro casas, foram construídas nove barracas feitas para locação, e uma delas foi alugada por Dona Irene. Essa situação de aluguel perdurou até a morte do proprietário e consequente disputa judicial pelos bens por parte da família do Sr. João Pessoa da Silva. Convidada pela vida a ficar na comunidade, Dona Irene decidiu fincar morada na Penha com seus filhos. Como relata Germana, sua filha, essa decisão, ao mesmo tempo que mudou a história da família, criou a primeira relação direta com o lugar, ligada à conquista da moradia.

Aí, mamãe foi.. mamãe e mais algumas pessoas disse que queria ficar. Aí ele foi e disse que era pra ficar direto. Aí pagava um aluguel de não sei quantos cruzados. Pagava um aluguel todo mês a esse senhor, a seu Pessoa, e a gente vivia aqui na tranquilidade maior. Nem porta nas casas não tinha, era tudo de palha. Aí ele disse que não queria que fizesse de alvenaria, somente palha. Aí, era palha dos lados, tipo caicara mesmo. Aí foi evoluindo... (...)Aí o dono das terras morreu e a viúva vendeu o terreno para Hélio empreendimentos. Aí começou a confusão (Germana Pimentel)

A confusão, a qual se refere, desperta um primeiro olhar nosso em relação à Mestre Ensinante, que tem a ver com a luta pelos direitos. Nesse campo, a

necessidade da família e das outras pessoas que passavam pela mesma situação, despertou uma primeira identificação coletiva, ligada à moradia. Como observa Lara Júnior (2017), a luta por moradia é um fator de geração de identidades coletivas. Seria, portanto, um conflito social que geraria a luta pelos direitos (reconhecimento) e, ao mesmo tempo, geraria igualmente uma identificação entre pares. Essa identificação, a depender do movimento analisado, pode ser passageira (acaba, portanto, com o próprio desfecho positivo ou negativo da luta em questão), mas pode ser duradoura, na medida em que os membros da comunidade não só reconheçam, mas criem e perdurem laços em comum. No caso de Dona Irene, esse primeiro elemento da luta pelo direito à moradia significou, posteriormente, a criação de identificação com uma nova forma de vida. A mulher filha das pedras passou a ser vizinha e a se relacionar com o mar.

A “luta” pela moradia (verbo amplamente empregado por Dona Irene), estaria em processo de conclusão justamente no momento em que estávamos fazendo a entrevista, no mês de julho de 2022.

Foram muitas coisas. Aqui o pessoal muitos venderam, muitos foram embora. Agora eu fiquei aqui (...) quando ele morreu veio a confusão da família. Aí a gente começou a lutar. Um dia quando eu vi tinha uma fumaça. Aí eu pensei: o que era aquilo ali? Eu me aproximei e disse que queria um raminho de mato pra fazer chá. Era mentira. O rapaz me disse que o dono que comprou iria passar numa caminhonete azul e vinha trazendo uns materiais. Aí eu liguei para Falcão, que é da Universidade, dizendo que a gente ia sair [da comunidade]. A menina falou que era pra fechar a porta porque tava chegando o despejo. Aí eu falei: fecho não! Eu vou abrir! Eu sou teimosa! (Dona Irene).

O despejo não ocorreu. Primeiramente, é importante destacar a atuação de um personagem importante da história de Dona Irene e da comunidade da Penha, um servidor técnico-administrativo que trabalha na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Emanuel Falcão foi a pessoa que inicialmente Dona Irene contou para lutar contra o despejo que se avizinhava. A mediação de Falcão, primeiramente com o próprio empresário que comprou a propriedade da família de João Pessoa da Silva e, posteriormente, através da articulação com o Ministério Público, mereceu destaque na história de resistência de Dona Irene e sua comunidade.

Falcão iniciou seus trabalhos na Pró-Reitoria de Extensão em 1985 e sua atuação se confunde com a própria atuação da extensão da UFPB. Sua atuação na praia da Penha começou entre os anos de 1990 e 1991. São, portanto, mais de 30 anos de atuação enraizada na comunidade. Nossa entrevista com Falcão foi uma espécie de passeio por diversas memórias ligadas às comunidades, a ação da Universidade e das pessoas que ocuparam cargos de gestão na UFPB e da própria dinâmica do Estado da Paraíba, com destaque para atuação de personalidades políticas.

Eu não só conheci Dona Irene, eu conheci Irene, conheci Germana pequenininha, menininha, Geovana menor ainda e Germano, um moleque. Um moleque com umas ideias. Eu tive a oportunidade de conhecer ele e Marcos, que era o filho mais velho, que não estava lá, vivia em Santa Rita. Mas foi assim que eu conheci. E, quando eu comecei as reuniões lá, eu vi que Dona Irene, apesar de não falar muito, ela sabia de tudo da comunidade. E ela entendia tudo na comunidade. Eu fui e achei aquela figura que podia auxiliar, já que ela não se apresentava na frente falando, não era aquele ser líder falante como tinha. E lá tinha pessoas que estranharam aquela comunidade (Emmanuel Falcão)

O elemento descrito com Falcão corrobora com as análises desenvolvidas ao longo da tese sobre o modelo de liderança desenvolvido por Dona Irene. De fato, existe uma singularidade em um tipo de atuação pedagógica de sua condução política. Em geral, a política tratada como ação (tanto em Weber quanto em Arendt) se traduz por uma atuação no mundo, uma intervenção que guarda um elemento individual, mas que se aplica na dimensão coletiva da existência humana. Hannah Arendt (2008; 2011) identificava a ação política justamente com um tipo de aparecimento ao público, sobretudo pelo tipo de influência que o conceito de política grega teve em sua obra. O aparecimento, ou o que poderíamos chamar de dimensão epifânica da política, teve espaço singular na obra da filósofa alemã.

Não se pode afirmar que, tanto por parte de Arendt quanto de outros(as) teóricos(as) que se dedicaram de maneira aprofundada à análise dos sentidos da ação política, houvesse um desconhecimento acerca do papel do bastidor como elemento relevante no campo da política. Mas esse elemento, como algo de destaque

na própria dimensão analítica, aparece como um elemento menor na compreensão da ação. Talvez, como relata Falcão, essa atuação se distancie do próprio sentido que, em geral, as pessoas atribuem a um perfil de liderança. Esta, a liderança, foi um elemento de reconhecimento de todos os interlocutores entrevistados nessa pesquisa. A liderança de Dona Irene aparece como uma extensão de sua personalidade, mas não como algo natural, e sim como um jogo complexo que envolve a sua posição no contexto da comunidade da Penha. Também revela uma estratégia no trato com os “poderosos”, ou seja, com as figuras do poder público que podiam ter um papel mais decisivo no processo de regularização fundiária dos moradores da Penha.

Nesse processo de falas e de silêncios, a liderança efetiva de Dona Irene soube capitalizar vozes importantes que falavam e entravam nos importantes embates em favor da comunidade. O seu silêncio, longe de ser interpretado como omissão por todos os interlocutores que entrevistamos, se revestia de uma estratégia genuína. Estratégia, porque tinha relação com objetivos muito bem traçados por Dona Irene. Ela sempre soube onde queria chegar. Genuína, porque a ação estratégica vinha da sua própria atuação como pessoa, do seu jeito, de sua personalidade que acabou sendo reconhecida como o ponto central de sua própria atuação política.

Dona Irene acabou virando uma agregadora da luta pela moradia na comunidade da Penha. A teimosia, a que se refere quando relata a primeira ação de despejo, passou a ser uma característica central da atuação como líder informal da resistência da comunidade. Teimosia também significou uma atuação persistente frente aos órgãos governamentais (governo do Estado), articulação com políticos e com o poder judiciário.

Partimos para Ronaldo Cunha Lima [então Governador do Estado da Paraíba no período de 1991 a 1994]. Ele desapropriou a área e deixou que todo mundo ficasse aqui. Poucos ficaram e muitos morreram. Foi quando lutamos pra Penha ser uma comunidade tradicional. E estamos aqui. (Dona Irene).

Por certo, essa conquista apresentada por Dona Irene foi fruto de um intenso e longo trabalho, em diálogo com interlocutores fundamentais no adensamento do movimento para a chamada visibilidade política. Como menciona Castel (2011), a

construção de uma questão social tem relação, sobretudo, com a forma de visibilidade que um determinado acontecimento ou problema acaba ocorrendo. Essa articulação, no processo de construção mencionado, teve, inclusive, um elemento físico. Era na casa de Dona Irene onde ocorriam as reuniões que mobilizaram a comunidade para o enfrentamento político, realizado através da agregação de outros agentes políticos que vieram a dar visibilidade à questão fundiária na Penha.

Porque qualquer coisa que acontecesse, eles ligavam para mim ou mandavam recado de qualquer forma. E eu comecei a fazer reunião não sistemática. Toda sexta-feira à noite. Eu fazia reunião. Eu tinha um enorme expediente. E eu fazia reunião na comunidade. Normalmente lá na casa da dona Irene? Normalmente na casa da dona Irene (...). Então a gente fazia uma reunião na frente da casa da dona Irene (Emmanuel Falcão)

Nesse processo, podemos identificar dois aspectos de reconhecimento. Um ligado, como falamos, à percepção que as pessoas tinham de Dona Irene como uma referência de articulação e resistência. Essa articulação se dava pela construção dos bastidores, da atuação com outros atores sociais. Dona Irene constituiu, portanto, uma liderança baseada em sua prática, em sua capacidade de estar presente e de agregar pessoas para sua luta. Seu relato sobre o primeiro despejo é revelador de sua estratégia política. “Mentiu” dizendo que iria pegar um mato para fazer chá, quando sua intenção era ter as informações certas para saber o que estava acontecendo. Trata-se, portanto, de uma atuação apta a adaptar-se e criar estratégias variadas para a conquista do objetivo. Soma-se a isso, justamente, a persistência. Seu relato é que muitos venderam, saíram, desistiram da luta. Os motivos são vários, incluindo (e, principalmente) as questões econômicas e as mudanças de rumo pela busca de melhor colocação econômica. Se “o mar não está pra peixe”, mudar de rumo é sempre uma alternativa para sobreviver. Como observa Araújo, Lima e Sassi (2015), esse fenômeno pode ser percebido amplamente nos locais que têm como característica a pesca artesanal, o que inclui a comunidade da Penha.

O modelo urbano e sua complexidade, à maneira que alcança as comunidades tradicionais de pesca artesanal têm contribuindo para gerar o desinteresse do pescador artesanal pela atividade pesqueira e demais atividades relacionadas ao mar. As comunidades tradicionais

estão recebendo pressões, influências e oportunidades de novas atividades econômicas inerentes ao espaço urbano. Por outro lado, a pesca na Paraíba é marginalizada historicamente pela sociedade civil, por empresários e governos. O quadro econômico para o setor desestimula o pescador a permanecer nesta atividade (Araújo; Lima; Sassi, 2015, p. 193).

Mas naquele processo, Dona Irene já estava gerando suas profundas raízes com a comunidade. Essas raízes se traduzem na dimensão econômica (era naquele contexto que ela consolidou a estratégia do comércio e da peixada), mas também em uma espécie de autoridade que – aos poucos – foi tomando forma e ganhando corpo, justamente, pela persistência dela na comunidade, além de uma espécie de “ação coerente” que será ainda explanada neste trabalho. Nesse processo de construção de uma espécie de autoridade, legitimada pelas e pelos moradores da Penha, a casa de Dona Irene passou a ser um local de encontros para a articulação das lutas pela terra e pelo reconhecimento da Penha como comunidade tradicional. Em síntese, gradualmente, seu espaço privado (casa/comércio) começava a também abarcar uma dimensão pública, como referência do encontro da comunidade.

Uma característica da luta social pela moradia na Penha é sua vinculação com o conceito de comunidade tradicional. Explicando melhor, sabemos que a questão da casa/moradia talvez seja uma das mais visíveis questões sociais em espaços urbanos. Esse processo de reivindicação é motivado por várias ações, sendo que muitas delas ligadas ao direito à moradia. Na cidade de João Pessoa, temos exemplos no passado e no presente dessas lutas comunitárias, a exemplo da comunidade de Dubai e do Aratu, que ocuparam recentemente o debate público na cidade. No caso da Penha, a luta pelo direito à moradia é justificada por uma peculiaridade, que é o reconhecimento daquele espaço como uma “comunidade tradicional”, tanto pela história de ocupação do lugar, quanto pela forma de geração de emprego/renda, ligada à pesca. Esse conceito de comunidade tradicional trás, portanto, um adicional ligado à cultura. Tal elemento, inclusive, foi identificado e ressaltado pelo Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. A construção do conceito de patrimônio imaterial no bairro da Penha passa, necessariamente, pela forma como as pessoas dialogam na construção e reconstrução da comunidade a partir de sua tradição. A Penha, portanto, significaria, na visão do Museu, um referencial de ação política e

cultural no bairro de João Pessoa. Referência essa ligada a uma profunda dimensão histórica e cultural, que permanece viva e ativa no modo de vida de quem vive do mar.

Portanto, podemos dizer que a chegada de Dona Irene à Penha deve ser identificada no bojo das lutas da comunidade pelo direito à moradia e pela posse de suas propriedades. Indiretamente, Dona Irene acabou sendo referência dessa mesma luta. Quando falamos indiretamente é porque em nenhum momento ela se colocou como uma liderança do movimento, ainda que esse papel seja reconhecido pela sua própria comunidade, seja como pessoa de referência às lutas (como falamos, a casa de Dona Irene era o ponto de encontro de muitas das reuniões comunitárias), seja porque sua propriedade era, justamente, vizinha a uma outra que acabou sendo agente central nos movimentos contra os moradores tradicionais. Explicando melhor, a “vizinha” de Dona Irene travou uma verdadeira batalha jurídica com os moradores, não só para se afirmar em um espaço disputado como território tradicional do município, mas para construir uma estrutura que destoava da paisagem e do contexto da orla do bairro. Mais que isso, essa mesma estrutura (traduzida em um grande muro que invadia a propriedade de Dona Irene) significava, também, um conflito de classes. Na visão de Dona Irene, a vizinha representava “o povo rico”, com uma ação típica de desprezo com “os pobres que vivem no lugar”.

Minha vizinha quando chegou aqui, pediu pra mamãe assinar um documento. Mamãe disse que não ia assinar, ‘pois somos inimigas a partir de hoje, o que acontecer com a senhora, não me chame que eu não lhe ajudo’ minha mãe disse ‘tá certo’. Quando foi num domingo, chegou a prefeitura, (tudo é das duas) ‘olhe a senhora... a senhora tem alvará de funcionamento?’ Mamãe disse ‘tenho não, nem eu tenho nem ninguém tem pois a senhora tem que procurar porque a gente só dá 24 horas’. Aí mamãe disse ‘tá certo, tá bem’. Aí a gente foi à prefeitura, não conseguiu falar com o secretário. Conseguimos falar com o prefeito. (...) eu sei que resolveu... aí nesse meio tempo tinha muitos morador que já estava revoltado com essa situação. Que todo tempo, só ela (vizinha) que tinha razão. Aí juntou uma comissão para ir ao Ministério Público. Aí com mistério Público amenizou (Gemana Pimentel).

Diante desse conflito, Dona Irene acabou liderando um movimento que contou com as ações de defesa no campo jurídico, envolvendo o Ministério Público e outros atores políticos que tomaram parte para a defesa da comunidade de pescadores e comerciantes.

Nesse aspecto, cabe uma reflexão importante. Como bem observa Wolkmer (2001), o campo do Direito também é um campo de disputa, ou seja, não deve ser compreendido como um conjunto neutro e técnico de normas. Como um dos elementos centrais de constituição dos pilares modernos, historicamente vinculado à manutenção do status quo especialmente em lugares que guardam uma desigualdade social latente, o Direito pode e deve ser politizado na busca de uma construção contra hegemônica de sociedade.

Neste sentido, o que podemos observar na comunidade da Penha é essa ação de “contra-ataque”, por um lado, em relação às ações judiciais movidas pelas pessoas de maior poder econômico. Por outro lado, para além de uma ação reativa, a atuação no campo da luta por reconhecimento na esfera do direito significou, para Dona Irene e sua comunidade, uma estreita vinculação com agentes públicos nas lutas pela posse e pela demarcação da Penha como comunidade tradicional, o que traz em si um outro patamar jurídico e social para a comunidade. Nessa esfera, cabe um espaço especial para a relação com o Ministério Público. Isso revela, de certa forma, uma espécie de apropriação comunitária da consciência e da luta pelo direito. Ainda que não seja foco central desta tese, essa construção intersubjetiva da comunidade, que resulta na consciência prática de se reconhecer como sujeitos de direitos, têm no diálogo com o Ministério Público um capítulo à parte.

Podemos afirmar, portanto, que a dimensão política da atuação de Dona Irene na comunidade da Penha também pode ser vista como elemento fundamental na composição de sua atuação como Mestre Ensinante; isso por dois motivos. O primeiro, porque a ação de luta pela posse de suas casas acabou se consolidando como um elemento identitário, como o que Honneth (2013) designaria como espaço de reconhecimento intersubjetivo entre e com a comunidade. Nesse sentido, encontramos aí duas das esferas trazidas pelo filósofo alemão. A esfera da luta no campo do direito e da luta dentro da própria construção interna da comunidade de pescadores e comerciantes. Essa dimensão dupla de luta também contribuiu para a formação da identidade de Dona Irene como liderança de uma comunidade ligada ao mar. Em outros termos, a mulher que veio da pedra - por necessidade econômica - chegou, “foi ficando” e reconstruindo sua identidade na educação de seus filhos e no reconhecimento de si própria como uma mulher ligada ao mar, ligada ao peixe, às tradições culinárias e culturais de um povo que originalmente não era o dela, mas que passou a ser pelo processo de mudança e luta cotidiana da vida. Esse elemento de

origem política passou a ser, portanto, uma esfera de reconhecimento da comunidade em relação à Dona Irene e um ponto central de sua própria reconfiguração identitária, ligada à mudança que sua vida teve e à intensidade com que ela abraçou e vivenciou sua nova situação. Esse movimento nos leva ao segundo motivo, que tem a ver com as repercussões, as lições que esse elemento trás às novas gerações. Como bem observa a coordenadora do MPVGP:

Dentro das articulações políticas, Dona irene é reconhecida como uma figura importante. Uma liderança antiga e Dona Irene é muito respeitada por essa coerência dela, ela é muito coerente. Desde sempre luta por ficar e pra que todos possam ficar. Dona Irene com certeza é umas das lideranças da comunidade da Penha (Marcela Murcillo).

Essa dupla configuração faz com que a “Dona Irene política” seja um pilar essencial no seu reconhecimento como Mestre, como mulher que luta, ensina, se integra e ajuda a construir a realidade de sua própria comunidade.

3.2 A Romaria, a Peixada e a Ciranda: referências culturais

A história da peixada de Dona também está ligada à sua íntima trajetória pessoal e familiar. Sendo viúva e recém-chegada à comunidade, ela explica que o casamento com um pescador local foi um dos elementos que a fez criar raízes nesse território. Comenta que a relação era boa e que ele pescava e ela trabalhava o pescado. Em várias falas de Dona Irene é possível perceber essa divisão social das tarefas ligadas ao trabalho com a pesca. Em outras situações, quando alude à associação dos pescadores, por exemplo, percebe-se uma clara distinção entre os assuntos dos pescadores (algo praticamente exclusivo dos homens) e outros assuntos, em que ela teve protagonismo, como a questão da legalização das moradias. Nesses outros “assuntos”, as mulheres tinham voz e possibilidade de decisão. Sobre o processo de criação da Associação comunitária, comenta:

Eu não sei falar muito no processo porque era pescador. E pescador é mais as coisas deles. As mulheres dos pescadores não se juntavam com eles. Não vou dizer o que era quando não era. Aí eu não sei falar muito da Associação de Pescadores (Dona Irene)

Há também um outro elemento, ligado ao trabalho dos filhos que procuravam ajudar a mãe nas lutas diárias. As crianças arrumavam os peixes pequenos “e com o dinheiro do peixe pequeno eu comprava o peixe grande pra fazer a peixada”. Assim foi se constituindo uma relação cotidiana de colaboração, onde a peixada ganhava destaque na dinâmica da economia da família. Questionada sobre como aprendeu a desenvolver o sabor e a técnica para seu conhecido prato regional, Dona Irene não titubeia: quem lhe ensinou foi o tempo. Essa é uma característica constante de sua narrativa. Os processos mais objetivos e pragmáticos de como ela se enraizou na comunidade são sempre descritos de uma maneira despretensiosa. Os segredos de sua culinária, somados aos processos que a fizeram uma figura emblemática daquele território são, na maioria das vezes, tratados como algo orgânico. Mesmo no esforço de acessar suas memórias antes da chegada na Penha e como se deu sua expertise no modo de fazer peixada, considerado como símbolo cultural de referência na Penha, Dona Irene se mantinha firme em focar e destacar sua atuação como uma das figuras mais antigas a habitar a Rua Otacílio da Silveira, uma das ruas que compõe o complexo de habitação popular da chamada Penha de Baixo.

Além de ser o local de moradia e de trabalho, referência em culinária naquela região da cidade, a casa de Dona Irene mais recentemente passou a abrigar uma festa regular, conhecida como a “Ciranda da Penha”. Sobre essa atividade, Dona Irene comenta: “A ciranda começou antes da pandemia. Aí depois da pandemia tá voltando”. Questionada quem começou a desenvolver a ciranda, ela responde imediatamente “Foi Falcão. Falcão é danado”. A risada larga de Dona Irene após atestar a importância da ação de Falcão demonstra, ao mesmo tempo, a existência de instituições formais no processo de reconhecimento da Penha como comunidade tradicional, além de sua referência como mulher, líder e acolhedora das distintas manifestações do bairro da Penha. Em local onde tem o mar, a ciranda é o cancioneiro que embala a tradição.



Figura 2 – Ciranda da Penha em 2018
Fonte: Página A casa vai cair. Facebook (2024)

Vemos aí uma intensa articulação entre as referências patrimoniais e a vida de Dona Irene. A Romaria da Penha, a pesca, a peixada e, agora, a ciranda, foram os fios de alinhamento de sua história com a comunidade da Penha e, sobretudo, na comunidade da Penha. Essas referências culturais, além de um aporte social e econômico, embasam estruturas políticas capazes de gerar garantias de direitos. A ciranda, como uma manifestação cultural orgânica do universo praieiro, imprime, juntamente com as demais, a identidade pesqueira de lugar naquele espaço. O início da Ciranda da Penha foi uma espécie de acordo informal para potencializar aquele território e seus saberes, suas místicas. A transcrição a seguir é da entrevista do Mestre Escurinho. Escurinho Jonas é um artista reconhecido em toda João Pessoa e – porque não dizer – de toda a Paraíba. Como pessoa fora da comunidade da Penha, Mestre Escurinho destaca sua percepção sobre aquele lugar, mais especificamente sobre as relações densas entre os moradores que fazem da Penha uma comunidade. Comunidade aqui é um termo empregado de forma não genérica. É, portanto, um conceito compreendido como um espaço de conexões entre pessoas, de compartilhamento de valores e interesses em comum.

E no meu caso, com relação à ciranda, em uma dessas idas, eu me lembro que uma noite eu estava lá e tudo ali é muito lindo. À noite, tudo muito romântico. A praia, a história da ciranda, as pessoas. Na Penha tem uma coisa. Todo mundo é Penha lá. A maioria das mulheres, das crianças que nascem é Penha. Então, é tudo muito poético. Tem uma história de cultura mesmo, de cultura humana, principalmente, que as pessoas lá são muito ligadas, também. Essa coisa da cultura que está presente na história da Penha é a história das pessoas. As pessoas de lá. Todo mundo é ligado no outro (...) A Penha são eles. Apesar da especulação imobiliária hoje (Mestre Escurinho)

Essa percepção “de fora” do Mestre Escurinho provocou uma ideia que – da mesma forma – foi abraçada por Falcão na construção de um movimento cultural de celebração daquele lugar. A inventividade artística de Mestre Escurinho – reconhecido pelo desenvolvimento de diversos projetos em João Pessoa, passava pela articulação com Dona Irene. Nota-se, portanto, que a figura de Dona Irene aparece – no aspecto da construção cultural da Penha – mais uma vez como uma referência de autoridade na comunidade.

E pensando nas pessoas que elas poderiam estar ali. Nossa, aí depois, quando eu voltei pra casa, conversando com o Ester, eu digo, mas, Ester, tem uma sensação agora, de uma coisa, a gente sozinho aqui nessa coisa, com essa coisa linda aqui, e a gente não poder dividir isso com ninguém. Uma coisa meio romântica, mas que tinha, assim, tinha um... O que é que a gente pode fazer pra... Não era somente trazer as pessoas pra ir beber lá, tomar uma lá em casa. Se fosse isso aí, ia mesmo, assim, né? Comer um peixe, assar uma carne. Não era só isso. A gente tá num território de cultura, né? Então, e a gente gosta disso, a gente faz isso. Vamos trazer as pessoas pra aqui, pra fazer roda de ciranda aqui. Aí, no outro dia, fomos lá almoçar em Dona Irene, conversamos com ela. Quando a gente tocou um assunto, pá, foi de cara. Vamos, vamos, vamos. Então, logo, logo, na outra semana já teve a primeira ciranda. Foi em que ano? Eu acho que a primeira foi final de 2016. Foi verão de 2016 (Mestre Escurinho).

A fala de Mestre Escurinho revela a autoridade de Dona Irene em relação à comunidade. Contudo, é importante destacar que essa autoridade se manifesta de forma muito peculiar. Primeiramente, Dona Irene é frequentemente referenciada como uma autoridade dos afetos. Isso se evidencia, por exemplo, no fato de Mestre Escurinho, sendo uma pessoa de fora da comunidade, ser acolhido e "mapeado" por Dona Irene. Dessa forma, Dona Irene torna-se uma espécie de referencial de

acolhimento para pessoas externas à comunidade que reconheciam, ou reconhecem, a Penha como um espaço de desenvolvimento cultural.



Figura 3 – Escurinho e Dona Irene em 2018
Fonte: Página A casa vai cair. Facebook (2024)

Outro aspecto destacado é o papel central da casa de Dona Irene no contexto da ciranda, que frequentemente ocorria em frente à sua residência. Além disso, Dona Irene exercia a prática de alimentar os músicos. Em determinado momento da entrevista, Mestre Escurinho ressalta que a quantidade e a qualidade da comida oferecida por Dona Irene o deixavam incomodado, pois geravam uma sensação de que ela poderia estar sofrendo prejuízo em função da generosidade com que atendia os músicos. Esse ponto remete à relação entre a oferta de Dona Irene e o impacto disso na dinâmica econômica local. A figura abaixo retrata a Ciranda da Penha e a estrutura montada para o evento.



Figura 4 – Ciranda da Penha
Fonte: Wscom (2024)

Esses elementos são fundamentais para enfatizar o papel de Dona Irene como figura cultural significativa. Apesar disso, a pesquisa identificou que Dona Irene não era diretamente reconhecida como produtora de cultura, diferentemente de outros mestres e mestras da cidade de João Pessoa, como é o caso de Vó Mera, que possuem esse reconhecimento explícito. No entanto, Dona Irene era constitutiva da cena cultural da Penha. Seu modo de preparar a tradicional peixada, seu papel como agregadora de pessoas, e sua família, que também se tornava um ponto de referência na comunidade, formavam uma espécie de caldo cultural que contribuía para o reconhecimento da Penha como um espaço cultural único.

Tais apontamentos reforçam a importância de Dona Irene para a consolidação da identidade cultural da comunidade da Penha e o impacto de suas ações no reconhecimento do bairro como um espaço culturalmente relevante.

Existem pessoas, e elas são importantes, tanto na oralidade delas quando elas se expressam, tanto na história delas, na movimentação delas no território onde elas convivem. Dona Irene, com o tempo dela ali, traz essa liderança. É o que vem com o respeito, é o respeito, a história daquela pessoa, o que ela, com o tempo, construiu na cabeça das pessoas, na cultura das pessoas. Acho que é isso, como você falou, não tem nada institucionalizado, mas tem a instituição da vida dela, do dia a dia dela com aquelas pessoas. Todo mundo conhece Dona Irene, todo mundo respeita os filhos dela, os netos, todo mundo tem aquela relação. Outras penhas que tem lá, que a gente conhece, que já passou por lá, então, a liderança de Dona Irene vem daí, da vivência dela mesmo com as pessoas (Mestre Escurinho).

A trajetória de Dona Irene foi realizada em direção ao mar. Da Pedra (Ingá) à Penha. Ser parte da comunidade significou um processo dialético de mudança de sua própria vida, ao tempo em que sua vida impactou na trajetória da própria comunidade. Se os elementos culturais da Penha estavam postos, estes mesmos elementos se tornam presentes na prática cotidiana das pessoas. Casada e viúva de pescador, Dona Irene desenvolveu a culinária como estratégia de sobrevivência, ao tempo em que replicava e recriava a tradição do pescado. Passou a ser referência. Esse elemento da cultura imaterial passou – da mesma forma – a ser reconhecido, para além dos pares da comunidade. A ciranda, o peixe e a mesa farta passaram a ser referência daquela mulher franzina, vista por muitos a partir de sua liderança.

4. Atuação política e interfaces educativas – Dona Irene, Mestre Ensinante.

Construindo os caminhos teóricos da pesquisa, a partir do debate com a teoria do reconhecimento, nos deparamos com um outro desafio, o de caracterizar a abordagem epistemológica para a análise da trajetória de Dona Irene, tentando construir (ou nos aproximar) de algum conceito que pudesse nos esclarecer a sua atuação política, educacional, cultural e social em sua comunidade. Para isso, inicialmente nos aproximamos de alguns conceitos, vistos como pistas para nos ajudar nessas inquietações, foi o que ocorreu com o conceito de intelectual orgânico. O conceito de intelectual orgânico, na obra do filósofo italiano Antônio Gramsci, teve grande influência na literatura acadêmica no campo da educação, especialmente no início dos anos de 1980, momento em que começou certa disseminação dos textos gramscianos traduzidos do italiano. Em nosso projeto de doutorado, tínhamos planejado utilizar o conceito para caracterizar Dona Irene e sua atuação na comunidade da Penha. Ao longo da pesquisa, passamos a questionar o uso teórico do conceito, mesmo sem deixar de reconhecer sua importância explicativa e sua inspiração para as linhas metodológicas deste estudo.

Provavelmente, algumas das forças explicativas do uso do conceito de intelectual orgânico na educação se devem à distinção deste em relação à visão “tradicional” de intelectual. O outro motivo, em nossa análise, diz respeito à forma como a visão gramsciana amplia o conceito, podendo ser utilizado, sobretudo, no campo da educação, tanto por educadores formais (aqueles que ocupariam um certo status social de intelectual nas sociedades contemporâneas) quanto os informais, na medida em que o conceito carrega, em si, forte compromisso com o engajamento político.

Como situa Carlos Nelson Coutinho (2011), o conjunto de escritos de Gramsci sobre os intelectuais - escritos esses componentes dos Cadernos do Cárcere - foram reunidos posteriormente e publicados sobre o nome de “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”. Nesse conjunto de textos, que aborda uma série de problemáticas e situações do contexto italiano da década de 1930, nos chama atenção a distinção inicial que Gramsci faz entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Sua primeira questão orientadora é se, de fato, os intelectuais ocupariam ou não uma posição de neutralidade frente a determinados contextos e conflitos sociais. Nessa visão tradicional, o intelectual estaria numa posição sempre “acima”

dos conflitos, mas não alheios a estes (Gramsci, 2000). Ainda segundo essa perspectiva, caberia ao intelectual a atuação/opinião frente a certos contextos sociais sempre guardando sua posição de independência, o que lhe garantiria uma maior credibilidade dentro de sua própria função social.

Acontece que Gramsci vai quebrando essa visão a partir de uma ação metodológica típica do materialismo histórico: a análise dos fatos sociais e históricos, seus contextos e peculiaridades. Nesse caminho, há a primeira análise de que classes e grupos sociais, historicamente, requerem certas pessoas para exercerem funções específicas de assessoramento técnico e, de alguma maneira, legitimação social das próprias classes e grupos sociais. Os eventos históricos são inúmeros e demonstram o quanto os intelectuais são “úteis” a determinados propósitos, como falamos, de assessoramento técnico e legitimação de ações. Mas essa atualidade não se trata de um uso indevido de um profissional isento que teria sido cooptado por uma classe ou grupo social, pelo contrário. Cada classe criaria organicamente seu conjunto de intelectuais que estaria, intrinsecamente, ligado ao projeto de conquista de hegemonia social.

Gramsci rompe com a perspectiva 'elitista' de intelectual, rejeitando a ideia de que o intelectual se limita exclusivamente àqueles que desempenham funções institucionalizadas na estrutura social, como servidores públicos ou profissionais da imprensa. Na verdade, há aí um princípio ligado à compreensão da relação entre trabalho manual e intelectual. Segundo o filósofo, nenhum trabalho manual prescinde de uma ação intelectual e vice-versa. Desta forma, todo homem seria dotado de intelectualidade, o que, a priori, o colocaria numa posição de intelectual dentro do princípio de constituição do trabalho humano. Contudo, ainda que todos possam ser compreendidos como intelectuais em uma certa estrutura social, Gramsci admite que uns teriam - mais do que outros - maior destaque naquilo que poderíamos chamar de funções intelectuais em uma sociedade. Isso teria a ver, sobretudo, com a própria predominância do tempo destinado ao trabalho abstrato - de característica intelectual - ou ao trabalho físico/operacional. Considerando esse fato, Gramsci desenvolve seu conceito compreendendo a função dos intelectuais como algo estratégico na disputa pela hegemonia numa sociedade de classes. Seria impossível pensar na função social do intelectual sem situá-lo numa materialidade histórica que, em nosso caso, tem a ver com a constituição de uma sociedade capitalista que se encontra em luta/disputa

das classes sociais. Ora, nesse desenho, cada classe teria seu rol de intelectuais que cumpriria uma função singular no quadro da disputa hegemônica - o de visibilizar, no âmbito da sociedade civil, a luta de classes. O orgânico, portanto, teria a ver com a atuação não apenas comprometida, mas intrínseca à classe social a qual se vincula o intelectual.

É importante ressaltar que a disputa de classes analisada por Gramsci no âmbito da sociedade civil tinha espaços estratégicos que, em sua época, se configuravam como os grandes nichos de atuação dos intelectuais. Um deles - quiçá seu principal - era o partido político. O partido tinha uma função estratégica na organização da classe social e nos próprios rumos a serem tomados pelos trabalhadores nas disputas pontuais e estratégicas contra o capital. Também merecem destaque os profissionais liberais - como jornalistas - e educadores. Essa talvez seja uma das principais razões para a popularização das ideias de Gramsci no campo educacional. A partir de suas análises, podemos compreender professores e educadores como intelectuais não só acionados pelas suas classes, mas participantes delas e fundamentais para a disputa ideológica e política no âmbito da sociedade civil.

Essa dimensão interpretativa da potencialidade do conceito de intelectuais orgânicos no campo da educação inspirou nossa visão comprehensiva sobre Dona Irene e sobre a forma como ela organicamente se vincula às lutas da comunidade de pescadores da Penha. Como falamos no início do tópico, esses foram os motivos que nos fizeram acionar o conceito no projeto inicial do doutorado. Contudo, no desenvolvimento da pesquisa, compreendemos não ser razoável o uso do conceito gramsciano (de forma pura, por assim dizer) para a compreensão da trajetória de Dona Irene.

Uma das justificativas tem ligação com o papel da classe social na obra de Gramsci. Como falamos, o conceito de intelectual orgânico vincula-se à classe que - no marxismo - é compreendida como categoria central nas explicações das tensões sociais, movidas, sobretudo, pelo conflito entre capital e trabalho. Neste sentido, teríamos que ter na classe social uma das categorias centrais de nosso estudo, para manter a coerência com o pensamento gramsciano e com o uso do termo intelectual em sua perspectiva. Não é o caso. Ainda que os elementos de classe sejam presentes na trajetória de Dona Irene, não podemos comprehendê-lo como “central” em sua trajetória, pelo menos segundo os olhares de quem observa, ou seja, segundo as

lentes metodológicas e teóricas escolhidas na construção desta tese de doutorado. Um outro ponto tem a ver com certa singularidade da ação de Dona Irene, que não ocuparia, tradicionalmente, uma posição formal comumente destinada às ações dos intelectuais. Ou seja, por mais que Gramsci tenha uma visão bastante aberta da conceituação de intelectual, o que traz uma ideia basilar de que todas as pessoas potencialmente são intelectuais, suas análises não deixam de focar, no âmbito da compreensão das disputas de classe na sociedade civil, determinadas profissões e ações sociais que eram vistas à época como centrais na vida social italiana dos anos de 1930. Estariam nesse escopo profissionais do jornalismo, professores, agentes políticos, dentre outros. Há na literatura educacional brasileira, inclusive, trabalhos que associam o conceito de intelectual orgânico à ação profissional do Professor, em uma tentativa ensaística de atualização do conceito do pensador italiano (Silva; Oliveira, 2019; Coutinho, 2007; Santos; Freitas, 2017).

No caso de Dona Irene, sabemos que sua atuação educacional não se encontra no campo da atuação formal, o que sugere uma outra espécie de compreensão epistemológica da sua atuação como educadora. Nestes termos, como uma ação prudente, achamos que a utilização do conceito gramsciano poderia “relativizar” o seu uso o que, por si, perderia seu próprio poder explicativo. Portanto, as razões aqui citadas explicam o afastamento do projeto inicial de trazer o conceito de intelectual orgânico como elemento explicativo da atuação de Dona Irene. Isso não significa, contudo, que tal conceituação não tenha inspirado a construção do conceito de Mestre Ensinante.

4.1 Construindo e reconstruindo conceitos

Compreender a trajetória de Dona Irene como Mestre Ensinante, como falamos no início, não é uma tarefa que se dê conta a partir de conceitos isolados. Não vamos encontrar uma referência direta à sua atuação como educadora, até porque, estamos falando de uma mulher que se distancia do conceito formal de educação. Não há, nos seus registros, uma história propriamente sistematizada de práticas educativas, tais quais podemos encontrar de forma preponderante em estudos no campo da História da Educação, sobretudo focado na trajetória de mulheres educadoras. Como um

processo não linear, a atuação de Dona Irene precisa ser compreendida na interface entre política, cultura e reconhecimento social. Portanto, a escolha em desenvolver um tópico específico do capítulo para falar de educação é meramente uma estratégia didática, com perigos já anunciados. Na verdade, desde o início deste texto estamos “tecendo” uma trajetória que também é educativa.

Para refletir o conceito de mestre ensinante, nos foi também de muita valia o trabalho desenvolvido por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, em sua obra de 2016, que apresentam o conceito de "intelectuais mediadores" como uma categoria fundamental para a compreensão das dinâmicas culturais, políticas e sociais no Brasil. Esses intelectuais ocupam uma posição estratégica entre diferentes esferas da sociedade, como o poder político, o campo acadêmico e os movimentos sociais, desempenhando um papel crucial na produção, circulação e tradução de ideias. Para as autoras, os mediadores são "agentes históricos que transitam entre esferas diversas, conectando interesses e discursos que, de outra forma, permaneceriam fragmentados ou distantes" (Gomes; Hansen, 2016, p. 15).

A atuação desses intelectuais, segundo as autoras, está intimamente ligada à construção de pontes entre as elites e setores populares, bem como entre o Estado e a sociedade civil. Esses sujeitos não se limitam em produzir conhecimento em espaços estritamente acadêmicos. Na verdade, suas ações são ampliadas para ambientes fora de seus locais de origem, como a imprensa, editoras, movimentos sociais e organizações culturais. Ou seja, eles são capazes de moldar o debate público e influenciar processos de decisão política e formação de identidade. Segundo Gomes e Hansen, esses indivíduos são responsáveis por "traduzir ideias complexas em narrativas acessíveis e adaptadas às especificidades culturais e históricas brasileiras" (Gomes; Hansen, 2016, p. 16).

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e por clivagens sociais e culturais profundas, os intelectuais mediadores têm desempenhado um papel de destaque em períodos de transformação, como o processo de modernização, a redemocratização e as crises políticas. Eles operam como "facilitadores de diálogo entre as demandas da sociedade e as respostas institucionais" (Gomes; Hansen, 2016, p. 10), permitindo que interesses diversos se articulem em torno de projetos comuns. Além disso, esses agentes desempenham uma função multifacetada,

transitando entre diferentes campos de atuação e promovendo a circulação de saberes de forma intersetorial. Essa capacidade de intermediar ideias globais e adaptá-las ao contexto local revela-se especialmente relevante em um país onde a modernidade e a tradição frequentemente coexistem de maneira conflituosa. Como afirmam as autoras, os intelectuais mediadores "assumem um papel de mediação cultural, essencial para a construção de consensos em sociedades plurais e desiguais" (Gomes; Hansen, 2016, p. 11).

Portanto, o conceito de "intelectuais mediadores" oferece uma lente analítica relevante para compreender como ideias, demandas e valores são articulados em contextos históricos específicos. Esses agentes ocupam um lugar central na história social e intelectual do Brasil, sendo elementos-chave na construção de pontes entre diferentes campos e na formação da opinião pública em momentos cruciais da história do país.

Tal perspectiva foi importante para pensarmos a trajetória de Dona Irene e seu papel na Comunidade de Pescadores Tradicionais da Penha. No entanto, sua característica latente de não se configurar como uma liderança formal, que não participa de espaços oficiais de liderança, nos desafiou a pensar numa categoria mais específica. Ao longo do processo de construção do texto, questionamos em que medida o termo Mestre ensinante daria conta de compreender a trajetória de Dona Irene, que poderia, inclusive, ser compreendida como uma educadora popular, ou seja, como alguém que desenvolve processos educativos que envolvem o ensinar e o aprender, a partir da dimensão do sujeito imerso em seu cotidiano, em sua história, em sua cultura.

Em termos teóricos, poderíamos, sim, compreender a sua trajetória nesse campo de tradição epistemológica da educação. Mas o conceito de Mestre ensinante, tem a ver com a própria forma com que Dona Irene é reconhecida. Esse reconhecimento pode ser compreendido em múltiplas dimensões, ligadas aos grupos distintos que interagem com sua própria vida: a sua comunidade, a Universidade, MPVGJP, o Ministério Público, os agentes políticos, dentre outros. Para esses coletivos sociais, Dona Irene é mestre, é liderança. Há, portanto, uma diferença simbólica e política no termo que preferimos preservar na compreensão de sua trajetória. Ainda que o termo educadora também pudesse soar a partir de seu tom

conceptual historicamente ligado a uma dimensão política, o termo “Mestre” parece ser mais adequado a partir da compreensão desses atores sociais que viram, presenciaram e reconheceram a trajetória de Dona Irene ao longo desses anos.

Outro elemento de reconhecimento, traduzido no conceito que utilizamos no trabalho, tem a ver com o “ensinante”. Nesse termo temos mais uma distinção importante que podemos fazer do próprio conceito de educador(a) popular. Nessa concepção, especialmente na visão de Paulo Freire, ressalta-se a dimensão de certa horizontalidade nas relações de saberes. Sua célebre frase de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatisados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68) revela essa dimensão de que a relação educativa não se basearia em certas hierarquias historicamente consagradas na área de educação, sobretudo no campo da educação formal. Longe de discutir profundamente a questão, ainda que tenhamos concordância com vários princípios do campo da educação popular, o termo “ensinante”, ou seja, quem ensina, carrega um propósito político. Obviamente, como vimos ao longo da entrevista com Dona Irene, quem ensina aprende e quem aprende ensina. Mas ao falar que Dona Irene é mestre ensinante significa, de certo modo, reconhecer sua atuação de autoridade frente à comunidade e outros atores sociais. Essa relação de autoridade foi construída de forma muito peculiar, de forma não impositiva e, até mesmo, menos explícita. Essa autoridade foi construída, sobretudo, pela presença, pela forma com que Dona Irene agregava as pessoas, pela sua articulação com outros atores que – socialmente – teriam mais “poder” do que ela para resolver as questões da comunidade. Se pudermos traduzir essa ação numa figura simbólica e popular, poderíamos dizer que Dona Irene carregava certa teimosia em sua atuação política, ou, como lembrava Ariano Suassuna, certa esperteza típica das pessoas mais pobres do nordeste do Brasil, que aprenderam – nos sistemas de adaptação – a sobreviverem e seguirem a vida da melhor forma possível em um contexto árido. Em síntese, Mestre ensinante é um propósito, que revela que Dona Irene tem muito a falar. Nesse processo, muitas pessoas a escutaram. Como Mestre ensinante, Dona Irene teve o reconhecimento da comunidade, do MPVJP e da UFPB.

Em relação à UFPB, é importante registrar que as ações da Universidade na comunidade da Penha datam de quase duas décadas, segundo Dona Irene. Esse espaço pode ser entendido como uma ação de reconhecimento e interação. Constitui

também a compreensão das educações, da extensão universitária como campo de ação da educação popular. Se a Universidade vem para trazer novos conhecimentos e benefícios para a comunidade (a exemplo das ações políticas de Falcão), a Instituição aprende com Dona Irene educadora.

Importante destacar, mais uma vez, a figura de Emanuel Falcão e suas ações no campo da Extensão universitária. Há de se questionar, muitas vezes, o quanto as ações de reconhecimento e contribuição das instituições são, em um processo dialético, construídas por pessoas. Sem algumas dessas pessoas, provavelmente os rumos institucionais poderiam ser outros. Trata essa discussão de um consagrado debate entre estruturas e subjetividades, que não é o foco do trabalho, mas que não pode ser relegado ao invisível. O que nos importa, nesse momento, é compreender que a ação de Falcão socialmente não é traduzida como uma ação individual, mas como uma ação institucional, que traz reconhecimento de uma instituição que tem um grande respaldo social no contexto da cidade de João Pessoa.

As narrativas de Dona Irene sobre a luta política da qual ela foi protagonista passa, necessariamente, pela atuação da Universidade Federal da Paraíba como um elemento de importância nas tratativas com o Ministério Público. Na verdade, em Dona Irene o termo Universidade e Falcão de misturam, se revezam, mostrando uma forma de compreensão onde as ações desenvolvidas por Falcão representam a Universidade e vice-versa. É relevante observar que esse revezamento apresenta uma clareza que, para um leitor inicial, pode parecer incomum, considerando que não são raras as análises que, frequentemente, tratam com superficialidade a percepção da população em relação à Universidade. Explicando melhor, aquilo que chamaríamos de uma “superficialidade” decretaria que Dona Irene não tem clareza da ação institucional de Falcão, vendo-o apenas como uma espécie de “pessoa física” que atuaria na comunidade. Não é assim. Dona Irene sempre apresentou uma clareza de que a ação de Falcão seria representativa da própria Instituição, o que dá a ela, inclusive, certa satisfação, na medida em que o reconhecimento da “Universidade” também passa a ser um parâmetro da sua própria importância na atuação junto à comunidade. Em outras palavras, Dona Irene sabe do orgulho que tem em ser uma pessoa demandada pela UFPB. Sobre o Projeto de Vivência (Falcão, 2014), desenvolvido pela UFPB com sua intensa participação, ela destaca:

É o projeto da vivência. Eles chegam aqui e moram comigo. As vezes uma semana, outra quinze dias. Eles fazem a história da Penha toda, com documentação, pesquisam e depois vão embora. Deixam muita saudade. No momento não tá acontecendo mais não, porque depois da Pandemia ficou muita coisa sem se saber (...). Isso daí já faz uns 18 a 20 anos. Eles levavam com a gente umas histórias que não sabiam. Eu também recebi muita vantagem. Muita coisa que eu não sabia. Agora eu aguardo qualquer momento que eles voltem, que eles continuem (Dona Irene).

Ao mesmo tempo em que Dona Irene percebe e se orgulha em ser reconhecida pela Universidade, a ação universitária se dá através de um nome. Emmanuel Falcão é técnico administrativo da Universidade Federal da Paraíba, com longa trajetória no campo da extensão. Seu nome é conhecido e reconhecido tanto na Universidade quanto no município, sobretudo pelo seu protagonismo na atuação de preservação dos biomas do litoral sul da Paraíba e das comunidades que a compõem. Nesse sentido, ainda que estejamos muito longe do objetivo de fazer uma análise sociológica da atuação das instituições, é curioso perceber que a institucionalidade da Universidade também se dá, sobretudo, a partir da atuação das pessoas. Ainda que tal ação possa ser confundida com uma possível ação de apropriação do público (Instituição) pela ação das pessoas – na esteira da larga tradição de um certo patrimonialismo característico da atuação do Estado no Brasil – também é certo que a compreensão da atuação das pessoas fazendo a Instituição nos livra (ainda que parcialmente) de um tipo de análise que descaracteriza ou, ainda, anula o papel das subjetividades na construção das instituições. Neste sentido, o Estado passa a ser visto não só como uma estrutura ligada economicamente a uma dinâmica social, mas também é percebido como um complexo construído – também – por pessoas. Sem cair na armadilha do subjetivismo, a ação das pessoas tece uma complexa correlação com as estruturas. Ao tempo em que os elementos estruturais – não desprovidos totalmente da ação humana – condiciona a ação dos sujeitos, essas ações – por vezes – recondiciona as estruturas, dando vida àquele personagem muitas vezes desprovido de espírito para análises que pouco consideram a ação dos sujeitos como um elemento central na construção das instituições. Nesses termos, Falcão não é a UFPB, mas a presença ativa da Universidade em diversas ações protagonistas no litoral sul da Paraíba ocorre por iniciativa de Falcão.

Esse reconhecimento pode ser visto numa interessante fala de Dona Irene, que mostra, curiosamente, como sua articulação com a Universidade lhe garantiu uma visibilidade que repercutiu em aspectos cotidianos da sua vida.

No começo da pandemia eu me aperreei muito. Aí eu tive que fazer um procedimento. Nesse procedimento chegaram as enfermeiras. Aí o menino chegou e disse assim: “Fulana, eu cheguei assim pra fazer a ficha, quando eu chego na ficha da mulher, a pessoa era não sei o que da Universidade. Se eu soubesse não tinha nem vindo, porque qualquer coisa eu me ferrava”. É porque as vezes as pessoas olham e pensam que a pessoa não sabe de nada. Não tem conhecimento nenhum. Tá vendo aí, como é? São essas coisas. Isso ajuda muito a comunidade. Muita gente passou por aqui, mas eu passei na história de muita gente (Dona Irene).

Para Falcão, esse modo de desenvolver a prática educativa, aliada à atuação política nos bastidores da luta fundiária na Penha, caracteriza de forma muito peculiar a atuação “ensinante” de Dona Irene. Ainda segundo o entrevistado, tal atuação traria uma “cosmovisão”, que refletiria uma sabedoria particular ligada à como todo esse processo repercute nela e como - uma vez incorporada à sua cosmovisão do que está ao seu redor - esse processo repercute nos atores e interlocutores de luta e de trabalho.

Mas, eu queria trazer, do ponto de vista pedagógico, para a Irene, a referência, para mim, não é Paulo Freire. Se a gente olhar, ele vai trabalhar em uma linha do Celestino Freinet. Antes de Paulo Freire, em 1920, em 1918, quando ele cria a figura do concreto vivido. Então, esses elementos pedagógicos que estão em torno de Irene, que a gente pode nivelar para uma educação popular, que eu acho que ela transborda um pouco isso, vai muito da experiência vivida da própria Irene. E ela ter essa percepção de olhar com um olhar calidoscópio, que eu chamo de cosmovisão, que você consegue não só enxergar sua condição social, mas também sua representatividade política. Eu acho que a Irene, ela não era para ser vereadora, nem poderia, nem daria certo. Entretanto, ela tem percepção de vida que alimentaria qualquer política, que quisesse aprender com ela a fazer política (Emmanuel Falcão).

A atuação de Dona Irene como Mestre ensinante foi também percebida pelo MPVJP. Esse processo teve relação com outro elemento importante de análise: a visibilidade da luta por moradia na comunidade. Nisso encontra-se a aparição pública

dos conflitos sociais, como observa o sociólogo Robert Castel (2008) no seu conhecido conceito de questão social. Para ele, o que caracteriza socialmente a questão social, no contexto histórico das sociedades capitalistas, tem relação com a dimensão pública com que um aparente problema torna-se visível e toma proporções na sociedade. A questão da comunidade da Penha, seguindo essa inspiração conceitual, passou, sobretudo no início dos anos 2000, a ter grande visibilidade em suas demandas. Menos uma visibilidade midiática, e mais uma visibilidade institucional, ou seja, a articulação (feita, em grande medida, por Dona Irene) de instituições e grupos sociais em torno das demandas por moradia. Portanto, aquele “problema” de moradia, passa a ser uma “questão social”, que cobrou repostas e solução dos problemas, sobretudo do Estado. Como observa a coordenadora do MPVJP:

Foi a intensificação da especulação imobiliária que aproximou o museu da comunidade da Penha. Que seria muito bom trazer essa discussão da importância cultural para Penha, principalmente para o público mais jovem. Quando a gente escuta Dona Irene falando sobre o processo, as vezes mais detalhado e as vezes menos. Ela pagava para montar a barraca, ela vinha semanalmente montar a barraca. O pai de Cassio Cunha Lima, na sua gestão, comprou aquela região para fins de regularização fundiária, mas não se concretizou imediatamente. Daí começou a vim outras pessoas, o povo do muxima, a vizinha também. As pessoas perceberam esse movimento e tentaram se inserir nessa comunidade de pescadores. Mas, eles souberam, pelo discurso dela, que eles não tinham uma garantia e que aquele espaço estava sempre em ameaça. Dona Irene sempre indicou a necessidade de regulamentação. O museu chega nesse momento, da chegada dessas pessoas de fora. Dona Irene já tinha essa mentalidade para a regulamentação, mas ainda era muito novo pra ela essa questão de comunidade tradicional. Daí chegou também o Ministério Público, o procurador Godoy. Dona Irene é uma figura muito articulada também. Esse processo que ela tem de receber esses processos de extensão fez com que ela recebesse o pessoal no auge da juventude e depois eles se formaram médico, outros em direito, vários se formaram em várias coisas e, quando ela precisa, ela acesse essas redes de contatos. Essa rede de articulação que Dona Irene estabeleceu é fruto do contato com a extensão, com Falcão (Marcela Murcillo).

Dona Irene, portanto, é uma Mestre ensinante que tece redes. A analogia com um dos instrumentos simbólicos de quem vive do mar não poderia ser mais adequada. Rede pode ter o sentido de várias conexões, mas rede também é instrumento de sobrevivência. É dela que se faz uso para benefícios de toda uma família, de toda

uma comunidade. Esse segundo aspecto traduz a forma como Dona Irene constituiu sua autoridade, e como ela foi direcionando os inúmeros contatos para a garantia de direitos. Nesse aspecto em particular, mais uma vez, destacamos a articulação institucional com o Ministério Público, o governo do Estado através de certos órgãos, como a Companhia de Habitação do Estado.

A face de Dona Irene como Mestre ensinante representa também um elemento subjetivo da construção da autoridade, que tem a ver com a postura. Como mencionado, os saberes e a conduta ética e moral têm particularidades naquele território. Tem relação com certos papéis sociais mais definidos e imersos em uma postura tradicional (a distinção entre os assuntos dos pescadores e das “mulheres dos pescadores”), mas também tem relação com ensinamentos típicos de uma mãe:

O melhor da vida da pessoa é a pessoa saber viver, trabalhar e só querer o que é da pessoa, não ser uma pessoa que só queira pra si próprio. Eu digo pros meus filhos e netos, porque a pessoa pra viver, tem que começar a viver a vida pra saber como é que ela é. O bom, o mau e acabousse a conversa. Tem que participar de tudo na vida pra poder estar firme. O bom da vida é você trabalhar, assumir e viver a partir do que é seu (Dona Irene).

Muito provavelmente, Dona Irene transmitiu esses valores para os inúmeros estudantes que participaram de suas vivências, nas ações de extensão da UFPB na comunidade da Penha. Também esses ensinamentos moldaram a autoridade que ela tem na sua própria família. No momento de realização da entrevista, por exemplo, chegaram filhos e netos de Dona Irene. Educar é um trabalho onde valores são uma das matérias primas. Por um lado, esses valores de Dona Irene se aproximam de uma autoridade tradicional, se usarmos a inspiração Weberiana dos tipos ideais. Por outro, foram respaldados na prática social, como critério da verdade. Isso constituiu – em nossa visão – essa dimensão simbólica de Mestre que deve ser escutada (porque tem a ensinar). Provavelmente essa dimensão da coerência de quem ensina em sua casa e quem atua em sua comunidade, seja um pilar do reconhecimento de sua ação.

5. Amor, Direito e Solidariedade: o olhar do outro na trajetória de Dona Irene, Mestre Ensinante da Comunidade da Penha

O objetivo geral desta pesquisa se relaciona diretamente com a trajetória de Dona Irene e os processos de reconhecimento que fizeram dela – aos olhos da conceituação teórica que tivemos sobre esse processo – uma Mestre Ensinante da comunidade da Penha. A construção desse conceito tem relação com a dinâmica do patrimônio imaterial e como pessoas ganham visibilidade e autoridade em certos espaços sociais, configurando uma atuação singular reconhecida por pares e por “diferentes”. É, portanto, uma relação dialética onde a figura do outro apresenta-se como central, na medida em que é nessa relação que se estabelecem afirmações, construções e desconstruções de si. Se o outro não é o único parâmetro para nos definirmos no mundo, sem o outro essa definição cairia em padrões subjetivistas que, em si, questionaria o próprio sentido da sociedade. Lembro-me das cartas paulinas onde Paulo ressaltava que o critério de definição do carisma é a comunidade e não a certeza isolada do indivíduo. Em contraposição, a dimensão do reconhecimento pode ser confundida como processos de aprovação, frutos muitas vezes de ações de negação do outro, de falso reconhecimento. Taylor (1997; 2011), ao discorrer sobre o “falso reconhecimento”, explica que esse processo se dá quando o outro não o reconhece enquanto sujeito, distorcendo-o num processo de supressão da identidade. O jogo de aprovações e reprovações da atitude das pessoas ou dos conceitos que elas têm de boa vida, pode sugerir relações de dominação ligadas à opressão e, até mesmo, tentativa de destruição do outro, negando sua identidade e sua existência no mundo.

Se essas armadilhas realmente existem, a única maneira de escapar delas é encarar o outro como parte essencial de quem somos. Isso implica reconhecer os riscos das relações de dominação que podem surgir, buscando questioná-las e superá-las, para não nos acomodarmos em nossos próprios guetos. Como bem observava Bauman (2003), se o pequeno grupo (comunidade) nos dá aconchego e acolhimento, pode nos dar a exclusão e o desprezo. Seja na comunidade ou na sociedade, encarar o jogo dialético do reconhecimento é uma espécie de peça-chave para compreendermos os conflitos sociais.

Ao longo de nossos argumentos, temos centrado muito no que Honneth chama de reconhecimento na esfera do direito e da solidariedade. Aliás, como falamos em momentos anteriores, uma das hipóteses desse trabalho era de que essas duas esferas claramente contribuiriam para a construção de Dona Irene como Mestre Ensinante. Podemos dizer que a hipótese foi confirmada, sobretudo pela percepção das pessoas da comunidade e diversos atores sociais sobre Dona Irene, compreendendo-a indubitavelmente como uma educadora. Contudo, um dos aspectos citados na “Luta por reconhecimento” diz respeito à esfera do amor, ou seja, aos elementos que constituem a construção de uma subjetividade baseada nos afetos, naquilo que – em primeira ou última instância – nos coloca na condição de ser querida e querido, de percepção daquilo que Charles Taylor chamaria de “autenticidade” de uma vida que foi vivida. A vida vivida é parametrizada pelo outro? Também. Porque até na negação do que o outro nos faz de mal, acabamos construindo nossa ideia de uma boa vida. Em outros termos, seguindo o caminho analítico de filósofo canadense, até as experiências de falso reconhecimento podem contribuir para a construção de uma autenticidade, sobretudo quando são percebidas as armadilhas de dominação de quem nos reconhece de forma depreciativa. Mas – no elemento do amor – o reconhecimento reverbera em autoestima e em outras virtudes que – imagino – dão um certo lugar de paz quando olhamos a vida que foi vivida por cada um de nós. O que perguntamos ao longo da pesquisa era qual o lugar do amor no processo de construção da trajetória de Dona Irene e da sua construção identitária?

Conversar sobre isso com Dona Irene foi uma das coisas mais difíceis da pesquisa. Era notória a sua esquiva quando o assunto se direcionava para ela própria e sua percepção de reconhecimento. Mas, ao mesmo tempo, o caminho com que conseguimos chegar a esse ponto foi o caminho público, ou seja, da interação que Dona Irene teve com as pessoas, a começar pela sua família. Foi uma forma de tentativa de compreensão dessa esfera a partir da sua narrativa, sempre imersa nas relações que ela tinha com as pessoas ao seu redor. De certo modo, a família de Dona Irene apareceu na pesquisa sempre como uma espécie de referência de aconchego, de orgulho e de solidariedade. Foi através do olhar de Falcão que percebemos esse elemento:

Me fiz parte da família. É tanto que Júnior é o meu primeiro afilhado. Eu o assumo desde criança. Não foi fácil, foi uma luta. O Germano é um sonhador, pintava, lutava Karatê. E ele chegou a ser campeão brasileiro de Karatê. E ele fazia um trabalho social em Bahia com crianças em situação de risco, conflito com a lei. Inclusive, a gente fazia o trabalho de inclusão dessas crianças pelo esporte, na escola e trazendo de volta para a família. Tirando da vida da criança ou através do traficante. Muitas vezes o atravessador do traficante, que é pior. E o trabalho que o Germano fez foi muito grande. É um senhor que virou hoje um profissional do esporte. Está no Rio Grande do Norte. E eu tive o prazer de contribuir com esse moço. E Germana, eu vi Germana crescer, ter seu primeiro filho, assumir. Depois o segundo filho, que é a pequeninha. Pequeninha no tamanho, mas uma gigante. Lani, né? Lani. E depois a Wanda, com o monstruoso que ela tem lá, o Victor, parece um... Eu não sei como é que é o início de dentro dela. Pequeninha, desse tamanho. E eu passei a ser parte da família de Irene. Então, assim, eu comecei a vivenciar a luta dela. A luta diária dela. E é uma pessoa, do ponto de vista ético, perfeita (Emmanuel Falcão)

Intérpretes de Honneth abordam a ideia de reconhecimento no campo do amor como um aspecto intimamente relacionado à infância, especialmente à formação de elementos fundamentais como confiança e proteção, que se manifestam na constituição da personalidade (Pimenta, 2012; Albornoz, 2011; Plaisance, 2019; Rosenfield; Saavedra, 2013; Cavicchia, 2021). Entendemos que tais leituras correspondem, de maneira significativa, à apresentação feita pelo filósofo alemão, especialmente em sua obra consagrada que discute a gramática dos conflitos sociais. Porém existe um “problema” nas interpretações de construção da esfera do reconhecimento no campo da infância. Honneth acabou sendo criticado por uma espécie de psicologicismo de sua teoria sociológica do conflito, por uma certa predominância de aspectos psicológicos individuais. Compreendemos essa crítica como algo frágil, na medida em que a proposta do autor alemão é justamente conectar os elementos de construção subjetiva com as estruturas sociais amplas. Logo, a dimensão do reconhecimento do amor não se limitaria à infância, mas estaria presente na construção identitária que aparece na relação da pessoa com o mundo.

A teoria do reconhecimento nos ajudou a compreender – sobretudo na dimensão do amor – uma trajetória de vida, que se constrói e se reconstrói a partir das ações sociais que são próprias do elemento construtivo. Em outros termos, se compreendemos as identidades como algo em construção, seria reducionismo

perceber os elementos subjetivos do amor como algo próprio apenas de uma fase da vida, pelo contrário. Como observa Campello (2022), as subjetividades são construídas a partir de rede complexas de afetos, que se tornam presentes nos elementos não estanques da construção de uma vida autêntica. Inclusive, há de se destacar como os afetos foram historicamente negligenciados enquanto ferramentas e crítica social, contribuindo para situações de opressão na esfera pública. Na ausência da fala de Dona Irene sobre esse passado íntimo e subjetivo, passamos a compreender esses processos de reconhecimento a partir da sua própria trajetória, da esfera pública que ela permitia que adentrássemos. O interessante do achado de pesquisa é que Dona Irene – e isso se tornou uma espécie de ativo político – acabou, inclusive, desenvolvendo uma liderança dos afetos. A fala emocionada de Falcão demonstra isso. Certa vez, diante de um longo trabalho com as comunidades, chegou na casa de Dona Irene relatando que estava com fome e sem dinheiro; sua narrativa se encheu de afetividade ao falar do banquete preparado por Dona Irene para ele e os estudantes que o acompanhavam. Essa ação provocou – não só em Falcão, mas em todos os entrevistados – uma espécie de ligação afetiva fincada na prática genuína daquela mulher.

No campo do reconhecimento do amor, a questão central é a forma como ele reverbera nas experiências individuais, como no caso de Dona Irene. Esse reconhecimento permite a construção de uma percepção clara sobre as redes de apoio que ela estabeleceu ao longo da vida, evidenciando o entrelaçamento entre essas conexões e sua identidade. Em essência, o reconhecimento na dimensão do amor é caracterizado pela segurança emocional que proporciona, gerando um fortalecimento da autoestima. No caso de Dona Irene, o amor emerge como um elemento estruturante, fruto de suas ações afetivas que, ao serem reconhecidas, geram reciprocidade e proteção. Esse processo não apenas confirma a relevância das relações interpessoais para o desenvolvimento emocional, mas também demonstra como o amor atua como uma força transformadora, reforçando o sentimento de valor próprio e estabilidade nas trocas afetivas.

E, para fechar essa minha visão sobre Irene, ela é um laboratório vivo. Se você pensar a condição de mulher, ela tem experiência. Se você chamar a condição de líder, ela tem experiência. Se chamar do uma

pessoa articulada do ponto de vista político, ela tem experiência. Então Irene, pra mim, é um referencial. Todos os alunos saem da vivência tendo ela como referência. Ela é uma guerreira. Eu tenho ela como uma grande irmã (Emmanuel Falcão)

O outro campo do reconhecimento, ainda que essa divisão se dê muito mais no campo didático do que, propriamente, no campo da ação, diz respeito à atuação humana no campo do direito. Como antecipado nas hipóteses deste trabalho, esse aspecto foi central na trajetória de Dona Irene, especialmente em sua luta e atuação na comunidade da Penha. Mas é importante destacar que o reconhecimento no campo do direito, em geral, sempre acaba focando o resultado da luta social, ou seja, o reconhecimento ou atuação de um certo poder público em relação às demandas de uma população, de um grupo. No caso de Dona Irene, o que procuramos destacar nesse processo é a trajetória. Uma trajetória, inclusive, que, por mais que ela seja identificada como a liderança afetiva e de bastidor, significou uma ação prática em relação à mobilização da sua comunidade. De acordo com registros e depoimentos, Dona Irene desempenhou consistentemente um papel ativo na articulação das pessoas, configurando-se como um agente central na organização e reivindicação de direitos de sua comunidade.

Aí eu comecei a perceber, a partir dessas histórias, como é que era essa força interna dela, assim, né? E como ela, a partir daí, tinha essa preocupação também social. Porque existe um histórico aí de resistência da comunidade, mas, poucas são as pessoas que dão as caras pra poder bater de frente e lutar por um tudo, né? Pra mim, ela é a maior referência ali. Ela mesmo dá as caras. Eu lembro de duas situações que ela por conta dessa causa aí do despejo, ela puxou umas buscas, né? E ela saía fazendo contato com as pessoas porta a porta, né? Falando na porta das pessoas e mobilizava. E ela nunca desistiu, na verdade, porque, às vezes as pessoas não iam, às vezes as pessoas iam quando tava ali a causa já tava quase sendo resolvida. Ou quando, realmente, a questão do despejo batia na porta das pessoas. Só assim as pessoas iam, por exemplo, para as reuniões (Fábio dos Santos).

Essa mobilização não se dava, no âmbito político, em púlpitos ou em meios massivos de comunicação, mas se dava, portanto, mediada pela atuação e pela sua própria personalidade. Uma atuação ligada à construção de relações de confiança. A

Mestre Ensinante, portanto, se constituiu no processo de se fazer-se confiante em relação ao outro. Dialeticamente, essa confiança acabou sendo respaldada na ação. Conforme apontado por Falcão, a liderança de Dona Irene derivava, sobretudo, do reconhecimento público de sua atuação prática e da legitimidade advinda de sua postura ética. Esse reconhecimento foi essencial para o fortalecimento de sua autoridade enquanto figura de liderança comunitária, uma vez que se alicerçava em sua capacidade de gerar confiança por meio de ações efetivas e coerentes com os valores que defendia.

A autoridade construída dialeticamente na atuação de Dona Irene, traçava linhas no campo pedagógico no próprio ensinamento político. Em outros termos, a atuação política de Dona Irene ensinava e se constituía como um campo pedagógico de alguém que estava sendo reconhecida como estrategista e, porque não dizer, educadora da ação prática.

Ela ajudava a gente a... Ela ensinou a gente a limpar o peixe, né? Tirar as escamas, cortar. E ajudar a preparar o almoço ali, coletivo, né? Mas, assim, isso e muitas ideias, porque eu tinha, certamente, muita curiosidade de saber como era a história dela em relação a essa resistência dela. E aí, ela sempre compartilhou isso com a gente. Essa resistência dela, então, a gente vê muito em Dona Irene, né? Tão pequeninha. Mas você vê uma força interna dela ali, porque é muita resistência, é muita resiliência (Fábio dos Santos).

Mas é interessante destacar que ainda no campo do reconhecimento jurídico, este processo dialoga com o reconhecimento da comunidade, a terceira esfera apresentada por Axel Honneth, da qual ainda iremos discorrer um pouco mais ao longo deste tópico. Se falamos em processo, quando mencionamos a questão do Direito, o reconhecimento nessa esfera também se dá a partir de resultados. E esses resultados não são apenas o final de uma resolução de conflitos, mas significa também o reconhecimento de parceiros institucionais ou ainda de figuras institucionais que passam a ver Dona Irene como referência.

Essas figuras, no caso da luta pela regularização fundiária na comunidade da Penha, passaram por figuras políticas como governadores, ou seja, pelo governo

estadual, pelo governo municipal e passou também por interlocutores e agentes públicos importantes nesse processo, como o próprio Ministério Público da Paraíba. Cabe ressaltar que esses sujeitos não entraram no corpo das entrevistas, na medida em que procurávamos compreender muito mais os processos da trajetória do que até mesmo as consequências políticas do fato. Mas é importante destacar que antes de terminarmos a pesquisa, houve uma grande vitória na comunidade da Penha, reconhecida e divulgada em termos políticos por representantes dessas instâncias. Em 07 de dezembro de 2023 foi publicado no diário oficial da União a portaria SPU/MGI, n. 8220 de 07 de dezembro de 2023, em que declara ser de interesse público para fins de regularização fundiária urbana os terrenos na União, classificados como terrenos da marinha, situados na Praia da Penha em benefícios de cerca de 80 famílias daquela área. Também é interessante notar e divulgar que após os eventos políticos houve uma comemoração. A comemoração se deu justamente na casa de Dona Irene. A casa de dona Irene, portanto, passa a ser uma espécie de referência. Uma referência cultural, uma referência culinária, mas, sobretudo, uma referência de reconhecimento. Reconhecimento advindo do político e oriundo também do campo do direito. A figura abaixo mostra Dona Irene sendo entrevistada pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal da Paraíba, no dia da solenidade referente a esta ocasião.



Figura 5 – Dona Irene entrevistada pelo Ministério Público
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Seguindo as orientações metodológicas de Axel Honneth, destaca-se o elemento da comunidade como um componente central. A esfera do reconhecimento comunitário se apresenta, por um lado, como relativamente acessível à compreensão empírica, mas, paradoxalmente, apresenta maior complexidade no âmbito da sistematização teórica. Para ilustrar esse ponto, recorro ao debate promovido por Boaventura de Sousa Santos sobre o tripé que fundamentou a Revolução Francesa. Segundo o autor, enquanto os princípios de liberdade e igualdade, embora profundos e alvo de disputas históricas, possuem bases conceituais sólidas que permitem uma compreensão clara de seus significados e antíteses (ou seja, o que é liberdade/ausência de liberdade e igualdade/ausência de igualdade), o princípio da fraternidade se revela mais desafiador.

Santos (2016), remetendo-se a Jean-Jacques Rousseau, argumenta que a fraternidade é o conceito mais complexo dentre os ideais da Revolução, pois não se sustenta em ações institucionais concretas. A fraternidade opera predominantemente no campo subjetivo, com elementos que frequentemente resistem à sistematização

ou formalização em políticas públicas ou estruturas governamentais. Assim, o reconhecimento no âmbito comunitário, evidenciado nesta pesquisa, apresenta-se como algo simultaneamente tangível e desafiador para a teorização.

No campo empírico, a compreensão desse reconhecimento parece facilitada pelo consenso entre os interlocutores entrevistados, que, quase de maneira unânime, reconhecem a autoridade de Dona Irene e valorizam o impacto de sua atuação política, cultural e educacional. É essencial ressaltar que esta pesquisa não se baseou na análise das intenções ou percepções das intenções políticas, mas sim na exploração aprofundada do campo prático e das dinâmicas observáveis.

O aprofundamento, comparável à visão mais longínqua do mar da Praia da Penha – cenário de muitas das entrevistas realizadas – que inspira muitas das palavras presentes neste texto, foi compreendido aqui como uma estratégia metodológica e de atuação fundamentada na proximidade, na construção recíproca de confiança e em uma observação atenta às relações estabelecidas. Nesse contexto, a dimensão da solidariedade e do reconhecimento, elementos intrínsecos à figura de Dona Irene, foi percebida por seus pares como central. Ela é reconhecida de maneira consistente por aqueles que a valorizam dentro de um movimento social, ainda que ela não ocupe formalmente um cargo em associações.

Nesse ponto, cabe uma constatação. A atuação de Dona Irene como Mestre Ensinante não resultou em estruturas institucionalizadas de conquistas políticas, Em outros termos, não houve uma tradução da sua liderança para a conquista institucional de espaços de luta, a exemplo da associação de moradores. Dona Irene transita de um tipo de reconhecimento comunitário tradicional ou institucional para um outro tipo, vinculado tanto à sua dimensão política quanto à sua capacidade de estabelecer laços afetivos. Esse reconhecimento não a posicionou, por exemplo, como uma possível candidata a cargos políticos formais, como o de vereadora — algo enfatizado por Fábio dos Santos em sua entrevista. Tampouco sua atuação reflete as características convencionais do fazer político institucionalizado.

É uma liderança mesmo, uma liderança autêntica. Não precisa ter uma associação, uma organização social que também tenha uma importância e um peso político. Mas como ela mobiliza as pessoas ali

pela causa, principalmente essa causa de moradia e essa parte da cultura, de preservar essa cultura, acho que é aí que está (Fábio dos Santos).

O reconhecimento atribuído a Dona Irene resulta de como ela construiu suas redes de relações, ancoradas na confiança, nos afetos e em uma ética singular, que Falcão associa à própria dimensão comunitária. Assim, compreender Dona Irene como uma "Mestre Ensinante" é também reconhecer uma atuação ética orientada pela responsabilidade com a sua comunidade.

Ela tem uma visão, uma cosmovisão, uma cosmoética. Invejável. Ela é incapaz de se meter na vida de ninguém. Mas, na Penha, é uma comunidade pequena. Então, leva e traz. É normal. E isso... Ela lida com isso. Lida com isso. E não é fácil. Então, ela se torna uma grande líder. Nessa visão, na originalidade (Emmanuel Falcão).

A análise da fala de Falcão revela elementos constitutivos de uma atuação política que se legitima não apenas por suas ações práticas, mas também por uma ética profundamente enraizada nos valores comunitários. Essa legitimidade também emerge de sua capacidade de agregar pessoas e de cultivar uma relação pedagógica marcada por ensinamentos oriundos da vivência e da prática cotidiana — algo que Dona Irene vem realizando de forma consistente ao longo dos anos.

Um último elemento a ser destacado, e que pode ser compreendido dentro desse rol de reconhecimento na esfera da comunidade, diz respeito ao Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. A presença do Museu do Patrimônio Vivo, embora não seja um agente dominante, tendo em vista a diversidade de atores sociais e institucionais que, de certa forma, constituem a teia comunitária envolvidas nas questões políticas da Penha, desempenhou um papel significativo ao articular e refletir aspectos da identidade e da luta da comunidade. O Museu é, assim, representado por um mapa das expressões e lugares culturais de João Pessoa, ilustrando uma rede de pessoas, locais e objetos de grande referência para as localidades envolvidas. É interessante observar que ao criar um espaço de troca e de encontro entre os jovens de diferentes bairros, o Museu fortalece essa rede. Muitas vezes identificamos uma

mesma expressão ou bem cultural em diferentes locais, realizados por pessoas que não se conhecem, nunca se viram. Nesse momento de encontro, histórias, conhecimentos e experiências são compartilhados. Além disso, a organização de um material impresso sobre as manifestações culturais e seus mestres populares tinha grande potencial de suprir a carência de publicações sobre a atuação destes grupos, não só em termos de possibilidades de captação de recursos públicos, como também para a divulgação de suas agendas de atividades. Dona Irene não só estava nesse material, mas em diversas oportunidades no convívio que tivemos com ela, expressava o imenso contentamento com o Projeto.

O Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, parece compreender essa perspectiva, e se destaca por viabilizar uma forma diferente de contar a história dos municípios, a partir das referências culturais de seus bairros, contada por seus moradores, refletindo também como esse conhecimento pode influenciar politicamente e socialmente a vida das pessoas, sujeitos dessas histórias, sobretudo na figura de seus mestres. A dimensão educacional passa a ser um elemento transversal desse processo, pois só faz sentido pensar na preservação do patrimônio imaterial se há processos e mecanismo de transmissão dessas práticas para as gerações futuras.

Aqui, mais uma vez trazemos a reflexão de que o museu não é o único ou, de forma alguma, o mais importante lugar de reconhecimento do valor cultural e educacional dos grupos de cultura popular e seus mestres na grande João Pessoa. Visto que, “o reconhecimento de um patrimônio imaterial de um determinado grupo não tem sentido se não for assim percebido pelos próprios indivíduos detentores desses bens” (Jourdan, 2014, p.62). Porém, o movimento realizado pelo MPVJP não é de apenas representar o patrimônio cultural imaterial da cidade, mas, sobretudo, mediar e instrumentalizar processos de salvaguarda desses bens culturais, com o compromisso de reverberar as pautas que seus detentores identificam como importantes e necessárias. É também uma experiência de gestão comunitária.

É importante ressaltar, mais uma vez, o indicativo que o museu não é o lugar que legitima o reconhecimento do valor cultural e educacional dos grupos de cultura popular e seus mestres na grande João Pessoa. Visto que, “o reconhecimento de um patrimônio imaterial de um determinado grupo não tem sentido se não for assim

percebido pelos próprios indivíduos detentores desses bens" (Jourdan, 2014, p.62). Porém, o movimento realizado pelo MPVJP não é de apenas representar o patrimônio cultural imaterial da cidade, mas, sobretudo, mediar e instrumentalizar processos de salvaguarda desses bens culturais, com o compromisso de reverberar as pautas que seus detentores identificam como importantes e necessárias. É também uma experiência de gestão comunitária. Segundo a coordenadora do MPVJP, Marcela Muccillo:

Para cultura popular é básico: não basta você pegar o bolo financeiro da cultura e reservar uma fatia para cultura popular, porque você precisa das acesso, e quando você fala de acesso a essa fatia, você tá falando de reparação das ausências que o estado não deu para essas pessoas. O fato dessas pessoas terem baixa escolaridade, que é uma responsabilidade do Estado, impede que essa fatia seja acessada pelas pessoas que mais precisam que é setor da cultura popular [...] O agente cultural fazia parte do projeto como o vetor para viabilizar e acessar essa fatia. E, esses agentes precisavam ser jovens orgânicos de suas comunidades, com aproximação com os grupos [...] O museu tinha a intenção de formar essas pessoas com uma instrumentalização técnica básica, desde o português exigido nos documentos, até as instâncias que podiam ser acessadas. Além disso os grupos tinham essa carência de ter material sobre eles e por uma questão objetiva e também por falta de valorização, visibilidade e reconhecimento porque é óbvio que já seria bom se eles tivessem visibilidades, mas além deles não terem essa questão mais de sentir reconhecido e valorizado essa invisibilidade ainda afetava eles materialmente já que quando objetivamente eles precisavam de jornal era muito difícil de conseguir com a cara deles, com o nome deles com o nome do grupo para provar a existência do grupo. E, também, a falta de interesse dos jovens seja de se envolver nos grupos ou de ajudar nesses processos (Marcela Muccillo)

Dessa forma, fica explicitado que o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa se identifica sobretudo como uma ação educacional para mapeamento de referências da cultura popular para fins de valorização e divulgação do patrimônio imaterial da cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e sua região metropolitana (Muccillo, 2018). Esse processo aponta para o protagonismo das pessoas envolvidas na cena cultural popular da cidade como via de construção para um acervo vivo e comprometido com as demandas das comunidades participantes. E, dentre as demandas, o destaque para a preocupação do envolvimento dos mais jovens com os símbolos e as referências culturais de seus bairros era latente. Essa problemática, juntamente com a invisibilidade desses mestres e desses grupos de cultura popular

na cena cultural da cidade orientaram as estratégias e os referenciais teórico-metodológicos para a proposta de trabalho do museu em que “fazer o grupo refletir sobre identidade, reforçando suas convicções e valores, não apenas os jovens, mas também das referências inventariadas, tornou-se uma consequência das atividades” (Lacerda, Santos & Nascimento, 2013, p.57)

Em termos de projeção a nível nacional, o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa foi vencedor da 26ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco, no ano de 2013, articulado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na categoria “Patrimônio Imaterial”. Também, em 2016, foi vencedor do Prêmio Darcy Ribeiro, articulado pelo Instituto Brasileiro de Museu e que premia práticas exitosas de educação museal.

As atividades realizadas até o ano de 2018 ratificaram o compromisso descrito no projeto piloto do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, principalmente relacionado à salvaguarda do patrimônio imaterial associado ao desenvolvimento comunitário. Há, inseridos direta ou indiretamente, para além do reconhecimento formal da autoridade intelectual dos mestres e dos grupos de cultura popular, o incentivo a participação dos espaços de poder e decisão política, podendo ser caracterizado como um espaço de educação popular, que considera a dinamicidade dos processos de formação identitárias e as potencialidades relacionadas ações sustentáveis de cidadania e de garantias de direitos. No caso da Comunidade da Penha, a luta pela regularização fundiária das pessoas daquele território, uma comunidade tradicional da pesca, “espaço que historicamente habitam os profissionais que há gerações se dedicam a atividade pesqueira, onde se pode observar um acervo de cultura material e imaterial, relacionadas a esta atividade socioeconômica” (Araújo, Lima & Sassi, 2015, p.196). Na Penha, a especulação imobiliária e processos de gentrificação se configuram como ameaças em que:

Do ponto de vista comparativo com outras comunidades de pescadores do estado da Paraíba, podemos observar que a história de apropriação de comunidades de pescadores pelo capital imobiliário, como vem ocorrendo na Praia da Penha possui características semelhantes com o que já aconteceu na década de 1970 em Tambaú, praia central de João Pessoa, atualmente com sua orla ocupada por hotéis e prédios residenciais que servem a pessoas

com alto poder aquisitivo [...] E a Praia da Penha se tornou um enclave de possibilidades de aquisição de imóvel relativamente barato em uma faixa de praia onde os terrenos estão muito valorizados, por estar na zona turística delimitada no plano diretor do município de João Pessoa [...] terrenos ao redor do bairro estão loteados para condomínios residenciais de alto padrão, hotéis e equipamentos de lazer e entretenimento, o que torna estes terrenos ao redor bem mais caros, gerando pressão imobiliária sobre o bairro da Penha (Araújo, 2017, p. 71-72).

É neste lugar que atua Dona Irene e nesse contexto que o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa buscou problematizar sua atuação nessa comunidade. A abordagem nesse sentido foi direcionada as referências culturais que definiam aquele território como uma comunidade tradicional e de que forma isso poderia ser traduzido para benefício daquela comunidade, principalmente nas possibilidades de projeção desses como mais uma ferramenta de fortalecimento político e social da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Penha tem seus mistérios. Não se sabe o quanto essa característica irá durar, mas o fato é que João Pessoa teve uma dinâmica de expansão que não alcançou de forma voraz uma parte do litoral sul. Possivelmente essa questão tenha relação com certa cultura da cidade, em geral margeada pelos encantos naturais e imobiliários das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra. Essa tríade formou, em certo momento, a grande atração da capital paraibana, reservando outras praias – como o Seixas – como uma espécie de mirante para os olhos dos turistas. De certa maneira, a expansão da cidade pela orla se desenvolveu para o norte, com uma mudança significativa nos últimos anos no bairro do Bessa, zona fronteiriça com o município de Cabedelo.

Por razões que transcendem a compreensão desse texto, a zona Sul permaneceu durante anos quase que inalterada. Nela, víamos a praia do Seixas, Penha e Jacarapé. Ao longo da estrada PB 008, a rota se estendia ao bairro de Gramame, último ponto de João Pessoa na divisa com o município do Conde. Obviamente, essa narrativa generalista se deu a partir da visão de quem morava na cidade, para além das propagandas políticas que apontavam as praias do litoral sul como uma espécie de futuro do município. O futuro tardou a chegar. Talvez o tenha feito com o rancor de quem foi por anos desprezado e queria sua glória de imediato. Em linhas gerais, hoje a região da PB 008 se apresenta como a mais promissora do roteiro turístico e hoteleiro da capital da Paraíba. Sem dúvidas, a construção do Centro de Convenções Ronaldo Cunha Lima, inaugurado pelo então Governador Ricardo Coutinho em duas etapas nos anos de 2012 e 2015, pode ter sido considerado um marco nessa nova expansão. As ações empresariais do governo que João Azevedo, sucessor de Ricardo Coutinho no Estado, potencializou toda aquela área que se estende do farol do cabo branco até os limites municipais com o município do Conde. A Penha, por enquanto, segue sem maiores mudanças substanciais. Seu bairro vizinho – o Seixas – tem passado por significativas mudanças, que vão desde a venda de casas e terrenos antigos (geralmente de pessoas não organicamente vinculadas ao bairro) até a chegada de empreendimentos no ramo da gastronomia e entretenimento. Os constantes engarrafamentos, sobretudo no sábado e domingo,

mostram o quando a região que compreende o bairro do Seixas e da Penha mudou. Passou a ser um bairro de “escape” de parte dos turistas e moradores da cidade, geralmente acostumados a frequentarem as orlas de Cabo Branco e Tambaú. O interessante é que a chegada ao Seixas por via terrestre é a mesma da Penha. O engarrafamento em geral segue à esquerda, deixando a via livre em alguns minutos para o bairro que foi o centro de nossa pesquisa. Em linhas gerais, ainda é possível chegar lá. A Penha por enquanto resiste a um tipo de ocupação do espaço público guiado pelo entretenimento, que parece ser uma espécie de aposta promissora para o futuro da capital das e dos paraibanos.

O final de escrita dessa tese coincide com o aparecimento de novos ares na comunidade da Penha, como uma espécie de reconhecimento de lutas contínuas e históricas realizadas pelas pessoas. Sim, a comunidade é, acima de tudo, composta pelas pessoas, tecida por suas histórias, marcada por suas vivências, carregada de seus sabores e permeada pelos dissabores que as tornam únicas e autênticas. No final do ano de 2023, a formalização da posse das moradias era uma realidade que se tornou mais próxima, com um ato celebrativo envolvendo autoridades do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Estavam presentes a representação do Ministério Público, do poder municipal, de Secretarias do Estado da Paraíba e também estava presente Dona Irene. Sim, Dona Irene sem dúvida era reconhecida ali como uma das autoridades. Esse reconhecimento pôde ser observado também nos detalhes. Terminada a cerimônia pública, boa parte dos presentes foram à casa de Dona Irene conversar e respirar os ares de uma importante vitória. Afinal, vivemos tempos em que a celebração de cada conquista significa, também, um ato de resistência e de vida.

As considerações finais desse longo trajeto de pesquisa também representam um ar de celebração à vitória da vida. Os primeiros meses do curso de doutorado se deu no ano de 2020, o início de uma das mais difíceis fases da história contemporânea. Além do início da maior pandemia dos últimos cem anos – um evento que impactou diretamente não apenas o início do doutorado, mas também o desenvolvimento subsequente da pesquisa –, o Brasil enfrentou um período marcado pelo negacionismo da realidade, agravando os desafios já existentes e impondo obstáculos adicionais à produção acadêmica. A figura do então Presidente da República que governou o Brasil entre os anos de 2019 a 2022, minimizando a

situação catastrófica que havia de se confirmar, trazia um grande sentimento generalizado de desesperança. Como pesquisadora, esse sentimento não me foi alheio. O curso de doutorado, para além de seus já conhecidos desafios no campo acadêmico, passava a ser desenvolvido sob um clima de tristeza pelos rumos do país, pelas perdas de pessoas próximas e pela preocupação com a saúde de Dona Irene, que àquela época, cumpria com o máximo de rigor possível as recomendações de isolamento social.

Mas essa tese também se relaciona com o mar. Pesquisar a trajetória pessoal, política, cultural e educacional de Dona Irene também é um ato de pensar e repensar a vida a partir do tempo. Ele (o tempo) foi justamente a resposta de Dona Irene quando indagava sobre como ela adquiriu os conhecimentos que lhe foram tão importantes para sua consolidação na comunidade da Penha, o desenvolvimento do seu ofício de cozinheira e seu reconhecimento como liderança política daquele lugar. O mar também tem o seu tempo. E assim como é importante reconhecer o tempo das coisas a ponto de não perder a esperança que as marés se alternam, posso dizer que Dona Irene foi uma das grandes responsáveis pela própria ação de (re)esperançar os objetivos e os rumos deste trabalho. Antes do exame de qualificação, já tínhamos tido o contato presencial tão desejado e negado pelos ditames que a realidade trazia. Após o exame, posso dizer que foi o momento em que recebi o fruto do que esperei. Os contatos com as pessoas da Penha passaram a ser mais intensos. Puder ver e participar de tantas ações que refletiam ali a dinâmica de um lugar que não se rendeu porque aliou adaptação ao desejo não negociável de ter seu espaço e seu reconhecimento como comunidade tradicional. Terminar a tese, inclusive, contemplando a boa saúde de Dona Irene é algo especial. Saber que conjunturas adversas da política nacional foram (parcialmente) superadas e que comunidades como a Penha passaram mais uma vez a ter maior consideração do poder público também é algo que merece o destaque. Não há maré baixa que em algum momento não suba e nem tormenta que, de alguma forma, não se acalme.

A hipótese inicial que tínhamos no início do trabalho era de que existia uma relação de reconhecimento entre o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e as ações desenvolvidas na comunidade da Penha, tendo Dona Irene uma figura importante nesse processo. Como destacamos ao longo do texto, justificava-se a hipótese porque foi através do Museu que conheci Dona Irene e não o contrário. O

Museu dialogava de forma mais intensa com minha formação no campo do Patrimônio Imaterial. Como pesquisadora, minhas experiências e envolvimento com comunidades tradicionais eram pontuais. Confesso que o Museu aparecia no início do trabalho como o centro da investigação. A ideia inicial era perceber sua atuação e como esse espaço se mostrava como fundamental para o reconhecimento das e dos Mestres da Patrimônio imaterial da cidade de João Pessoa. Ao longo da pesquisa, principalmente após o exame de qualificação, as percepções mudaram. Antes do próprio exame, a figura de Dona Irene já passou a ter maior relevância no Projeto de investigação pelo entendimento da sua pessoa como uma intelectual. Neste sentido, uma parte da tradição analítica no campo da História da Educação e, sobretudo, a atuação acadêmica do meu orientador, desenhavam a possibilidade de compreender mais Dona Irene e menos o Museu.

A compreensão de Dona Irene, portanto, se vinculava a um conjunto de trabalhos na linha de pesquisa de História da Educação que analisavam a trajetória intelectual de educadoras. Contudo, os caminhos que foram descobertos ao longo da pesquisa incitavam a problematização de quais abordagens seriam utilizadas para compreensão da trajetória intelectual de Dona Irene. O outro desafio estava justamente em compreendê-la como educadora, tendo em vista que a própria tradição de pesquisa no campo da História da Educação dava maior visibilidade à personagens que exerceram algum tipo de função (formal ou não) de professor ou professora, bem como a utilização de meios formais (como jornais, por exemplo) como fonte central da atuação intelectual no debate público. Tínhamos a ideia inicial de compreender Dona Irene aproximando-a do conceito de intelectual orgânico de Gramsci, em contraposição a uma função mais definida e tradicional do intelectual. Por outro lado, a dimensão da sua atuação como educadora começou a ser analisada sob o viés da educação não formal ou, ainda, da educação popular. Mesmo nessa perspectiva, que a princípio se apresentava fecunda e razoavelmente suficiente para o exame de qualificação, alguns problemas já se apresentavam. O primeira, ligado à utilização do conceito gramsciano, sendo que nosso foco na atuação de Dona Irene não era ligado à dimensão de classe social (ainda que ela estivesse presente no estudo). Outros conceitos como o de intelectual mediadora também não pareciam devidamente adequados para compreensão da trajetória de Dona Irene. Junta-se a isso, algo que percebemos ao longo da pesquisa, que era a ausência de um discurso “intencional”

de educadora por parte dela. Em outros termos, Dona Irene mostrava uma reflexão muito horizontal de sua atuação, se distanciando, portanto, de uma autopercepção de educadora. O desafio não era apenas conceitual, ou seja, estabelecer parâmetros e categorias *a priori* para compreender a atuação de Dona Irene. Era, sobretudo, um desafio metodológico que foi assumido a partir de um processo em que a realidade passou a “ensinar” mais a pesquisadora do que o contrário. Fomos para o campo de estudo já com um conceito mais elaborado de Mestre Ensinante. Esse conceito resgatava a palavra “Mestre” da própria linguagem utilizada no campo relativo ao patrimônio imaterial. Esse termo também era utilizado pelo Museus e amplamente reconhecido entre as comunidades da cidade de João Pessoa, quando se referiam àqueles e àquelas que se apresentavam como lideranças ou figuras de respeito. Associado à palavra Mestre, o termo “ensinante” procurava ressaltar o papel educativo e até mesmo pedagógico de Dona Irene. A ideia era justamente compreender suas atuações no campo de uma educação não diretamente intencional (por parte dela), mas que tinha a ensinar. O ensino se daria no campo político, cultural e também educacional. Dona Irene ensinou o sustento, o modo de fazer peixada, ensinou a lutar, a reconhecer e ser reconhecida.

Contudo, como ressaltamos no parágrafo anterior a ação de pesquisa precisa estar sempre atenta ao que a realidade claramente ou sutilmente nos ensina, para revermos conceitos, categorias que, grosso modo, são formas sempre reduzidas de compreensão de algo que é sempre maior do que nosso pensamento sobre esse mesmo algo. A horizontalidade de Dona Irene, do qual falamos, nos fez resgatar o próprio conceito de educação, trazido na tradição interpretativa da educação popular, sobretudo em Paulo Freire. Se a educação é uma ação em que se visualiza relações de reciprocidade do saber, foi a própria Dona Irene que – indiretamente – se colocou no papel mais de educadora do que de ensinante. Nesse sentido, houve uma mudança significativa no primeiro conceito. Em geral, o termo “Mestre” se liga às tradições de respeito e ancestralidade pelos mais velhos. O Mestre e a Mestre ensinam porque são mais sábios e sábias. Dona Irene está nesse papel por aquilo que se atribui a ela, ou seja, pela percepção de tantas pessoas (e instituições) que a reconhecem como detentora de uma espécie de saber ancestral, de uma autoridade advinda de sua história de vida e de como ela se comportou no mundo. Mas a conjugação do termo “ensinante” ao lado de Mestre seria um reforço desse papel

vertical. Ao se colocar na perspectiva igualmente da aprendiz, Dona Irene reconecta os termos dando mais equilíbrio entre eles. Se ela é Mestra, ela ensina. Mas além disso, ela também aprende e reconhece que o outro lhe tem muito a ensinar. Ela é, portanto, educadora na perspectiva de quem ensina e aprende, reconhecendo os diferentes saberes e as distintas possibilidades de trocas de conhecimentos e aprendizagens mútuas.

O conceito de Mestre Ensinante foi empregado nesse trabalho a partir de sua potencialidade epistemológica na compreensão da trajetória de Dona Irene. Sua própria construção ao longo de nosso trabalho tem a ver tanto com aspectos ligados ao conceito de intelectual mediador quanto o de intelectual orgânico. Do primeiro, trazemos a importância do reconhecimento comunitário dos saberes e práticas transmitidos aos integrantes da comunidade em que atua o Mestre. Do segundo conceito, destacamos a dimensão política, vinculada aos interesses e lutas do espaço e do território em que atua Dona Irene. Foi por esse motivo que escolhemos a estratégia de mostrar a “inspiração” que os conceitos de Intelectual Mediador e Intelectual orgânico tiveram para a construção do conceito de Mestre Ensinante. Nessa construção, portanto, encontra-se também as três dimensões encontradas para a análise da trajetória de dona Irene: a dimensão política, cultural e educacional. A partir desse tripé, compreendemos que Dona Irene, como Mestre Ensinante, atua nesses três campos.

Em relação à dimensão política, encontramos em Dona Irene a dimensão de classe, a exemplo da inspiração que encontramos no conceito de Antônio Gramsci. Não é demais lembrar que a comunidade da Penha também pode ser compreendida, em termos políticos, como uma comunidade de luta por território, pela sua legitimação como comunidade tradicional e, portanto, por reconhecimento. Nesse processo, como iremos descrever no capítulo seguinte, Dona Irene passou a ser também uma referência, inclusive nas ações de articulação que envolveram disputas jurídicas para fazer valer o direito da comunidade. Como vimos, o reconhecimento jurídico é, também, um pilar de luta. A classe social é compreendida na composição da comunidade de pescadores, nas suas organizações econômicas e na compreensão de que ali se encontram trabalhadores e trabalhadoras em luta pelos seus direitos. No diálogo com a classe estão tantas outras “categorias” e dimensões que caracterizam aquelas pessoas agindo coletivamente. Em seu reconhecimento mútuo encontramos

trabalhadoras e trabalhadores, agentes e construtores de cultura, afetos familiares e de vizinhos, identificação com o mar e com uma forma de vida que precisa ser defendida. A classe, portanto, dialoga com tantas outras esferas que compõem uma complexidade de luta, política, resistência e reconstrução.

Em termos culturais, Dona Irene é reconhecida como uma mulher que recebe o reconhecimento de sua comunidade pelo domínio de saberes. O modo de fazer peixada pode ser compreendido como uma atuação no campo da cultura, enraizado e reconhecido na comunidade de pescadores. A importância cultural de Dona Irene, portanto, é situada em seu território e em sua histórica. Carrega ancestralidade e uma autoridade que, utilizando uma inspiração conceitual Weberiana, traz em si os valores de tradição e carisma. Carisma instituído na sua liderança política e afetiva para com as/os integrantes de sua comunidade. Tradição instituída a partir do reconhecimento de sua autoridade moral e de sua relevância social, como portadora de saberes de seu passado, de sua família e das gerações das mulheres que a precederam. Também é no espaço de Dona Irene que são realizadas rodas de ciranda, manifestações populares, danças e cantos que movimentam a comunidade da Penha, dialogando também com a própria cidade. Essa força cultural de Dona Irene, como temos visto, é reconhecida pelo Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa no ato em que lhe é atribuída a visão de Mestre da Cultura Imaterial, “uma pessoa que detêm saberes relacionadas àquela prática cultural, seja ela da cultura popular, seja um saber fazer. São pessoas que são uma referência desses saberes” (Marcela Muccillo).

Por fim, a perspectiva analítica de compreensão de Dona Irene como Mestre Ensinante traz, dentro mesmo da composição de palavras que constrói o conceito, a dimensão educacional como questão central. Nesses termos, Dona Irene ensina às novas gerações os elementos tradicionais que têm a ver com sua história. Ensina e aprende valores políticos e de luta, sendo considerada referência entre seus pares. Ensina como fazer peixada. Esse ensinamento constrói a base de sua renda e de sua família, ao mesmo tempo em que colabora com a dinâmica econômica da comunidade de pescadores da Penha.

A compreensão de Dona Irene como Mestre Ensinante é uma construção conceitual que bebe de várias fontes, mas que é feita tendo como referência central

sua pessoa, sua própria trajetória. Neste sentido, fizemos um caminho inverso. Não o de compreender a pessoa a partir do conceito teórico já construído, mas o de construir um novo conceito para poder compreender a complexidade da pessoa. Esse “molde”, ainda em construção, foi feito especificamente para Dona Irene, mas pode, igualmente, dialogar com outros conceitos que, em linhas gerais, procuram compreender trajetórias de pessoas reconhecidas pela singularidade de suas contribuições políticas, culturais e educacionais.

Essa perspectiva que podemos chamar de interativa entre o ensinar e o aprender também foi compreendida neste trabalho como uma ação de reconhecimento. Sem dúvida, as análises de Axel Honneth sobre os conflitos sociais como base constitutiva da compreensão do reconhecimento social foram importantes ferramentas teóricas para a compreensão da trajetória de Dona Irene. Como discutimos nessa tese, o conflito citado estava basicamente relacionado com a questão do território, com a luta pela moradia a partir do entendimento da comunidade da Penha como comunidade tradicional. A ação de luta de Dona Irene, o que a princípio pôde parecer um certo paradoxo, foi justamente de procurar agregar e mediar os conflitos utilizando-se, muitas vezes, das estratégias de bastidores. Com isso, sua liderança foi sendo percebida a partir de um alto potencial de agregação de atores sociais em prol das lutas. Isso ocorreu, sobretudo, com a Universidade, que passou a ter um papel central na organização e visibilidade política da luta da comunidade, e o próprio Ministério Público. Em termos conceituais, a mobilização da comunidade politizou as ações das próprias instituições. Nesse sentido, a ação de Dona Irene passou a ser reconhecida igualmente pela comunidade como um tipo de liderança política, longe dos “palcos principais” e perto das articulações e de seu peculiar carisma agregador. Utilizando o esquema analítico de Honneth, podemos ver nesse processo o reconhecimento na esfera do Direito. É nessa esfera que se percebe as lutas coletivas, as ações ligadas aos anseios de pessoas que lutam pelos seus direitos, pressionando sobretudo o Estado no reconhecimento destes.

Mas também é nesse processo que se constituem laços afetivos, de respeito, solidariedade e – também – de autoridade. Portanto, um modelo teórico (como bem observa Max Weber na sua conceituação sobre o tipo ideal) apenas apresenta didaticamente um complexo de acontecimentos que se sobressaem na vida prática, na vida vivida de Dona Irene e da sua comunidade. É nessa vida vivida que se

observam reconhecimentos no campo pessoal, mas também na terceira esfera que Honneth designa como o campo comunitário. A autoridade da qual nos referimos foi constituída por um carisma especial de Dona Irene, ligado à sua capacidade de agregar. É possível que essa capacidade simbolicamente possa ser compreendida também a partir de seu ofício, que é o de cozinhar e alimentar as pessoas. O sentido simbólico cultivado nas nossas vidas de que a mesa farta agrega as pessoas foi compreendido nesta pesquisa sem ressalvas, para exemplificar essa peculiaridade carismática de Irene Pimentel.

Entre o mar, a política, o alimento e a educação, essa tese é concluída trazendo essa trajetória peculiar de Dona Irene para o seu centro de análise. Política e educação se entrecruzaram de forma peculiar em sua vida. Isso porque a postura ensinante (de quem o faz se distanciando da ideia de verticalidade) acaba sendo o carisma balizador da sua ação política. Não planejando ensinar, Dona Irene ensinou. Não querendo aparecer, ela fez política, no sentido arendtiano da ação. Não estava presente a ação epifânica da política (mostrar-se ao mundo), mas sua ação de agregar, por vezes utilizando o silêncio e o “cochicho” como ferramenta de luta. A aproximação da política como ação, a retira do clichê de compreensão desta como aparecimento diante do público. Nesse processo se constituiu uma liderança pedagógica de Dona Irene, que a fez ser reconhecida em sua comunidade a partir de uma liderança política que teve, no afeto, uma constituição ímpar. Ao longo das inúmeras visitas à Penha e, porque não dizer, de uma imersão com o cotidiano daquele lugar, Dona Irene nunca se sentiu à vontade para falar questões pessoais. Sempre “pulava” essa parte para se remeter mais à sua ação com as pessoas. Como pesquisadora, procurei ao máximo respeitar essa sua característica, esse seu espaço. Minha impressão é de que falar de si na comunidade era seu estado mais confortável. Talvez porque era nesse espaço que ela se via reconhecida nos olhos do outro, que a observavam e admiravam como pessoa que ela própria gostaria de ser vista. Dona Irene sempre pareceu feliz nessa situação, ou seja, se vendo nos olhos da sua própria comunidade, como um espelho que reflete a imagem de como você também se observa.

Uma tese se faz também com envolvimento, uma pesquisa se constroi a partir de pessoas. O sentimento de ter sido também uma pessoa que reconhecia a trajetória de Dona Irene moveu em mim o campo dos afetos. Cada entrevista ou simples

conversa tendo como som de fundo o mar da praia da Penha, eram momentos de paz. E esse mesmo sentimento de paz eu reconhecia nela própria. Nada melhor do que essa última lembrança para concluir essa jornada.

Referências

A Casa vai cair. Ciranda da Penha em 2018. Facebook, 28 dez de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/acvcproducoes?locale=pt_BR>. Acesso em: 22 abr. 2024.

A Casa vai Cair. Escurinho e Dona Irene em 2018. Facebook, 28 dez de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/acvcproducoes?locale=pt_BR>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172011000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALBUQUERQUE, M.B.B; BUECKE, J. E. O. Educação não escolar: balanço da produção presente nos congressos brasileiros de história da educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-22, 2019.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ARAÚJO, Ismael Xaveir; LIMA, Edson Roberto Vasconcelos; SASSI, Roberto. **Economia da pesca artesanal: o caso do bairro da Penha em João Pessoa/PB**. Formação (Online), v. 1, n. 22, p. 193-220, 2015.

ARAÚJO, Wilson Alves de. **Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Tradução de Debora Danowski. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História:** especialidades e abordagens. 9ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BORBA, Flávia Paloma Cabral. Educação patrimonial como salvaguarda: alguns processos didáticos da mediação cultural em museus. In: **Educação patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares.** Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga (orgs.) João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 8^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, C.R; FAGUNDES, M.C.V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul/set. 2016.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988

BRASIL. **Decreto** nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei** 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL. **Lei** nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2006/2003/lei/l10639.htm. Acesso em 24 nov. 2023.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; CHAGAS, Fernando Luiz Silva. Percepções sobre as políticas públicas culturais no Brasil, a partir do governo Lula. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 8, p. 308-322, 2015.

CALABRE, Lia. **Política cultural em tempos de democracia: a era Lula**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 58, p. 137-156, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/7rG4ff9CYrHN5CtTgNwmvnp/>. Acesso em 25 nov. 2023.

CAMPELLO, Filipe. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou indígenas?** Tempo Social, v. 20, n. 1, p. 183-196, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVICCHIA, Fernanda Stella. **A teoria de luta por reconhecimento de Axel Honneth e os protestos pela educação de maio de 2019 no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/201506>. Acesso em: 1 dez. 2022.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Editora Difusão, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: Ensaios de Teoria Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O professor como intelectual orgânico?** A formação dos intelectuais em Gramsci. Cadernos CEDES, v. 27, n. 73, p. 11-23, 2007. Disponível em: <https://1library.org/article/professor-como-intelectual->

org%C3%A2nico-forma%C3%A7%C3%A3o-dos-intelectuais-gramsci.y9nww4rz.

Acesso em: 28 nov. 2023.

CRUZ, Edson Rogério Nascimento. **Reconhecimento, Identidade e Direitos Socioterritoriais: aspectos da vida política de jovens quilombolas da Amazônia Marajoara.** 95 f. Mestrado em Sociologia e Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**:princípios científicos e educativos. 14^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES,Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade.Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, n.1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Vivência em comunidades**: outra forma de ensino. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FALCON, José Calazans. História cultural e história da educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 32, p. 328-375, mai/ago. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Rebeca Campos. Cultura imaterial e educação patrimonial: notas sobre museus e o valor educativo do patrimônio intangível. **Museologia e Patrimônio** - v.3 n.2 - jul/dez de 2010 , p. 63-74.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 2013-222, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUENZALIDA, Maria Paz Josetti. **A trajetória do patrimônio cultural imaterial:** política de proteção e formação de um discurso. 2018. xii, 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Mediações, linguagens e práticas culturais:** por uma história social das ideias no Brasil. História da Historiografia, n. 19, p. 10-35, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e Educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, mai/jun/jul/ago, p. 73-85, 2003.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA. Tereza Kleba. Sobre o método da História Oral em sua modalidade trajetórias de vida. In: **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, p.83-92, 2007.

GOOGLE. Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente** - o tempo e a cultura contemporânea. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HARTOG. François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte:Autêntica, 2014.

HEGEL, Georg. **A Razão na História**: uma introdução geral à Filosofia da História. Tradução: Beatriz Sidou. 3^a Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 56-80, set./dez. 2013.

JOURDAN, Laetitia. Um museu sem paredes para um patrimônio sem limites: o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. In TOLENTINO, Átila B. [et. al]. **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade** (Caderno Temático nº 04). João Pessoa: Iphan, 2014, p. 57-70.

LACERDA, Gabriela Limeira; SANTOS, Nara Limeira; NASCIMENTO, Nina. Nasceu o Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. In: TOLENTINO, Átila B. [et. al] (org) **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade** (Caderno Temático nº 03). João Pessoa: Iphan, 2013, pp. 53-65.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

LARA JÚNIOR, Nadir. Estudo da identidade coletiva de uma comuna urbana de Porto Alegre. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 40, p. 9-22, set./dez. 2017.

MARICATO, Ermínia. **Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MELO, Rúrion Soares (org.). **A Teoria Crítica de Axel Honneth: Reconhecimento, Liberdade e Justiça**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELO, Rúrion Soares. Reconhecimento e justiça na teoria crítica da sociedade em Axel Honneth. In: NOBRE, Marcos (Org.) **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MILLS, C. Wright. **O artesanato intelectual**. In: _____. A imaginação sociológica. Tradução de Ana Paula Ribeiro e José S. Saraiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 195-235.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MUCCILLO, Marcela de Oliveira et al. **Catálogo de bens imateriais.** Coletivo Jaraguá; Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. A União. João Pessoa, 2018.

NASCIMENTO, Djalma da Silva. **Alterações sociais, econômicas e ambientais na comunidade da Penha/PB decorrentes do processo de urbanização.** João Pessoa: Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da UFPB, 2016.

NASCIMENTO, Maria do Socorro Silva do. **A Praia da Penha: História e Memória de uma Comunidade Tradicional de Pescadores.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf. Acesso em 20 fev. 2024.

PAIVA, Carlos Magno; PAULO, Laura Dias Rodrigues. Participação popular e justiça social a partir do tombamento de bens culturais: uma leitura à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **RJLB.** Ano 4 (2018), nº 4, 401-430

PARAÍBA. Lei nº 11.231, de 1º de julho de 2019. Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de área pertencente ao Estado da Paraíba na Praia da Penha, como instrumento de regularização fundiária e dá outras providências.. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2 jul. 2019.

PIMENTA, Leonardo Goulart. Amor e reconhecimento em Axel Honneth. **Revista da Faculdade Mineira de Direito,** v. 15, n. 30, p. 78-92, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/P.2318-7999.2012v15n30p78>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PLAISANCE, Eric. Petite enfance et reconnaissance: analyses à partir de l'œuvre d'Axel Honneth. **Eccos Revista Científica**, n. 50, p. 102-117, 2019. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782019000300102&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2023.

RAVAGNANI, Herbert Barucci. **Luta por reconhecimento: a filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth**. Kínesis, v. I, n. 1, p. 39-57, mar. 2009.

ROMERO, Mariza. Entrevista François Hartog. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.35, n.70, p.281-291, 2015.

ROSENFIELD, Cinara Lerrer; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 14-25, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Drhr9LsbFXdHvyXyjfwv53p>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ROSENFIELD, Denis. **Hegel**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SANTOS, Ana Lúcia; FREITAS, José Ricardo. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 243-251, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682017000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **Entre Quatro Paredes**. Tradução de Guilherme de Almeida. São Paulo: Editora Globo, 1963.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez: 2007.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 244, p. 561-576, set/dez. 2015.

SILVA, Alexandre Lima da; ORLANDO, Evelyn de Almeida. Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 425-444, mai./ago. 2019.

SILVA, Eduardo; OLIVEIRA, Maria do Carmo de. O papel do professor como intelectual orgânico à luz de Gramsci. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 23, n. 3, p. 1162-1176, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11709>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SIQUEIRA NETO, Moises; JOURDAN, Laetitia. Perspectivas e práticas do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. **Cadernos de Sociologia**, v. 49. Universidade Lusofona de Portugal, 2015. p. 7-28.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____, **Multiculturalismo: examinando a Política de Reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 45-94.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. **Ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

TEIXEIRA, Inês. Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em sociologia da educação. In ZARGO, Nadir [et al]. **Itinerários de Pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. 2^a ed

TOLENTINO, Átila Bezerra; FRANCH, Mónica. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memória e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001. p. 174.

WSCOM. Ciranda da Penha. WSCOM, 22 abr. 2024. Disponível em: <<https://wscom.com.br/escurinho-revive-caboclinhos-em-noite-de-ciranda-na-penha-com-musica-afro-e-carimbo-de-raiz/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com Marcela Muccillo.

PERGUNTAS

Como surgiu a ideia do Museu?

Qual a relevância de um museu comunitário?

Quais foram as etapas para a definição do projeto?

Qual a relação dos proponentes com a cidade?

Por que é importante um museu comunitário em João Pessoa?

Quais os benefícios identificados com a execução desse projeto?

Houve alguma alteração no quadro conjuntural após a execução da proposta?

Como o museu funciona hoje?

Como o Museu define o que é um Mestre da cultura imaterial? Há alguma definição?

Quem são os mestres da cultura imaterial? Como foram identificados? Qual o critério de “escolha”?

Como se deu a aproximação do museu com as comunidades e os mestres?

Como foi a receptividade dos Mestres frente à proposta do Museu?

Houve estranhamento dessa presença?

Quais as dificuldades enfrentadas durante o processo?

Como o museu enxerga a importância da atuação desses mestres?

Você observou particularidades em relação aos mestres?

Alguém se recusou a participar? Essa recusa foi justificada?

O que o museu entende por patrimônio?

O que o museu entende por educação?

Qual a relação entre essas duas dimensões?

Houve participação das comunidades para definição dessas dimensões? Existe um plano pedagógico do Museu?

Como essas definições foram constituídas?

Como o museu chegou na comunidade da Penha?

Como o museu chegou na Peixada de Dona Irene?

Quais as aprendizagens você identifica na atuação de Dona Irene na comunidade da Penha?

Você identifica, na atuação de Dona Irene, alguma dimensão política?

Você identifica, na atuação de Dona Irene, alguma dimensão Cultural?

Você identifica, na atuação de Dona Irene, dimensão educacional?

Como você observa o papel de Dona Irene na comunidade em que ela atua?

Como foi a recepção de Dona Irene à proposta do Museu?

Em que o museu acrescenta nessas relações? Ele apenas dá visibilidade? Ou ele pode ser visto como um catalisador dessas dimensões?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com Dona Irene

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Qual a sua data de nascimento?

Onde nasceu? Quantos irmãos? Como era a relação com a família? Morou quantos anos na cidade? Como foi o processo de escolarização seu e dos irmãos? Morou em alguma cidade antes de vir para João Pessoa?

Casamento? Filhos?

Veio direto para Penha? Por que escolheu a Penha? Como era a Penha quando a senhora chegou? Como era a sua rotina de trabalho? Foi aqui que a senhora aprendeu a cozinhar? Como era a relação com os vizinhos? Como era a relação com os pescadores? Seus filhos frequentaram as escolas locais? Seus filhos e netos também moram aqui?

Como iniciou o seu trabalho com a peixada? Alguém ensinou?

Quando a senhora começou a perceber problemas em relação a moradia de vocês aqui na Penha? Como foi sua participação no processo de reconhecimento da Penha como comunidade tradicional? Como se deu essa organização?

Como foi que a senhora conheceu o MPVJP?

Falar do projeto do Museu. O que a senhora achou da iniciativa desse projeto? A senhora achou importante a participação no projeto? O que a senhora achou da publicação do catálogo?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com Germana

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Qual a sua data de nascimento?

Onde nasceu? Quantos irmãos?

Como foi sua chegada à Penha?

Como você observa a questão da luta por moradia no bairro?

Como foi sua participação no processo de reconhecimento da Penha como comunidade tradicional? Como se deu essa organização?

APÊNDICE D

Roteiro de entrevista com Claudete da Silva

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Qual a sua data de nascimento?

Onde nasceu? Quantos irmãos?

Como foi sua chegada à Penha?

Como você observa a questão da luta por moradia no bairro?

Como você vê os processos de liderança na Penha?

Como você conheceu e qual sua relação com Dona Irene

APÊNDICE E

Roteiro de entrevista com Mestre Escurinho

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Como o senhor conheceu Dona Irene?

Como surgiu a Ciranda da Penha?

Como foi a recepção da comunidade?

Qual a participação de Dona Irene na Ciranda?

APÊNDICE F

Roteiro de entrevista com Emmanuel Falcão

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Como é desenvolvido seu trabalho na UFPB?

Como o senhor conheceu Dona Irene?

Como foi a ligação com a comunidade da Penha, tendo em vista a questão fundiária?

Qual a participação de Dona Irene nesses embates políticos?

Como o senhor vê a atuação de Dona Irene na comunidade?

APÊNDICE G

Roteiro de entrevista com Fábio dos Santos

PERGUNTAS

Qual o seu nome completo?

Como é desenvolvido seu trabalho nas Vivências?

Como o senhor entrou no projeto desenvolvido por Falcão?

Como o senhor conheceu Dona Irene?

Como foi a ligação com a comunidade da Penha?

Qual a participação de Dona Irene nas vivências?

Como o senhor vê a atuação de Dona Irene na comunidade?